

PREFÁCIO

A atenção dispensada pelo Autor, de longa data, aos problemas da vida rural brasileira levou-o a deter-se freqüentes vêzes nalguns aspectos à margem do regime de trabalho no campo. E sempre lhe pareceu, à vista dessa realidade social contundente, que se alguma coisa verdadeiramente positiva ainda existe, como prática, entre as populações rurais, é decerto o costume da ajuda mútua.

Pouco a pouco, sem objetivo determinado, foi recolhendo indicações direta ou indiretamente relacionadas com o assunto, até que, numa fase posterior, concebeu o plano de estudar a importância que teriam na atualidade os velhos hábitos de cooperação vicinal.

Logo, porém, evidenciou-se a pobreza de nossa literatura neste domínio, fato que recentemente inspirou a um escritor⁽¹⁾ o reparo pessimista de não existir entre nós “nenhum trabalho sério de interpretação de nossas formas de apoio mútuo”, em contraste com “centenas de livros já escritos sobre o banditismo ou formas primárias de heroísmo resultantes de choques armados, explicados ou interpretados de mil maneiras, variando do ingênuo ao superficial”. Na realidade, com exceção de dois ou três estudos em que já se prefigura a tentativa

(1) SOUZA BARROS, *Êxodo e Fixação* (Sugestões para uma política de colonização e aldeamento no Nordeste). Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953. Pág. 132.

de interpretar os traços essenciais da instituição e de indicar a incidência de práticas solidaristas nalgumas zonas, a bibliografia recolhida caracteriza-se, em geral, por ser extremamente fragmentária. Contudo, muitas informações nela incluídas foram de grande valia para localização regional de formas de atividade coöperativista.

Sem prejuízo das pesquisas bibliográficas, que prosseguiram meses a fio, estendendo-se até mesmo à literatura estrangeira, a fim de estudar-se os possíveis pontos de contacto com o costume existente no Brasil, procedeu-se a um inquérito de âmbito nacional, em caráter particular, através da rede de Agências-Modelo de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, remetendo-se a cada uma das 115 repartições distribuídas pelas diversas unidades políticas um questionário relativo a essas práticas. Como amostragem geográfica, o processo se recomendava, pois a cada Agência corresponde uma circunscrição formada por um grupo de municípios.

O receio de que um longo questionário pudesse comprometer o seu atendimento por funcionários que vivem normalmente assoberbados de serviços ditou a orientação de se formularem apenas indagações sôbre o nome ou nomes que recebe a ajuda mútua nos municípios supervisionados pelas Agências e as finalidades com que é usada. Solicitava-se, todavia, sempre que isso fôsse possível, ligeira descrição das reuniões de trabalho, dos cantos que em alguns casos acompanham a faina coletiva e das festas a que de ordinário dá lugar o acontecimento.

Verificou-se posteriormente que o momento escolhido para o lançamento do inquérito não fôra dos mais felizes, porquanto os Agentes, àquela altura (dezembro de 1953), se achavam empenhados na conclusão de uma

das campanhas estatísticas realizadas com regularidade pelo referido Instituto.

O exame do material recebido, procedente de cerca de setenta por cento das Agências, revelou falhas de certo vulto em parte apreciável da documentação, impondo-se assim completar várias informações com elementos de outras fontes, até mesmo pela troca de idéias com pessoas conhecedoras dos usos e costumes da gente rural.

Ao entregar à publicidade êste volume, onde há bastantes claros a preencher, espera o Autor incrementar o interêsse pelo estudo mais amplo e aprofundado das práticas solidaristas, à luz das condições econômicas e sociais vigentes no meio rural, tarefa que, longe de ser ociosa, terá o mérito de revelar a extensão do fenômeno, fornecendo, ao mesmo passo, valioso subsídio à melhor compreensão da psicologia do Homo rusticus brasileiro.

No entanto, os elementos aqui reunidos já permitem antecipar-se a conclusão fundamental de que existe, na sociedade rural brasileira, uma rica reserva de hábitos, sentimentos e disposições que, convenientemente orientados, podem desempenhar papel relevante na melhoria da condição de importantes grupos humanos, no concernente a problemas de educação, saúde, bem-estar e tantos outros. Aquela curiosa experiência de aplicação de energias humanas a trabalhos de interêsse público, realizada, por iniciativa do antigo prefeito Cícero Galindo Tôres, no município mineiro de Senador Firmino, dá a medida do tremendo potencial de forças que, bem dirigidas, serão decisivas para o solucionamento de um sem número de dificuldades que amesquinham a existência de nossas populações, sobretudo nas áreas rurais ou semi-rurais.

Somos dos que julgam possível a mobilização do espírito solidarista de ponderáveis contingentes populacionais do Brasil para grandes obras, tanto no atual momento como no futuro. A idéia, aliás, não constitui novidade. Sessenta e um anos antes da Lei Rio Branco, que declarou "livres" os nascidos de escravos no País, Veloso de Oliveira preconizava o trabalho solidário já ensaiado no que chamava "muxiron"⁽²⁾.

Deseja o Autor, por último, tornar públicos seus agradecimentos a todos os que cooperaram neste trabalho, especialmente aos chefes das Agências-Modelo de Estatística que atenderam ao seu apêlo e, por igual, a Waldemar Lopes, Valdemar Cavalcanti, Edison Carneiro, L. A. Costa Pinto e êsse boníssimo Manuel Diêgues Júnior, a quem deve tôda a sorte de indicações úteis e a possibilidade de consultar várias fontes, nacionais e estrangeiras.

As referências bibliográficas e as notas destinadas ao melhor esclarecimento de certas passagens do texto ou à sua complementação foram dispostas ao pé das páginas, convencionando-se o emprêgo da sigla AME (Agência-Modelo de Estatística) sempre que se tratar de informação originária dessa fonte.

Rio de Janeiro, Distrito Federal.

CLOVIS CALDEIRA

(2) OCTAVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, *De Várias Províncias — Outro Paulista*, "Os Cadernos de Cultura", Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro. Pág. 46.

INTRODUÇÃO

DESDE O APARECIMENTO do livro, hoje considerado clássico, de autoria de PIERRE KROPOTKIN, *L'Entr'aide*⁽¹⁾, deram-se à luz vários trabalhos direta e indiretamente relacionados com o tema. A obra do autor russo continua a ser, no entanto, a mais completa contribuição ao estudo das formas de comportamento solidário, tanto no reino animal como na sociedade humana. Kropotkin, partindo da idéia de Kessler, exposta num congresso de naturalistas realizado na antiga São Petersburgo, de que ao lado da *lei da luta recíproca*, artigo de fé para a maioria dos darwinistas, há na natureza a *lei da ajuda recíproca*, formulou as linhas mestras da teoria, com caráter de lei geral, que vê na ajuda mútua um fator de evolução.

Não cabe aqui discutir até que ponto e em que circunstâncias o apoio mútuo constitui um elemento de progresso, mas apenas destacar o desenvolvimento que aquêle escritor deu à tese, fruto de suas cogitações de ordem filosófica, sociológica e biológica, ilustrando-a com u'a massa impressionante de fatos.

Depois de examinar exaustivamente a importância da assistência recíproca nas diferentes classes de animais, inclusive entre os invertebrados, sua sociabilidade,

(1) Terceira edição, traduzida do inglês por L. BRÉAL, Hachette et Cie., Paris, 1910.

suas manifestações solidárias na luta pela existência, o autor aludido detém-se no papel desempenhado pelo mesmo agente na evolução da humanidade. Num esforço admirável de erudição e inteligência, examina os hábitos solidaristas dos selvagens e semi-selvagens do período dos clãs; dos bárbaros das comunas camponesas, no período seguinte; das cidades livres da Idade Média, já em plena época histórica; e finalmente os da sociedade moderna, onde as práticas mutualistas, deterioradas pela crescente individualização do regime de trabalho, sobrevivem como herança de um passado remoto⁽²⁾.

Dêsse conjunto de observações arroladas com luxo de pormenores, o que imediatamente salta à vista é a universalidade das instituições de assistência mútua, associadas em diferentes latitudes a certos estádios de evolução econômica e social. Já anteriormente, aliás, GEORGE L. VON MAURER, nos seus estudos sobre comunidades aldeãs, dera um passo no sentido de alargar a visão dos etnólogos, ao demonstrar que instituições similares à da *Mark* germânica eram comuns a vários povos da Ásia e mesmo da América.

Em várias regiões da África, do Oriente, da Oceânia e mesmo da Europa, as instituições de auxílio mútuo subsistem à transformação do regime de trabalho, constituindo-se em certas áreas o lastro sobre o qual se desenvolvem na atualidade formas avançadas de cooperação. O caso da China é típico. Sobre uma base tradicional de hábitos institucionalizados na sociedade rural e antigas organizações de apoio mútuo, constrói-se uma poderosa rede cooperativista de produtores

(2) "La tendance à l'entraide chez l'homme a une origine si lointaine et celle est si profondément mêtre a toute l'évolution de la race humaine qu'elle a été conservée par l'humanité jusqu'à l'époque actuelle, à travers toutes les vicissitudes de l'histoire". — *L'Entraide*, cit., pág. 241.

agrícolas, que em novembro de 1955 alcançava o expressivo total de 1 240 000 unidades⁽³⁾.

Viva ainda em algumas regiões, decadente noutras, é das mais interessantes a tradição de trabalho coletivo solidário na América, onde as influências autóctones se misturam às de alguns povos, também de passado comunitário, que entraram na formação de suas nacionalidades.

DIEGO DE LANDA, referindo-se aos ameríndios pré-colombianos, informa que era costume entre os Maias ajudarem-se em todos os trabalhos. Na época da sementeira, costumavam formar grupos de mais ou menos vinte pessoas para execução, por turnos, dos trabalhos da *milpa* (plantação efêmera que com o tempo volta à condição de mato, terra que não é objeto de propriedade)⁽⁴⁾.

Conforme observa ROBERT REDFIELD, em Chan Kom, na península de Iucatã, as casas, até alguns anos, eram construídas pelo trabalho cooperativo da comunidade, e em Dzitá, também na mesma zona, embora tenha a prática deixado de existir, ainda se conserva esta lembrança⁽⁵⁾.

No Peru, os trabalhos coletivos, instituídos pela Lei da Fraternidade, integrante da legislação agrária dos Incas, assumiam aspecto de mutirões colossais.

“Era obrigatório nas atividades agrícolas o mutirão —, escreve LUÍS AMARAL, de referência ao costume indígena peruano. Lavrava-se primeiro a terra da viúva, a dos órfãos, dos enfermos, dos velhos. Depois, os campos do povo, os do Imperador, os do Sol — ao contrário do que afirma um ou outro autor europeu. (...)

(3) Ver, a propósito, *Agricultura na Nova China*, em “O Mundo Agrário”, Ano III, N.º 35, Rio de Janeiro, 1956.

(4) *Yucatan Before and After the Conquest*, 2.ª ed., Maya Society, Baltimore, 1937.

(5) *Civilização e Cultura de Folk*, Livraria Martins Editora, Biblioteca de Ciências Sociais, Vol. XI, São Paulo. Pág. 185.

“Os espanhóis não compreenderam bem êsse amor ao solo, e verberavam os artífices que, abandonando momentâneamente os ofícios, acorriam aos mutirões, iam lavar para os vizinhos”(6).

Ainda hoje a *minga*(7), mais usualmente denominada *mingaco* nesse país, é utilizada para trabalhos de interêsse da comunidade (consêrto de pontes, limpeza de canais, etc.), como, p. ex., em Chupaca, onde um índio, no seu linguajar quíchua meio falado, meio cantado, apregoa com antecedência um serviço comunal, em versos que traduzidos para o castelhano dizem:

*Mañana, mañana, mañana,
Vas a avisar a la gente
Que en la mañanita,
Con sus lampas
Y con sus picos,
De la toma grande
Haremos limpieza.
Los que no vienen
Pagarán dos soles de multa
Y las mujeres un sol.*

Pelo fato de se tratar de u'a *minga* que interessa a todos, pois a comunidade é pobre e necessita do concurso geral, fica prevista uma sanção financeira para os preguiçosos de ambos os sexos, a fim de estimulá-los à colaboração.

(6) *As Américas Antes dos Europeus*, Companhia Editora Nacional, Biblioteca do Espírito Moderno, Vol. 43, págs. 253-254.

(7) A voz *minga* — escreve FÉLIX COLUCCIO —, de quem tomamos estas e outras indicações a respeito, tem sentido equivalente em vários países latino-americanos, designando, no caso, a reunião de lavradores para trabalhos de interêsse comunal ou de um dêles. — Ver, a propósito, *Fiestas y Costumbres de América*, Editorial Poseidon, “Biblioteca de Estudios Breves”; Buenos Aires, 1954. Págs. 61-73.

Na Colômbia, a *minga* é utilizada para trabalhos cuja execução requer maior rapidez, aplicando-se, de modo geral, à construção de caminhos, pontes, escolas, consêrto de imóveis públicos, capinas, sementeiras, etc. Nos departamentos de Cauca e Nariño, onde recebe a denominação de *faina*, o sistema apresenta caracteres definidos, destinando-se a finalidades de ordem pública e privada⁽⁸⁾.

Na República Dominicana, usa-se a *minga* tanto para colheitas agrícolas como para quaisquer serviços em que se imponha um bom esforço coletivo num dado momento⁽⁹⁾.

Na Bolívia, depois de uma série de delongas administrativas que tiveram início com um decreto de Simon Bolivar, em 1824, foi, finalmente, pela lei de 5 de outubro de 1864, declarado o direito de propriedade absoluta dos indígenas sôbre as terras que habitavam, instituindo-se virtualmente a propriedade privada sôbre essas terras. Em consequência da disposição legal, alterou-se o velho regime de usufruto, mas, nada obstante, o sistema de comunidades se caracteriza por uma forma de cooperativismo agrícola que revive os hábitos dos tempos dos Incas, com a prática do *aini* ou da *minoca*, permuta de trabalho entre lavradores sob a direção dos chefes de comunidade, denominados, conforme a região, *principal*, *alcaide* ou *hilajata*⁽¹⁰⁾.

Em Trinidad, ainda hoje é bastante acentuada entre as populações rurais a tradição de ajuda mútua, que ali apresenta grande variedade de formas e recebe numerosas denominações.

(8) Cf. FÉLIX COLUCCIO, *Fiestas y Costumbres de América*, cit.

(9) IDEM.

(10) Cf. RAIMUNDO GRIGORIU S. DE L., *Experiência de Bem-Estar Social na Bolívia*, em "Anais do Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Social", Vol. I, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1954.

LYNN T. SMITH menciona os serviços que nos Estados Unidos, em especial no Sul daquele país, se prestam as pessoas na construção de casas, galpões, nas colheitas e outros serviços rurais. No Mississippi, era muito freqüente, depois que o pioneiro cortava a madeira necessária para crecção de sua cabana, surgirem da espessura da floresta numerosos companheiros "chamados por um telégrafo misterioso", que o ajudavam a levantar a morada. "A recente comercialização da agricultura" — observa Smith — "não eliminou por completo dos padrões da cultura rural muitas dessas práticas de auxílio e assistência mútua. Mesmo atualmente, o agricultor pode esperar uma ajuda considerável de seus vizinhos por motivo de doença, morte, incêndio de sua propriedade e catástrofes semelhantes. Mas a invasão dos costumes urbanos e a desintegração da sociedade cumulativa vão dificultando a manutenção dessas formas espontâneas de cooperação." Todavia, conforme o mesmo autor, essa tradição solidarista do homem rural norte-americano é capitalizada em favor da propagação de cooperativas, regidas por formas contratuais, desde que seja demonstrada sua praticabilidade⁽¹¹⁾.

Observa WILSON GEE⁽¹²⁾, de sua parte, que o instituto da vizinhança foi, no período primitivo da colonização, o principal elemento na elaboração dos padrões de organização social dos Estados Unidos e que, apesar de não ser tão importante como outrora, constitui ainda poderoso fator na vida rural.

Na república antilhana do Haiti, onde a tradição comunitária africana, modificada nos seus aspectos primitivos, se afirma ainda hoje na prática dos *combites*,

(11) *Sociologia da Vida Rural*, Casa do Estudante do Brasil, trad. de Jorge Sá de Almeida, revisão e prefácio de Arthur Ramos, Rio de Janeiro, 1946. Págs. 486-487 e 499.

(12) *The Social Economics of Agriculture*, The MacMillan Company, third ed., New York, 1954. Pág. 474.

o apoio mútuo é possivelmente o principal suporte da organização agrária⁽¹³⁾.

O romance do escritor haitiano JACQUES ROUMAIN, *Donos do Orvalho*⁽¹⁴⁾, onde se retrata, em côres fortes, o drama de uma comunidade rural vergastada pelos efeitos das sêcas e da erosão, em consequência da derrubada dos bosques, dá uma idéia clara da importância do trabalho cooperativo entre os pequenos lavradores desse país. Algumas páginas do livro de Roumain, cheias de imagens poéticas, aliás muito belas, equivalem a uma boa etnografia:

“Derrubar os bosques, foi, sem dúvida, um erro. Quando ainda vivia o falecido Jean-Joseph Josaphat, pai de Bienaimé, as árvores cresciam por lá fortes e copadas. Destruíram o bosque para fazer roças; plantaram ervilha na lombada e milho na vertente.” (...)

“Naquela época, viviam todos em boa harmonia, unidos como os dedos da mão, e a vizinhança se reunia para a colheita ou o amanho.” (...)

“Ah! êsses mutirões — relembra Bienaimé — êle chegava, cabeça de grupo responsável, ao nascer do dia, com um bando de gente decidida para o trabalho: Dufontaine, Beauséjour, o primo Aristhène, Pierrilis, Dieudonné, o cunhado Mérilien, Jean Fortuné, o compadre Boirond, o acompanhador Antoine, cantador de primeira, capaz de vencer com sua língua a malícia de dez comadres juntas, mas sem maldade, só por divertimento, palavra de honra.” (...)

(13) “O Haiti permaneceu uma república agrícola e o regime aí existente permanece um regime comunitário (pelo efeito de uma prática, espécie de mutirão generalizado).” — ROGER BASTIDE, *O Elemento Negro*, “O Jornal”, 2.9.1954, Rio de Janeiro.

(14) Editorial Vitória Ltda., Col. “Romances do Povo”, Vol. 5, 1954, Rio de Janeiro. Trad. portuguesa de Emmo Duarte, revisão de James Amado. Págs. 10-17.

“Os homens se afastavam, enxada ao ombro. A roça a limpar estava na curva do caminho, protegida por uma cêrca de bambus entrecruzados, em que trepadeiras de flôres róseas e brancas se misturavam em tufo desordenados...” (...)

— “Em fila — gritavam os chefes de grupo.

“O acompanhador Antoine passava a tiracolo a bandoleira do tambor. Bienaimé ocupava o seu pôsto de comando à frente da linha dos seus homens. Antoine preludiava com umas curtas pancadas; depois o ritmo crepitava sob os seus dedos. Num impulso unânime, êles erguiam as enxadas. Um relâmpago de luz feria o ferro; por um segundo, os homens brandiam um arco-iris.

“A voz do acompanhador subia rouca e forte:

A té...

“De um só golpe, as enxadas caíam num ruído surdo, atacando o pelame malsão da terra”. (...)

“Os homens avançavam em fila. Sentiam em seus braços o canto de Antoine, as pulsações precipitadas do tambor, como um sangue mais ardente”⁽¹⁵⁾. (...)

“Haviam cumprido uma tarefa dura, raspado e limpa-
do a face hirsuta da terra; a erva má, cortada, jun-

(15) O uso do tambor no costume haitiano parece prender-se à tradição da África negra, onde êsse instrumento de percussão está associado a numerosas manifestações de natureza econômica, social e religiosa. O som do tambor, isolado ou em associação ao canto, exerce poderoso estímulo e serve, além disso, para ritmar o trabalho, fenómeno assim descrito pelo autor: “Uma circulação rítmica se estabelecia entre o coração palpitante do tambor e o movimento dos homens: o ritmo era como uma poderosa corrente que os penetrava até o mais profundo de suas artérias e nutria os seus músculos de renovado vigor.”

cava o solo. Beaubrum e seus rapazes a recolheriam para queimá-la. O que fôra erva daninha, espinho, sarçais cntrelaçados de cipós, voltaria, em cinzas fertilizantes, à terra revolvida. Beaubrun estava bastante satisfeito.

— “Obrigado, vizinhos — repetia.

— “Às ordens, vizinho — respondíamos nós.

“Mas, para a frente, já não havia tempo para cortesias. A comida esperava. E que comida, que comilançal”

Entretanto, conforme assinala um relatório do Departamento de Assuntos Sociais das Nações Unidas⁽¹⁶⁾, em muitas partes do continente americano as instituições tradicionais e os moldes de relações humanas estão, de modo geral, desaparecendo, sem que sejam substituídos por novas bases adequadas a prover à segurança do trabalho e dos grupos. Além da tendência manifestada nas comunidades indígenas para venda de suas terras, observa-se que o agricultor, até pouco tempo entregue a uma exploração de subsistência, começa a produzir para os mercados nacionais e internacionais. A renda agrícola passa a ser calculada em termos de dinheiro, enquanto que o tradicional espírito de solidariedade entre vizinhos tende a desaparecer.



Embora o subtítulo que se deu ao presente trabalho possa sugerir o estudo de diferentes formas de cooperação, o que principalmente se descreve e exa-

(16) *Preliminary Report on the World Social Situation (Conditions of Social Affaires)*, Department of Social Affaires, United Nations, New York, 1952.

mina são formas de atividade coletiva, de resto as mais significativas. No entanto, sempre que as informações permitiram, apreciam-se, ainda que de passagem, outras formas de auxílio mútuo, dentro do próprio âmbito em que ocorrem, de preferência a generalizá-las a diferentes meios regionais.

A repetição, na parte descritiva dêste estudo, de certos traços das reuniões de trabalho explica-se pelo propósito de utilizar ao máximo o material recolhido. Embora ofereça o inconveniente de se tornar monótono, êsse tipo de informações, como as que se referem à festa que de ordinário arremata a reunião de vizinhos, serve para fixar alguns dos caracteres mais constantes da ajuda mútua.

O termo *cooperação*, empregado com freqüência, não envolve sentido restrito, apenas aplicável a *formas contratuais*, como já se nota na moderna sociologia, designando indistintamente, aqui, a participação de um indivíduo ou indivíduos em quaisquer trabalhos de interesse comum ou geral.

O conceito de vizinhança, por sua vez, não difere em essência do que é registrado por vários autores, como, p. ex., FAIRCHILD⁽¹⁷⁾, observando-se, entretanto, relativamente ao Brasil, características decorrentes do próprio meio, onde a dispersão demográfica continua a ser regra, do que resulta muito comumente dar-se a esta noção extraordinária elasticidade.

Freqüentemente, empregar-se-á a palavra *grupo* ou a expressão *grupo local* para significar o conjunto de pessoas de diferente condição social ocupando uma área territorial comum em caráter permanente ou semipermanente. O sentido de grupo, tal como foi aqui adota-

(17) FAIRCHILD (Henry Rathes), *Dicionário de Sociologia*, Fondo de Cultura Económica, México - Buenos Aires. Pág. 310.

do, corresponde a um agregado informal de pessoas eventualmente solidarizadas pelos seus interesses e atividades.

Vez por outra, julgou-se conveniente referir a ausência de manifestações cooperativistas nalgumas zonas rurais em tom condicional, deixando-se margem a que uma pesquisa posterior, mais rigorosa, possa ou não concluir sôbre ocorrências de práticas de ajuda mútua.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

A Questão das Origens

A PREOCUPAÇÃO de determinar a origem do mutirão levou alguns escritores patricios que, de modo incidental ou pouco desenvolvido, trataram do assunto, a filiar este velho costume das populações rurais, de maneira exclusiva, à civilização ameríndia ou africana.

J. FIGUEIREDO FILHO, num artigo sobre a prática da ajuda mútua entre as populações nordestinas, atribuiu-lhe origem ameríndia, conforme indica o próprio subtítulo do trabalho⁽¹⁾. O adjunto, a seu ver, seria “uma tradição legada pelo índio”. E noutro trecho do estudo, procurando excluir a *origem* africana do costume, argumenta:

“O elemento escravo tinha que se submeter à organização dos senhores. Os seus braços e horas pertenciam a outrem”⁽²⁾.

Outro escritor a quem se devem notícias sobre o adjunto nordestino, JOAQUIM ALVES, embora sem a preocupação de fixar a procedência do hábito, colocou-se no mesmo ponto de vista, ao escrever:

“Os portugueses encontraram no Brasil costumes da vida agrícola que conservaram, adaptando-os às suas ati-

(1) *Mutirão, Adjunto Nordestino; Origem Ameríndia*, “Revista Sul-América”, Ano 23, N.º 91, Dezembro, 1942, Rio de Janeiro. Págs. 26-28.

(2) Ver-se-á, no lugar adequado, o que existe de relativo na afirmação.

vidades coloniais. Está no caso o *mutirão* dos indígenas, que tomou o nome português de *adjunto*, que permanece na vida rural, ao lado de outros costumes daqueles tempos”⁽³⁾.

Nessa mesma ordem de idéias, colocou-se o “Boletim Geográfico”, ao comentar na sua *Resenha*:

“Quem conhece o Brasil, quem estuda sua evolução social e econômica, certo conhece o *mutirão*. É uma instituição antiga que herdamos dos nossos índios. *Muchirão*, *muquiram*, *mutirão*, como quer que se lhe chame — existem múltiplos variantes da palavra —, o fato é que o fenômeno aparece, desde muito cedo, anotado pelos observadores da realidade brasileira, viajantes estrangeiros ou cronistas indígenas. Observou-o, dentre outros, Couto de Magalhães. Modernamente, o sociólogo EMÍLIO WILLEMS foi encontrá-lo entre as populações de ascendência germânica, de Santa Catarina”⁽⁴⁾.

Ainda recentemente (10/3/1954), em comunicação feita à Comissão Nacional de Folclore do IBECC (Comissão Nacional da UNESCO), JOSÉ JAMBO DA COSTA, se bem que reconhecendo a universalidade do costume, afirmou sua *origem indígena* entre nós.

A responsabilidade pela tese contrária, isto é, a que dá ao *mutirão* origem africana, coube inteiramente a ARTHUR RAMOS, o qual, de passagem, sem o propósito de debater o assunto, antes a título de ilustração, escreveu:

“Várias organizações recreativas e econômicas, já aculturadas, reconhecem certas origens *bantu*, como a *roda de capoeira*, o *mutirão* ou *putirão*, os *quilombos*, etc. Sobre a capoeira, nos referiremos depois, quan-

(3) *Adjunto ou Mutirão*, “Boletim Geográfico”, Conselho Nacional de Geografia, Ano III, N.º 27, Julho, 1945, Rio de Janeiro.

(4) *Mutirão — uma Forma de Solidariedade*, Ano I, N.º 2, Maio de 1943.

do tratarmos do folclore. O *mutirão* ou *putirão*, embora seja termo de origem tupi, é uma forma de trabalho coletivo de origem africana”⁽⁵⁾.

E, a seguir, refere, em traços resumidos, o mutirão que teve oportunidade de observar:

“No Estado do Rio... o mutirão é um grupo de trabalho em que muitas pessoas, negros e brancos, homens e mulheres, dão ou vendem⁽⁶⁾ um dia de trabalho ao fazendeiro ou outro colono, terminando a sua tarefa num festival que avança pela noite adentro. Coisa semelhante às *Sociedades Congos* e aos *Combites haitianos*, espécie de comunidades de trabalho, permanentes ou transitórias, com os seus chefes, seus componentes, seus cânticos, sociedades de vizinhança e de trabalho, numa verdadeira organização sindical.”

HÉLIO GALVÃO, referindo-se a essas teses num trabalho intitulado *Mutirão e Adjunto*⁽⁷⁾, que pode ser incluído entre as mais interessantes contribuições ao estudo das formas de apoio mútuo no Brasil, deu um grande passo para esclarecimento do assunto.

“Precisamos desabituar-nos” — escreve — “do critério simplista de dar aos costumes uma só origem, como ao gênero humano. E’ a mania de monogênese, em matéria de etnografia e de folclore. Tal costume, tal hábito, tal estória, só nos pode ter vindo de um dos elementos que integram a nossa formação etnográfica. Não se admite a pluralidade ou melhor a simultaneidade de origens. E’ pecado contra o Gênese.” (...)

“A nós nos parece que o auxílio mútuo não tem uma origem local. E’ antes uma consequência do ins-

(5) *Introdução à Antropologia Brasileira*, Casa do Estudante do Brasil, Coleção “Estudos Brasileiros”, 1.º Vol., Rio de Janeiro. Págs. 467-468.

(6) O trabalho remunerado a dinheiro já representa uma deterioração do costume, como se verá mais adiante.

(7) “Boletim Geográfico”, Ano III, N.º 29, Agosto de 1954, págs. 723-731.

tinto gregário do homem. Uma resultante da vida em sociedade. A unificação de esforços no sentido econômico. O povo une-se para enfrentar o trabalho, como se une para enfrentar o inimigo às portas da cidade, ou para apagar o incêndio na casa do vizinho. Apenas cada grupo social o organiza segundo seus hábitos e suas tendências peculiares.”

PLÍNIO AYROSA, a seu turno, observa que não é original no Brasil êsse costume e que todos os povos sempre o praticaram, sob vários nomes e aspectos⁽⁸⁾.

J. V. FREITAS MARCONDES, outro autor a quem se devem dois trabalhos sérios sôbre a instituição brasileira, manifesta-se assim acêrca da procedência do costume:

“E’ oportuno, desde logo, salientar que a instituição já existia nos “mores” pátrios, antes do ano de 1500. Há quem sustente que a herdamos dos nossos índios... Entretanto, estudiosos outros, como por exemplo Arthur Ramos, com a autoridade ímpar em assuntos africanológicos, sustentam que o mutirão é de origem africana... Esposa a mesma opinião o casal Herskovitz, em recente estudo sociológico levado a efeito na Ilha Trinidad... Não falta também quem defenda — embora por meios indiretos — que a instituição é de origem portugêsa. Para nós, sendo o mutirão um fenômeno universal, existente ainda hoje em muitas sociedades primitivas, é um traço cultural que tipifica bem a solidariedade humana de todos os povos. No Brasil, é um amálgama de várias culturas”⁽⁹⁾.

Começava-se assim a ver claro no assunto, reduzindo-se às verdadeiras proporções uma controvérsia

(8) *Térmos Tupis no Português do Brasil*, Coleção do Departamento de Cultura, XIII, São Paulo, 1937.

(9) *Natureza Jurídica do Mutirão*, em “Arquivos do Instituto de Direito Social”, Vol. 9, N.º 1, Dezembro de 1944, São Paulo.

que parece afinal superada. Na realidade, o que perturbava a visão da maioria dos que abordaram o assunto era considerar o costume inerente a esta ou àquela etnia⁽¹⁰⁾ e, o que sem dúvida constituía uma afoiteza, generalizá-lo com êsse cunho exclusivista a todo o País ou a uma porção considerável do território nacional.

À raiz dêste conceito unilateral, estava, em regra, a preocupação pela etimologia do vocábulo mutirão, já aportuguesado, sem se ter em vista que, mesmo nas regiões em que é usado, ocorre, simultâneamente, o emprêgo de outras designações. Muitos, como se verá, são os nomes que recebe o auxílio mútuo no Brasil, dos quais alguns portugueses, outros regionalismos ou simples localismos⁽¹¹⁾ não dicionarizados..

Dava-se origem ameríndia ou africana ao mutirão, quando tudo o que se pode admitir, neste particular, é que só em *determinados casos* houve maior influência cultural dêste ou daquele povo no costume.

Admitindo-se que a instituição revela, em alguns lugares, fortes traços culturais de uma dada etnia, parece interessante a hipótese, aventada pelo escritor DANTE DE LAYTANO, de ser o *pixuru* usado em Gravataí, município sul-rio-grandense de formação ameríndia, uma sobrevivência indígena. Mas, conscienciosamente, adverte aquêlê intelectual:

(10) O vêzo de considerar-se o costume peculiar a êste ou àquele povo lembra, analogicamente, o equívoco em que incidiram alguns escritores em tôrno do suposto confinamento, aos territórios ocupados pelos eslavos, das comunidades de trabalho, como o *Mír* russo e a *Zadruga* sérvia. Aliás, conforme demonstrou RICHARD THURNWALD (*L'Économie Primitive*, trad. francesa, Payot, Paris, 1937, pág. 345), apoiado, na afirmação, em F. S. Krauss e outros autores, a comunidade de família dos eslavos do Sul era uma criação relativamente recente e sem raízes profundas no passado.

(11) Ainda que êste vocábulo não esteja consignado nos léxicos com o significado que lhe é atribuído aqui, julgou-se necessário o seu emprêgo para designar locuções ou termos próprios de uma localidade ou de localidades.

“Não se generalize a tese porque é uma conclusão provisória, até se examinar a área geográfica de sua existência”(12).

RAYMUNDO MORAES, por sua vez, escreveu que o *putirum* praticado nos rios Solimões e Pará é “uma forma de trabalho originária dos mais remotos selvagens da Amazônia”(13). O que o escritor paraense quis provavelmente significar é que o costume ainda hoje em vigor entre os caboclos daquela parte da bacia amazônica foi influenciado pela tradição indígena. Não generalizou. Referiu-se a uma zona onde são notórios os traços culturais indígenas.

(12) *Pixuru*, em “Província de São Pedro”, N.º 18, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1953.

(13) *Os Igaráunas*, Civilização Brasileira S/A — Editora, 1938, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

S i n o n í m i a

N O BRASIL, o auxílio mútuo recebe numerosas denominações, variáveis geralmente de uma unidade política para outra, e dentro do próprio âmbito regional, de uma para outra zona. A par de algumas designações de uso restrito a alguns Estados, assinalam-se outras extensivas a vários. É o caso da palavra mutirão ou muxirão, que se acha associada a uma espantosa variedade de vocábulos afins, derivados de um étimo comum, muitos dêles simples variações dialetais ou corruptelas; é o caso ainda do termo adjunto, usado em todo o Nordeste e conhecido em alguns Estados do Leste, e também do substantivo adjutório ou *ajutório*, comum a quase todo o Brasil.

Detenhamo-nos no vocábulo mutirão, daqui por diante empregado em sentido genérico para designar atividades coletivas solidárias, e somente em determinados casos usado em sentido restrito.

Sobre a origem da palavra mutirão ou muxirão, existe já uma pequena literatura.

CURT NIMUENDAJU, em carta dirigida a Herbert Baldus, a propósito do *apatxiru* dos índios Tapirapés, forma também encontrada entre os Tupinarés, observa:

“A palavra *apatchiru* dos Tupinaré é a designação usual em tupi para a reunião de gente para um trabalho comum (ordinariamente para uma pessoa daquela gente). Montoya diz: *potirõ*: poner manos a la obra. Provavelmente a palavra é composta de *po-ti* e *rõ*, idem *quod rû*: poner (Montoya). Os Apapokuava-Guarani têm uma forma muito semelhante. Na Língua geral do norte, a palavra é *putiru*: “Réunion, rassemblement pour faire vite un travail”, traduz P. Testavin (*La Langue Tapihya*). Do guarani e da Língua geral do norte, a palavra foi adotada no mesmo sentido pela moderna Língua portuguesa do Brasil. No Pará e no Amazonas, a gente diz “*puchirum*”, em São Paulo e nos Estados vizinhos “*motirão*”. O primeiro *a* em *apatchiru* podia ser o prefixo pronominal da primeira pessoa singular.”(1).

BALDUS e EMÍLIO WILLEMS, a seu turno, comentando o significado da palavra *apatchiru*, escrevem:

“Voltando à palavra *apatchiru* dos Tupinaré, não queremos deixar de mencionar que, a nosso ver, essa talvez se componha de *a*: prefixo pronominal da 1.^a pessoa do singular; *pa*, *mão*; *tche*: possessivo da primeira pessoa do singular; *irû*: companheiro, em guarani (*iruniare*, no *Tupi* de STRADELLI), que reaparece na língua tupinaré no número quatro: *tchairû*”(2).

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA, por sua vez, observou:

“Há dúvidas quanto à etimologia do vocábulo *mu-xirã*, sendo provável derivar-se do guarani — *potiron* —, que, segundo Montoya, significa pôr mãos à obra. Theodoro Sampaio deriva-o do tupi *puchiró* — o auxílio, a ajuda, o que bem concorda com essa junção de esforços

(1) BALDUS (Herbert), *Ensaio de Etnologia Brasileira*, Companhia Editora Nacional, “Brasiliana”, Vol. 101, 1937. Págs. 95 a 111.

(2) *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, Companhia Editora Nacional, Série 4, Vol. 17, 1939. Págs. 156-158.

dos sertanejos do Brasil. No Amazonas, diz-se *ajuri* — a reunião — e *ajuricaba* o trabalho confraternizado e o tempo para êsse fim. Era praticado pelos ameríndios, chamado pelos quíchuas *minga* (Padre Gusman) e pelos caboclos do Oiapoque *mahuré*"(3).

O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (6.^a ed.) consigna, no verbete *muxirão*, as seguintes denominações aparentadas com o vocábulo: *mutirão*, *mutirum*, *muxirã*, *muxirom*, *pixurum*, *puxirão*, *putirom*, *puxirão*, *puxirum*.

PLÍNIO AYROSA(4), estudando parte da sinonímia usada no Brasil para nomear o auxílio mútuo, organizou uma lista de têrmos em três grupos, dos quais o primeiro inclui os nomes que começam com a letra *p*, o segundo os que são iniciados com *m*, e o terceiro com outras letras, conforme se vê a seguir:

1.º GRUPO

Puxiron
Puxirão
Putirom
Putirão
Puchirão
Pichurum
Puxirum
Putirum
Potirun
Potiron

2.º GRUPO

Muxiron
Muxirão
Mutirom
Mutirão
Muchirão
Michurum
Mutirum
Muxirum
Motirun
Motiron

3.º GRUPO

Ajuricaba
Ajuri
Adjutório
Ajutórto
Adjunto
Batalhão
Bandeira

O autor citado, após analisar detidamente os vocábulos que constam dos três grupos, redu-los a dois e por último a um só grupo, concluindo que as palavras

(3) *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, Companhia Editora Nacional, "Brasíliana", Vol. 164, 4.^a edição.

(4) *Têrmos Tupis no Português do Brasil*, cit., págs. 175-183.

em foco são compostos dialetais do Tupi-Guarani, usados pelos índios e adotados pela população do País⁽⁵⁾.

Comentando êsse estudo, observa J. V. FREITAS MARCONDES que tôdas as corruptelas e sinônimos e têrmos citados de mutirão, até hoje estudados, significam em última análise isto: "trabalho associado", "unido", "abrir uma clareira", "pescar", "caçar"⁽⁶⁾.

A área geográfica do vocábulo mutirão e suas variantes dialetais e corruptelas corresponde a grande parte do Brasil, ou seja, todos os Estados da Região Sul, três da Região Leste (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), assim como tôdas as unidades políticas da Região Norte, inclusive, por extensão, a chamada parte amazônica do Maranhão, limitada a leste pelo meridiano de 44°. De sua parte, o adjunto tem como âmbito os da Região Nordeste e, de maneira restrita, dois da Região Leste (Sergipe e Bahia). O uso dessas designações, embora mais freqüentes nas áreas indicadas, não exclui o de outras, podendo ser simultâneo ou não em determinada zona.

Na parte dêste trabalho em que se descrevem as práticas solidaristas no Brasil, far-se-á referência às denominações que o mutirão recebe em diversas zonas.

(5) A esta altura, parece oportuno recordar o que, a propósito das dificuldades que defronta o etimologista para explicar o significado de certas palavras indígenas, escreveu Capistrano de Abreu nas suas notas à edição de *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de FERNÃO CARDIM (Companhia Editora Nacional, "Brasiliense", Vol. 168, 1939, pág. 185):

"...repugna-nos quase instintivamente a interpretação dos vocábulos, como o socm fazer geralmente, pela homofonia das dicções, o que induz aos mais graves erros, e é inteiramente contrário ao verdadeiro espírito linguísta.

"Entretanto, nas línguas que não têm monumentos escritos, e cujo conhecimento, de mais a mais, nos é transmitido por meio de caracteres os mais diferentes e variados, conforme o modo de representar os sons, isto é, seguindo ortografias inteiramente arbitrárias e diferentes umas das outras, é, na falta de outros dados, justamente a homofonia o que nos pode guiar para acertarmos com o radical, que constituiu o fundamento do vocábulo."

(6) *Mutirão or Mutual Aid*, em "Rural Sociology", Vol. 13, N.º 4, Dec. 1948, University of North Carolina, North Carolina State College. Págs. 374-384.

CAPÍTULO III

Principais Características da Ajuda Mútua no Brasil

HÁ ENTRE AS POPULAÇÕES rurais brasileiras⁽¹⁾ velhos hábitos solidaristas aplicados a atividades de natureza econômica e social, hoje em franca decadência, mas obstinadamente ativos nalguns lugares. Mudanças que de longa data se processam na vida rural repercutem sobre os antigos padrões de vizinhança e concorrem para obliterar êstes hábitos. Entretanto, as necessidades que ainda se manifestam em certos grupos, não devidamente integrados nas novas condições e cujo tipo de trabalho continua a reclamar assistência, retardam aqui e ali a ação dos agentes desagregadores.

Estas práticas de auxílio mútuo, a que não são estranhas, também, motivações de amizade, parentesco e compadrio, ora revestem caráter pessoal e se traduzem na prestação recíproca de tôda a sorte de serviços, ora grupal ou coletiva, envolvendo a maioria dos elementos que formam a vizinhança.

(1) "...é impossível fixar limites àquilo que se entende por populações rurais, as quais não estão separadas geralmente das populações urbanas por nenhuma circunvalação intransponível. Demais, o próprio povo das cidades e até as camadas mais cultas apresentam os mesmos fenômenos que se encontram nas zonas rurais, embora muito menos claros, muito mais delídos e transformados por influxos pessoais e materiais, exigindo do estudo muito maior soma de perspicácia e destreza." — AMADEU AMARAL, *Tradições Populares*, Obras Completas, Vol. I, Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1948. Pág. 53.

No primeiro caso, estão os pequenos adjutórios prestados em múltiplas situações: mortes, doenças, partos, casamentos, batizados, acidentes de trabalho, para só referir os mais comuns.

No segundo caso, a ajuda mútua encontra um vasto campo de aplicações, destinando-se à efetivação de numerosas tarefas, de acôrdo com as necessidades do grupo, como, p. ex., derrubadas, roçadas, encoivramento, queimas, sementeiras, limpas, colheitas, embaraçamento ou cobertura de casas.

Pode ainda a associação de esforços visar à feitura de uma obra ou serviço de interêsse geral, tais como construção ou consêrto de estradas vicinais; limpeza de córregos de serventia pública, etc., ou aplicar-se à promoção de atos com finalidades recreativas ou religiosas.

Aludiu-se, atrás, às motivações afetivas que favorecem os hábitos solidários no meio rural, mencionando-se, de passagem, o compadrio. Embora um tanto diluída, a instituição ainda exerce grande influência nas relações vicinais, impondo deveres de solidariedade em várias situações. Deve-se a AMBROSETTI uma interessante observação sôbre os exageros a que dava lugar o costume entre os habitantes da região missioneira do Rio Grande do Sul. Além do batismo de emergência, denominado *água do socorro*, havia a cerimônia religiosa propriamente dita, comemorada com uma festa, e a confirmação, contando-se em certos casos até vinte e quatro padrinhos por filho, o que praticamente generalizava os laços do compadrio⁽²⁾.

Duas são as maneiras por que se manifesta a solidariedade entre os membros do grupo: a solicitada e a espontânea, esta última menos comum.

(2) Apud AUGUSTO MEYER, *Guia do Folclore Gaúcho*, Gráfica Editora Aurora Ltda., Rio, 1951. Pág. 60.

Na primeira, o que necessita de ajuda para levar a cabo determinado trabalho apela com antecedência para a vizinhança. O convite é feito diretamente, mas por vêzes de modo indireto: o que é convidado para o serviço geralmente convida outros que, a seu ver, podem comparecer à reunião no dia combinado.

Na segunda modalidade, a cooperação nasce do impulso instintivo de socorrer alguém que se encontra necessitado e que, por êste ou aquêle motivo, deixou de solicitar ajuda. É u'a manifestação do espírito fraternal do grupo, um meio talvez de reafirmar, para que não pereçam, os sentimentos solidários.

As indicações de que se dispõe permitem informar que ainda se verifica esta modalidade de ajuda em algumas zonas de Goiás, em Minas Gerais e na Bahia. Em Goiás, o auxílio espontâneo em trabalhos agrícolas tem o nome de *traição*. Em Minas também se diz *traição*. Na Bahia, é *roubo* e *bois-roubados*. O elemento surpresa contido nessa prática dispensa o beneficiado de oferecer alimentação condigna aos que participam do trabalho, de vez que não estava êle preparado para isso. No entanto, logo que é surpreendido, procura imediatamente preparar *alguma coisa* para oferecer-lhes, inclusive a indispensável aguardente. Há casos, porém, em que até isso é dispensado, comparecendo os vizinhos com a sua *matula* (Goiás) quando sabem que o estado de pobreza do que vai ser ajudado não permite oferecer-lhes comidas e bebidas.

Não é muito rara a cooperação espontânea de vizinhos em várias situações rotineiras ou mesmo imprevisitas, em tôdas as latitudes onde ainda persistem hábitos solidaristas, mas com a destinação que tem nos Estados aludidos não nos foi possível assinalar esta modalidade noutros países. Entretanto, até que se possa conhecer tôda a sua possível área geográfica, será te-

merário afirmar-se que o auxílio mútuo espontâneo em serviços agrícolas constitui uma singularidade do meio rural brasileiro.

Em ambas as modalidades, tanto o que pede ajuda como o que recebe auxílio espontâneo, embora nenhuma disposição contratual a isso os obrigue, ficam no dever de retribuir a prestação de serviço, na primeira oportunidade, quando, à vez, lhes fôr solicitado o concurso ou se apresentar ensejo de colaborar espontâneamente. Essa obrigação, consagrada pelo costume, é uma norma de natureza puramente moral, conforme acentua J. V. FREITAS MARCONDES:

“E’ o mutirão um contrato com fundamento moral e não legal, no qual... existe o importante característico da retribuição, cuja unidade é o dia de serviço (sem que se confunda com a instituição do “dia de serviço”, também usado no meio rural, mas diferente do mutirão). O organizador pede ao vizinho ou amigo um dia de serviço, unidade essa que será oportunamente retribuída, de maneira sagrada. Aquêlê devedor que por qualquer motivo — sem se desculpar — falta ao mutirão do seu credor, sofre a sanção moral coercitiva da comunidade em que vive, a qual, na maioria das vêzes, é mais rígida que aquelas previstas nos códigos, porque é simples, dura, impiedosa e não depende de interpretações”(3).

EMÍLIO WILLEMS distingue dois elementos relacionados com a reunião de trabalho, na forma que lhe foi dado observar em Cunha, Estado de São Paulo: a reciprocidade *instantânea* e a reciprocidade *adiada*, em consonância com a terminologia de RICHARD THURNWALD(4). “Quanto ao mutirão (butirão, adjutório e juntamento são usados na região)” — escreve Willems — “não se

(3) *Natureza Jurídica do Mutirão*, cit.

(4) *L’Economie Primitive*, cit.

lhe notou ainda a dupla forma de reciprocidade que o caracteriza: as comidas e bebidas que o “dono do mutirão” oferece aos que o auxiliaram na realização do trabalho coletivo representam uma forma de reciprocidade *instantânea*, ao passo que a retribuição dos serviços constitui outro exemplo de reciprocidade *adiada* (5).

A observação é interessante. Muito embora o repasto em comum, as bebidas e mesmo a festa com que geralmente se comemora o acontecimento possam ser vistos como atos em que o propósito de atrair a colaboração dos vizinhos se ajusta à necessidade que tem o homem rural de contactos com os do seu grupo e também de diversões, não padece dúvida o caráter de onerosidade do auxílio mútuo, mais evidente quando o beneficiado retribui a ajuda sob a forma costumeira de prestação de serviço.

Mas, ainda que a reciprocidade completa seja a pedra angular do sistema, verifica-se a ocorrência de situações que escapam a este princípio, como é o caso, observado pelo Autor na parte espírito-santense do rio Doce (município de Linhares), de pessoas que concorrem a ajuntamentos em benefício de contratistas de café por simples espírito de cooperação desinteressada, de vez que não têm oportunidade de ver retribuída a sua ajuda, sob a forma habitual. Trata-se ordinariamente de assalariados avulsos ou empreiteiros de pequenas tarefas, elementos cuja norma de vida é o nomadismo e cuja adesão ao trabalho em comum obedece a um forte espírito gregário.

Outra noção que está na base de algumas formas de trabalho solidário é a da rapidez com que devem

(5) *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil*, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo 1947. Págs. 34-40.

ser executadas certas tarefas, nomeadamente nas culturas de natureza cíclica, o que decorre, de maneira geral, da incapacidade financeira em que se encontra um membro do grupo para assalariar mão-de-obra e utilizá-la a tempo de aproveitar condições atmosféricas favoráveis.

Alguns autores ou simples informantes recolheram reparos acêrca da imperfeição dos trabalhos realizados em conjunto, o que os tornaria, em consequência, desaconselháveis. Consignou-os ERNEST WAGEMANN no seu ensaio sobre a colonização alemã no Espírito Santo⁽⁶⁾, e EMÍLIO WILLEMS na sua monografia já citada. Também o chefe da Agência-Modelo de Estatística de Patos de Minas (Minas Gerais), que nos forneceu informações sobre serviços em comum naquela zona, transmitiu a observação que ali se faz a respeito dos trabalhos de fiação e tecelagem e outros da indústria doméstica realizados por mulheres. Diz-se dêsses trabalhos que são geralmente *cubados*, na acepção de mal feitos⁽⁷⁾. Entretanto, nem sempre é assim, sendo possível limitar-se as imperfeições à execução de determinados serviços.

Tem-se destacado o aspecto emulativo inerente às reuniões de trabalho, sobretudo quando o serviço a realizar obedece ao sistema de *tarefas* ou *eitos*. No sistema de tarefa, a área a ser trabalhada é dividida em duas partes e cada uma destas em *quadras*. Por vêzes uma terceira tarefa é designada ao *patrão* ou *dono do serviço*. Mas geralmente a competição se faz entre dois partidos. No sistema de trabalho *em fila* ou *em linha*, a emulação é atenuada. Mas tanto num como noutro sistema o trabalho reveste sentido eminentemente solidário.

(6) A Colonização Alemã no Espírito Santo (Die Deutsche Kolonistening Brasilianischen Stast Espírito Santo), "Boletim Geográfico". Ano VI, N.º 69, Dezembro, 1948.

(7) Com a acepção de executar mal um trabalho, o verbo *cubar*, conforme observa o chefe da AME, é um regionalismo que não consta do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

Muito embora não se disponha de informações concludentes sobre a escala em que as mulheres participam dos trabalhos agrícolas em regime de ajuda mútua, nas diversas zonas do País, parece que o concurso do elemento feminino é principalmente indireto e, só em determinados casos e circunstâncias, direto. No mutirão, mais do que nas atividades habituais da família camponesa, acentua-se o aspecto da divisão do trabalho entre os sexos. Dada a inferioridade relativa do rendimento do trabalho da mulher e a sua inaptidão física para certos labôres, como, p. ex., brocas e derrubadas, cabe ao homem a parte mais árdua nessas tarefas.

Mas, ainda que a natureza de certas atividades permita a participação da mulher na faina coletiva, o trabalho que naturalmente lhe está reservado é o de preparar alimentos para os participantes do mutirão. Assim, simultaneamente com a labuta dos homens na roça, há o mutirão das mulheres em casa para execução de tarefas que, por sobejamente conhecidas, deixam de ser aqui descritas. Lado a lado às mulheres, na faina doméstica, os menores colaboram como lhes é possível no transporte d'água ou de lenha e em outros misteres.

Contudo, quando determinado serviço é extremamente urgente e demanda o máximo de emprêgo de mão-de-obra, as mulheres participam diretamente da tarefa agrícola, observando-se o princípio da divisão do trabalho em consonância com a tradição local.

Não obstante a ocorrência do fenômeno em um número restrito de zonas rurais, devem ser referidos os mutirões femininos, simultâneos ou não com a atividade dos homens na roça, para trabalhos domésticos de fiação e tecelagem.

Os cantos, nos ajuntamentos de pessoas para realização de trabalhos agrícolas, têm sido até hoje mais objeto de curiosidade do que pròpriamente de investi-

gação. Uma simples referência ao uso ou à ausência de cantos em determinada zona presta-se de ordinário a generalizações descabidas. Na realidade, o canto não constitui elemento obrigatório das reuniões de trabalho, e é mesmo desconhecido em muitos lugares. Mas aqui e ali se observa o hábito de acompanhar a faina com o auxílio de cantos, especiais ou não, com sentido preciso ou obscuro. Mais comumente, não se trata de cantos, mas de palavras com inflexões de aboio ou simplesmente sons emitidos no instante exato de um esforço físico maior, como, p. ex., os que escapam da garganta do machadeiro ao descarregar o golpe na árvore. AMADEU AMARAL, aludindo a êste aspecto, escreveu com muita acuidade:

“Quando um ajuntamento de pessoas do povo se ocupa no transporte de objetos pesados, derruba de uma árvore, se entrega à fúria dos “mutirões”, todos sentem a irresistível necessidade de cantar. Muita vez, o canto não tem palavras e se resume na repetição de gritos alongados, a intervalos regulares. Às vêzes, as palavras aparecem, mas nada exprimem de inteligível, percebe-se bem que seu sentido é o que menos importa e que elas se resumem num simples pretexto. Outras vêzes, enfim, êsse sentido se manifesta e se precisa, e surgem então composições bem feitas e bonitas. Mas estas composições bonitas não são de regra, são exceções, e exceções mais raras com efeito do que pode parecer através de certas coletâneas muito escolhidas, onde se teve o cuidado de fixar unicamente as versões mais limadas — e talvez acabando de se limar”⁽⁸⁾.

Contrariamente ao que se observa em alguns países, como o próprio Portugal, onde se associam por vêzes aos trabalhos agrícolas realizados em conjunto e

(8) *Tradições Populares*, cit., pág. 36.

por permuta certas manifestações míticas cuja origem se perde no tempo, entre nós tais motivos estão ausentes. A título excepcional, há talvez, como se terá ensejo de ver, alguma prática em que se pode vislumbrar sentido simbólico, ligada à própria atividade agrícola. Mas não faltam ao costume brasileiro, em muitos lugares, aquêles aspectos lúdicos já notados e que fazem de nossas reuniões de trabalho um quadro cheio de vitalidade e movimentação agreste.

A festa que geralmente arremata o encontro solidário de vizinhos constitui um dos elementos estruturais do instituto, revestindo, além daquele caráter já assinalado de compensação imediata, um sentido essencialmente comemorativo. Não difere das que se costuma realizar no campo, mas a circunstância de se prender à reunião de trabalho dá-lhe um significado especial. Em vários pontos do Nordeste, do Leste (sobretudo em Minas Gerais) e do Centro-Oeste (Goiás, principalmente), recebe o nome de *pagode*⁽⁹⁾, festança matuta por excelência, sem aquêlé significado depreciativo que em certos lugares e em certas camadas sociais se empresta às diversões populares.

Em relação à festa, já foi notado que o clima de insegurança resultante do excesso de libações alcoólicas estaria contribuindo para o declínio da instituição em muitas zonas. São, com efeito, freqüentes as referências a brigas e desordens na festa (jamais durante o traba-

(9) LUIS DA CÂMARA CASCUDO, no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, pág. 463), registra: "Pagode — Festa, reunião festiva e ruidosa, festa com comida e bebida, havendo ou não danças, festa sempre de caráter íntimo, comparecendo amigos, pagodeira. *O Tesouro da Língua Portuguesa*, de Frei DOMINGOS VIEIRA (ed. de 1897, Lisboa), registra a origem do vocábulo na acepção de Portugal e Brasil: "Fazer pagodes: fazer funções e divertimentos de comezainas e danças, e cantares e prazeres licenciosos, à semelhança dos que na Ásia fazem as bailarinas de certos pagodes, ganhando para sustentação delas, e de seus ministros, o preço da prostituição". FERNÃO RODRIGUES LOBO SOROPITA, contemporâneo de Camões, falava semelhantemente: "...lá, ao invés da garganta, fazem suas festas e pagodes, e tudo o mais deixam des-povoados".

lho) que comumente se segue ao mutirão, provocadas pela exaltação alcoólica, e a que se ligam, em regra, motivos de natureza amorosa ou sexual. A conquista ou a defesa das preferências femininas geram, não raro, rixas sangrentas que interrompem bruscamente o folguedo.

Pondere-se, no entanto, que o uso excessivo do álcool e as desavenças que se verificam não constituem uma característica exclusiva da festa subsequente à reunião de trabalho, sendo comuns a vários atos recreativas das populações rurais. Interessante, a êste respeito, é a observação, mais adiante consignada, de que apesar das brigas sempre se realizaram mutirões, os quais ainda conservam em muitos lugares o seu aspecto festivo. Outras, como se verá oportunamente, são as causas do declínio das práticas de ajuda mútua.

Pôsto à parte o que de inconveniente existe nessas brigas para a harmonia dos componentes do grupo, a festa, em sua essência, constitui um fator agregativo da maior importância, transcendendo, na sua manifestação aparente, aquêle caráter especulativo de retribuição imediata. A ausência dêste elemento afetivo nas reuniões de trabalho é indício de que alguma coisa começa a desintegrar-se. Não o antecipemos, porém.

*

* *

RADHAMAKAL MUKERJEE notou que a necessidade de regulamentação coletiva da água na cultura do arroz, na Índia, no Japão e em Java, tem concorrido para desenvolver e perpetuar a organização econômica e administrativa da comunidade rural. Em tôdas as partes onde a cultura do arroz exige um sistema de irrigação para substituir a perda d'água pela evaporação,

desenvolvem-se hábitos cooperativistas de trabalho⁽¹⁰⁾. Desta maneira, observa Mukerjee, há no Japão, em Java e em certas regiões da Índia obras de engenharia hidráulica tão notáveis quanto as encontradas na Holanda, e que resultaram do esforço conjugado de pequenos lavradores iletrados. Os túneis para condução d'água através de encostas, os aquedutos e reservatórios e, noutro plano, as sociedades de irrigação, constituem alguns exemplos da união de forças. Nas regiões onde ocorrem grandes enchentes, como no Japão, diques e repêlas resultam também do trabalho cooperativo de pequenos lavradores.

A essas formas sociais de trabalho e de vida assinaladas na cultura do arroz, atividade que exige bastante mão-de-obra e pequeninos cuidados e na qual o emprêgo de máquinas e instrumentos agrícolas aperfeiçoados está sujeito a uma série de limitações naturais, contrapõem-se, conforme Mukerjee, as formas individualistas e de competição características da cultura do trigo, que se desenvolve com grandes investimentos de capital, sob a forma de terras, máquinas e implementos, instalações e métodos e regulamentos de uma verdadeira fábrica. Assim, os extensos campos de trigo do Cana-

(10) Idêntica observação é feita por PIERRE GOUROY, de referência ao Extremo-Oriente: "Il existe dans le village un vif sentiment de solidarité qui s'exprime dans les nombreux associations que forment les campagnards dans le but de se prêter un mutuel appui. Cette solidarité ne se manifeste pas de façon habituelle dans l'agriculture. Chaque paysan met en valeur sa propre terre et ne peut guère compter sur l'appui de ses voisins puisque les dates des grands travaux agricoles sont de mêmes pour tous; s'il arrive que des voisins se prêtent assistance ce ne pas une règle générale. Ces cas d'entraide sont particulièrement fréquents pour le repiquage du riz: il est en effet avantageux que la rizière soit repiquée rapidement, afin que le riz pousse de façon homogène, que tous les plants aient en même temps les mêmes nécessités d'eau, et que la maturation s'effectue pour toute la parcelle au même moment. On aura donc intérêt à employer une abondante main-d'œuvre pour que la rizière soit tout entière repiquée en un jour ou deux; des voisins, des amis, des parents auront avantage à s'entraider; ils peuvent le faire, parce que, si l'époque du repiquage est inéluctable, la date exacte de cette opération peu être fixée avec une certaine liberté." — *La Terre et l'Homme en Extrême-Orient*, Librairie Armand Colin, Paris, 1947. Pág. 197.

dá seriam povoados mais por máquinas do que por homens⁽¹⁾.

Resumidamente, pode dizer-se que os hábitos cooperativistas ou individualistas estão basicamente subordinados à natureza específica da cultura, ao seu maior ou menor desenvolvimento técnico e, por igual, à categoria do elemento humano que dela participa.

No Brasil, de modo geral, os hábitos cooperativos são incompatíveis com a estrutura de trabalho da grande propriedade, mesmo a de baixo nível técnico. Bastante expressivo, a êste respeito, é o depoimento contido num relatório técnico sôbre a sub-área açucareira dos vales úmidos do Cearàmirim, Piau, Capió e Catu, no Rio Grande do Norte.

“O resultado de nossas observações durante excursões sucessivas em todo o litoral, visitando quase todos os engenhos, especialmente os que ficam ao sul desta Capital (Natal), leva-nos a crer que jamais os senhores de engenho se associarão para realizarem êstes serviços (desobstrução de rios), que particularmente lhes aproveitam. As divergências são freqüentes entre êles quanto ao tempo e à maneira de fazer a limpeza. Algumas vêzes intervém um mero capricho pessoal: *não limpo, não abro o rio em minha propriedade, nem dou licença para que alguém nela penetre com êste fim*. Basta que o senhor do engenho oponha êste embargo para que fiquem prejudicadas grandes áreas, que, se estão plantadas, ficam evidentemente prejudicadas sob a ameaça de inundação”⁽¹²⁾.

Já na zona dos Cariris, onde a propriedade está mais subdividida, predominam formas cooperativistas

(1) MUKERJEE (Radhamakal), *Regional Sociology*, New York and London, The Country Co., 1926. Págs. 126-127 e 167-168.

(12) JOAQUIM INÁCIO, *Drenagem Permanente*, da Série “Litoral Úmido”, “Diário de Natal”, 1932.

quanto à distribuição da água, conforme lembrava ARROJADO LISBOA:

“A região dos Cariris está nas fraldas da chapada do Araripe, onde brotam, de falhas da rocha, fontes poderosas. Nesse singular altiplano, um uso tradicional, que regula a distribuição d’água para irrigação, é rigorosamente mantido sem o menor prestígio de autoridade alguma. De cada fonte saem regos e canais que, subdivididos, se espalham pelas *múltiplas e pequenas propriedades das encostas* (o grifo é nosso). A cada lote de terra cabe, no mês, determinado número de dias, dois ou três, para uso da água. As terras se transmitem com êsse direito, que também é objeto de comércio quando o proprietário, não fazendo cultura, pode dispensar a água em proveito do vizinho. E todo êsse complicado mecanismo de distribuição da água para as culturas move-se espontânea e metódicamente ao único impulso do interêsse coletivo, sem lei escrita, tradicionalmente”⁽¹³⁾.

Em 1860, na localidade de Caraúbas, dezessete lavradores, associados para a construção de um açude destinado ao uso comum, firmaram um documento que incluía uma cláusula estabelecendo que o paredão principal seria de ninguém (*res nullius*), mas de utilização coletiva. Em outra cláusula, dispunha-se que as dificuldades supervenientes seriam removidas por um juízo arbitral⁽¹⁴⁾.

Não se infira daí que há sempre no meio rural brasileiro uma relação forçosa entre a pequena propriedade

(13) *O Problema das Sêcas*, conferência realizada a 28 de agosto de 1913, em “Anais da Biblioteca Nacional”, Vol. XXX, pág. 143.

(14) *Apud* HÉLIO GALVÃO, *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, “Sociologia”, Vol. XII, N.º 4, 1950, São Paulo, pág. 292. Os dois exemplos anteriores, relativos respectivamente aos agricultores dos Cariris e aos senhores de engenho dos vales úmidos, foram tomados ao mesmo autor.

e a escassez de recursos naturais. Se assim é geralmente, dada a nossa estrutura agrária, que relega a propriedade do pequeno tipo às áreas mais desfavorecidas, não é muito rara a sua ocorrência em zonas férteis, sobretudo as de desbravamento recente, nas quais, pela ação de outros elementos determinantes, se recorre com frequência às práticas solidaristas.

Como forma de atividade aplicável a uma parte do sistema econômico ou como comportamento social, o auxílio mútuo no Brasil é um costume desenvolvido à margem da grande propriedade fundiária, interessando principalmente as camadas pobres do campo, dispersas nas grandes áreas interiores ou mais ou menos agrupadas em explorações a que de ordinário faltam recursos para custear mão-de-obra.

E não poderia ser de outro modo. A grande propriedade, tanto a dos tempos da escravatura como a que chegou até os nossos dias, rege-se em essência por uma organização de trabalho onde não há lugar para o desenvolvimento de formas cooperativistas. Habitualmente as relações de vizinhança entre os grandes proprietários estabelecem-se num plano em que predominam sentimentos de amizade, aversão ou desconfiança e no qual só por exceção há lugar para práticas de assistência ou trabalhos de interesse comum. Os serviços que eventualmente se prestam, em caráter particular, revestem o sentido de "favor" ou "gentileza", enquanto que as suas relações, em face da crescente tendência ao absentéismo, se tornam cada vez mais episódicas e pessoais.

No entanto, a grande propriedade, quando a sua exploração é feita em forma indireta, através de arrendatários e parceiros, ou quando nela predominam relações de trabalho reguladas por contratos de empreitada (do tipo, p. ex., dos contratos para formação de cafézal

ou mesmo “contratos de colono”), favorece o exercício da ajuda mútua entre os elementos atrás indicados.

Se os grandes proprietários, conforme se acentuou, são avessos por norma à colaboração entre si, raramente associando-se para trabalhos de interêsse recíproco, suas relações com o grupo não fogem aos padrões habituais de comportamento, marcado por fortes características personalistas. Excepcionalmente um grande proprietário pode convocar os vizinhos pobres para execução de algum trabalho, mas é difícilimo que retribua nos moldes costumeiros. Limita-se, via de regra, a fornecer alimentação e bebidas aos partícipes, fazendo-se representar, oportunamente, na reunião convocada por um dos colaboradores, por um trabalhador assalariado que o substitui no serviço.

Entre êstes dois elementos — grandes proprietários rurais e lavradores pobres —, há, todavia, um espaço que é preenchido por diversos tipos intermediários, sem *status* rígido. Aliás, embora se assinale na sociedade rural certa disposição hierárquica, não são chocantes as diferenças sociais entre as camadas que constituem o grosso da população, salvo nalgumas zonas onde a concentração de capital na agricultura ou a sua penetração mais recente neste setor concorre para acelerar o processo da estratificação. Assim, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários pobres e até mesmo assalariados, ombreiam-se, não raro, no trabalho, a lavradores de maiores recursos, relativamente abastados.

O fato é mais comum nas zonas colonizadas com o auxílio quase exclusivo do homem e de sua família, nas quais a ascensão econômica se faz à custa de esforços penosíssimos. Nestas condições, se do ponto de vista econômico alguns componentes do grupo se destacam do conjunto, a origem social os aproxima dos elementos situados em nível inferior. Pelos seus hábi-

tos, pelo seu grau de instrução, pelo seu equipamento culturológico enfim, êles ainda se acham vinculados ao grupo, muito embora o seu “mundo mental” já comece a alargar-se.

Mas se os fatores acima enumerados pesam nesse comportamento, o que sobretudo os leva a solidarizar-se com os vizinhos econômicamente mais fracos e a socorrer-se também do seu concurso são as necessidades que muitos dêles experimentam no tocante a mão-de-obra em quantidade suficiente para atender, em certas fases, às exigências da exploração agrícola.

*
* *

No capítulo seguinte, tentar-se-á o exame da tradição comunitária dos três elementos básicos da nacionalidade: o português, o índio e o africano, indicando-se várias formas atuais por que se manifesta o espírito cooperativista dêsses povos.

Dois dos elementos que contribuíram para nossa formação — o índio e o africano — regiam-se em essência, cada qual no seu próprio *habitat*, por princípios comunitários, guardadas as respectivas características. O índio mais do que o africano, cuja organização social se destacava por uma divisão de trabalho mais desenvolvida, fruto de uma evolução que se filia às invenções e à assimilação de novas técnicas, através de numerosos contactos culturais. Quanto ao português rural que se trasladou para o Brasil com os seus padrões de cultura marcados por sobrevivências da antiga organização econômico-social, não há dúvida que era portador de uma rica tradição comunitária.

Advirta-se contudo que as práticas solidaristas no ambiente rural brasileiro não resultaram de uma sim-

ples superposição de influências, mas da integração, dentro de uma grande variedade de condições regionais, de hábitos que já tinham validade no Direito comum das três etnias. Como se aplicassem a atividades econômicas e sociais inerentes à nossa própria evolução, despiram-se de alguns aspectos originais e adquiriram características autônomas.

Em certas zonas uma dessas influências terá sido mais acentuada, mas de modo geral elas se entrelaçam e se misturam, tornando-se difícil discernir a rigor o que se deve a um ou outro povo. Mesmo nos lugares onde a influência indígena foi mais sensível, não se pode ver no mutirão uma cópia do trabalho coletivo usado pelos índios, entre os quais a realização de tarefas em comum não visava a beneficiar êste ou aquêlê indivíduo, mas, básicamente, a atender às necessidades da tribo ou da família, esta última constituída pelo grupo consanguíneo, que incluía por extensão os parentes por afinidade e a clientela dos amigos.

Diga-se a mesma coisa do sistema de trabalho africano, que apesar de revestir formas solidárias se subordinava a uma organização específica.

Com relação à influência portuguesa, que é indiscutível, deve ter-se em vista que aparece no mutirão transfigurada ao influxo de condições ecológicas e sociais diferentes das que constituem o meio rural lusitano.

A presença de elementos próprios no mutirão e as peculiaridades e coloridos que reveste, imprimem-lhe fisionomia distinta. Mas, como se verá nas linhas seguintes, se existem características especiais no costume brasileiro, há também similitudes e analogias dignas de nota.

CAPÍTULO IV

A Herança Comunitária

1) TRADIÇÃO PORTUGUÊSA

ALGUNS DOS QUE NO Brasil tiveram ensejo de escrever sobre trabalhos coletivos no campo ou ajuda mútua em geral admitiram a possibilidade da influência portuguesa nessas velhas práticas de nossa gente rural, posição que já representa um avanço em relação ao ponto de vista que levou a maioria a filiá-las exclusivamente à tradição indígena. Fizeram-no, porém, tímidamente, a título de hipótese, dedicando ao assunto quando muito duas ou três linhas⁽¹⁾. Punha-se assim de lado, inexplicavelmente, como coisa inatual, o elemento mais decisivo do amálgama cultural brasileiro, aquêles que com os seus padrões tradicionais mais profundamente marcou a vida institucional do País.

Por que reconhecer influência portuguesa em numerosas instituições sociais do Brasil e omitir-se a mesma nesses velhos hábitos de nossas populações agrárias?

(1) Deveu-se mais demoradamente no assunto EMÍLIO WILLEMS. Para esse autor, tanto o uso de palavras indígenas como certos elementos estruturais do mutirão indicam maior influência aborígine na atual organização da ajuda mútua. Mas observa que, sob outros aspectos, parece indiscutível que alguns traços do mutirão brasileiro são também encontrados em Portugal. — Ver *Portuguese Culture in Brazil*, "Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies", Washington, October, 15-20, The Vanderbilt University Press, Washville, 1955. Pág. 70.

Há, neste particular, um preconceito a desfazer-se. Supõe-se geralmente que a condição do português no Brasil, nos seus contactos com o ambiente rural, fôsse a do *empresário*, limitado a administrar o imóvel através de um capataz ou feitor. De acôrdo com êste modo de ver, o português só participava dos trabalhos agrícolas na qualidade de dirigente ou de simples proprietário absenteísta, sem vinculação direta à terra.

Embora em alguns casos esta imagem corresponda à realidade, o papel do português em face do trabalho rural não se resumiu a essa atitude, que nem sempre, diga-se de passagem, era passiva. Se é certo que os senhores de engenho e outros grandes proprietários territoriais, constituídos quase exclusivamente, nos primeiros tempos, pelos reinóis, representavam minoria inexpressiva, não devem ser esquecidas as numerosas levas de camponeses pobres que no curso do período colonial afluíram ao País⁽²⁾. Como não poderia deixar de ser, o trabalho rural entre nós foi profundamente influenciado por muitos dos seus métodos e técnicas, fruto de uma experiência haurida, através do tempo, de numerosas gerações de agricultores e pastôres, num meio em que, conforme se tem observado, o homem se acha intimamente ligado ao solo e faz de sua atividade não apenas uma simples ocupação, mas o próprio motivo de sua existência.

Não deve ser esquecido, em particular, o papel dos núcleos de colonização açoriana, que deixaram importantes traços nalgumas regiões do País, e dos quais se irradiou, na parte meridional do Brasil, o povoamento das províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul,

(2) A gente miúda, os "miúdos", assim chamados no próprio Portugal, homens dedicados às atividades agrícolas, lavradores, colonos, enfim, lembra MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, *Etnias e Culturas no Brasil*, "Os Cadernos de Cultura", Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, págs. 29-30.

constituindo o principal ingrediente do processo aculturativo que se iniciou com a chegada àquela região de colonos europeus de outras origens⁽³⁾.

Vamos, porém, ao objetivo que temos em vista, ou seja, o de demonstrar a influência portuguesa nos hábitos cooperativistas das populações rurais do Brasil, reportando-nos detidamente, com o auxílio dos elementos disponíveis, à grande variedade de formas de trabalho coletivo ainda hoje assinaladas em Portugal.

Há várias fontes em que se encontram indicações do maior interesse acerca de atividades coletivas no meio rural português. Entre os autores que, faz tempo, versaram o tema, inclui-se, como dos mais abalizados, OLIVEIRA MARTINS⁽⁴⁾. Também ROCHA PEIXOTO⁽⁵⁾, estudando a tradição comunitária portuguesa, indica várias formas de trabalho em comum naquele país, referindo-se, inclusive, aos "adjuntos minhotos"⁽⁶⁾ para a repartição das águas às sementeiras, reparos nas igrejas, substituição de um touro na localidade, etc. Entretanto, limitar-nos-emos a referir contribuições mais recentes, onde ao estudo das formas históricas remanescentes não falta o indispensável cunho de atualidade.

O etnólogo JORGE DIAS, a quem se devem, além de vários trabalhos, dois estudos sobre aldeias comunitárias

(3) Com aquela exceção dos duzentos casais açorianos que se estabeleceram no Maranhão em 1619, a vinda de ilhéus para o Brasil se fazia, nos séculos XVI e XVII, em caráter individual, mas já na centúria seguinte a imigração açórica foi estimulada pelo governo português, interessado, por motivos políticos, em promover a colonização do norte e sul do País, facilitando-se aos casais não só o transporte e estabelecimento, como os primeiros elementos úteis à criação de uma agricultura estável. O Maranhão, já referido, e o território hoje amazonense e paraense receberam várias levadas de ilhéus, que ali se fixaram, formando núcleos demográficos e econômicos. Cf. MANUEL DE GUES JÚNIOR, *Separata do Vol. II do I Congresso de História Catarinense*, Imprensa Oficial, 1950.

(4) *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, 1909.

(5) *Formas de Vida Comunitária em Portugal*, em NOTAS SOBRE PORTUGAL, Vol. 1, Lisboa, 1908.

(6) O vocábulo *adjunto* não seria assim um simples brasileiro do Nordeste, como se pretende, pois já era igualmente usado no Minho para designar certas formas de ajuda mútua.

em Portugal⁽⁷⁾, considera possível que a apropriação comunitária do solo por muitas tribos peninsulares, autóctones ou não, tenha precedido as primeiras invasões de grupos indo-europeus, os quais, sobretudo os celtas, eram povos em estágio de economia pastoril ou hortícola-pastoril e “certamente de tradição comunitária”⁽⁸⁾.

A romanização da península, observa êsse autor, não se fez sem dificuldades, ante as resistências que lhe foram opostas, mas finalmente triunfou a paz romana nas regiões mais férteis, que conheceram, pela primeira vez, a apropriação individualista do solo, a *villa*. “Contudo, a propriedade individual não exclui a existência de baldios usufruídos pelos vários vizinhos ou proprietários, que aí mandavam os seus rebanhos e cortavam lenhas. A legislação romana procura dar forma jurídica a êstes diferentes tipos de propriedade. Mas temos de admitir que nas regiões mais inóspitas do nordeste e do norte, onde a romanização se fez menos perfeitamente, perduraram muitas formas de vida tradicional”⁽⁹⁾.

As subseqüentes invasões de visigodos, alanos e suevos, embora afetem a vida social da península, não alteram o tipo de propriedade individual introduzida pelos romanos, mantendo-se numerosas formas de antiga tradição, como o trabalho coletivo, o aproveitamento comum dos baldios, o compásquo e outros direitos de fruição. Por último, o longo período da dominação árabe e a Reconquista alteram de novo o quadro geral da península, sem que muitas regiões percam a fisionomia tradicional.

(7) *Vilarrinho da Furna, uma Aldeia Comunitária*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Instituto para a Alta Cultura), Pôrto, 1948. *Rio de Onor, Comunitarismo Agropastoril*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Instituto para a Alta Cultura), Pôrto, 1953.

(8) *Rio de Onor, Comunitarismo Agropastoril* (Introdução), páginas 26-28.

(9) *IDEM*, *loc. cit.*

Além dos dois casos mais típicos de organização comunitária em Portugal — Rio de Onor e Vilarinho da Furna —, notadamente o primeiro, Jorge Dias aponta numerosos traços de antigos costumes nesse país, como os pastos e os rebanhos comuns, as *vezeiras*⁽¹⁰⁾, as *lamas do boi*⁽¹¹⁾, *os moinhos do povo*⁽¹²⁾ e o *forno comum*⁽¹³⁾.

“Na terra fria bragantina, que faz raia com Espanha, terras de Miranda, Petisqueira, Lombada, Guadramil e para o ocidente, em Montezinho, e em todos os territórios ao norte do Concelho de Vinhais até a Lomba, são freqüentes os traços comunitários, quer na feição comum dos baldios, quer nos rebanhos do povo (vezeiras de porcos) ou ainda nos fornos, lagares, moinhos, forjas, etc., que aqui e ali vão resistindo à tendência individualista da época.” (...)

“Na serra de Montemuro, os rebanhos comuns, “vigias”, ainda existem, embora eu já tenha assistido ao seu desaparecimento em algumas aldeias, onde eram freqüentes há uns vinte e tal anos.

“Mais para o sul, no distrito de Castelo Branco, ainda há restos vigorosos de tradição comunitária em algumas aldeias isoladas, como Zebreira. ... Mais para além Guadiana, na serra de Serpa e em Barrancas, ainda é possível surpreender restos de compáscuo, isto é, dis-

(10) A palavra *vezeira*, ou o seu plural *vezeiras*, derivou-se do fato de que os pastores encarregados de vigiar os rebanhos são fornecidos, à *vez*, por cada um dos donos do gado.

(11) Prados comuns onde outrora pastava o *boi do povo*. Também se diz *lamas do povo*. “Hoje, êsse costume vai em vias de desaparecimento, mas ainda há várias *lamas do Gerês ao Barroso*.”

(12) “Os moinhos do povo são de fato freqüentes em tôdas as regiões mencionadas.”

(13) O forno do povo, em que as mulheres cozinham o pão da família, é ainda muito freqüente na grande parte das aldeias barroas. “Alguns dêles são construções excelentes, todos de pedras, inclusivamente, o próprio telhado, como, por exemplo, o de Padarnelo (Montalegre).”

tritos tradicionais de pastagem em propriedades privadas, formadas de antigos baldios. A posse individualista da terra não bastou para destruir inteiramente os costumes arreigados no passado”(14).

E' natural que num meio sedimentado por fortes tradições comunitárias se possa assinalar uma grande variedade de formas de trabalho solidário. Informa Jorge Dias que no Minho, onde predomina a propriedade individualista média de exploração indireta e frequentemente capitalista, são inúmeros os trabalhos de campo feitos em conjunto e por permuta. Em grande parte do distrito de Braga e de Viana do Castelo é ainda corrente o sistema de *rogar* os vizinhos para as vindimas, sachas, malhas, ceifas, esfolhadas, ripadas, espadeladas, etc. De acôrdo com Oliveira Martins, citado por êsse autor, no tempo dos vessadoiros de pau (arados), que pelo seu pêso excessivo exigiam várias juntas de bois e muita gente, também havia o costume de se reunirem alguns vizinhos para as *vessadas*.

Outro etnólogo português, ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, em recente ensaio sôbre formas de serviços coletivos de natureza solidária em Portugal(15) e que constitui, de certo modo, uma réplica à tese ameríndia acêrca do *mutirão*, apresenta copiosas informações a respeito dessas práticas ainda hoje vigentes naquele país.

“Entre nós” — escreve —, “as manifestações de solidariedade e cooperação vicinais, que, como o *mutirão*, se apresentam sob a forma de trabalhos gratuitos e recíprocos, são muito abundantes e variadas, não se limitando às vindimas, como parece supor José Jambo da Costa; como aquêle — e a par das razões e motivações econômicas e sociais subjacentes que as justificam e

(14) JORGE DIAS, *loc. cit.*

(15) *Trabalhos Coletivos Gratuitos e Recíprocos em Portugal e no Brasil*, em “Revista de Antropologia”, Vol. 3.º N.º 1, Junho, 1955, São Paulo. Págs. 21-43.

sustentam —, elas são afirmações mais ou menos diretas da unidade constitucional do agregado local, em que é presente o sentimento de coesão e a fôrça dos laços que ligam entre si os seus componentes, e que derivam dessa unidade.”

Para os fins do estudo em foco, o autor distingue e considera em separado as zonas serranas, já por si diferenciadas, e as terras baixas que se estendem da Ribeira minhota até o Tejo.

Nas zonas serranas, de maneira geral — informa Veiga de Oliveira —, são variados os serviços coletivos, não se destacando, porém, do conjunto funcional das atividades e instituições locais, impregnadas de forte tradição comunitária. Além dos pastos e rebanhos comuns, apascentados em regime de vezeiras, encontram-se as *juntas* ou *conselhos*, compostos de representantes de tôdas as casas da povoação e que se reúnem periódicamente ao toque do sino ou da buzina, para resolução de assuntos importantes ou de interesse comum: construção ou cosêrto de caminhos, da igreja, de pontes, muros, ou edifícios do povo; segadas, vindimas, roçadas, etc., batidas aos lóbos, etc. São freqüentes, nas zonas em questão, os moinhos, fornos, lagares e até forjas do povo, utilizados segundo diversos regimes estabelecidos pelas *juntas*, em consonância com a tradição local.

Nas terras baixas, especialmente em certas partes do Minho, apesar da progressiva desintegração do espírito unitário do grupo, em virtude das transformações econômicas que ali se vêm processando, são habituais as manifestações cooperativistas entre vizinhos, constituídos sobretudo de arrendatários, reunindo-se os mesmos para realização de vários serviços que demandam grande número de braços e que geralmente devem ser executados no devido tempo, tais como: sachas, ceifas, malhas, esfolhadas, arrigas ou arrigadas, ripadas e espa-

deladas do linho, vindimas e, também, em certos lugares, “carradas” de pedra ou mato, etc. Muitos desses trabalhos obedecem ao sistema de permuta, denominado, conforme as localidades, “rogas”, “tornas”, “a trôco” ou “torna geira”. Em Válega, na região de Ovar (sul do Douro), o sistema das “tornas” é usado nas malhas de milho, e em outros lugares nas ceifas do azavém. Em Souto de Branca, no conselho de Albergaria-Velha, adota-se o sistema nas desfolhadas do milho, nas arrigadas ou arrancadas do linho, nas ripadas e espadeladas.

O autor que vimos referindo acentua o caráter festivo que revestem algumas dessas reuniões. E conta que nas desfolhadas, realizadas à noite, sucedendo-se umas às outras, aparecem a meio da reunião rapazes cobertos com um gabão — os *serandeiros* — que “correm as diferentes casas onde há festa, e intrigam os presentes, dando-lhes a cheirar maçãs ou manjericos — e às vêzes, por travessura, urtigas —, que levam consigo, sem, até o fim, se darem a conhecer”. Nas arrigadas do linho, cada grupo por sexo tem a sua bandeira de papel ou pano, em côres, de que outro procura apoderar-se e que todos defendem, “em meio a grandes brincadeiras, com foguetório e dança”. “Quando aparecem os *serandeiros*, uma rapariga atira a maçã àquele que julga reconhecer ou é seu namorado; se êle a come é sinal que êle aceitou o desafio, e passa a noite a conversar com ela; no fim do trabalho, os *serandeiros* desmascaram-se e o “dono” da espadelada dá a ceia.”

As segadas, em que a cada um compete a sega de uma *margem*, caracterizam-se geralmente por uma verdadeira competição, esforçando-se cada qual por manejar a foice com maior rapidez. Mas, domina a todos o espírito de cooperação. Assim, quando algum dos que trabalham se atrasa em relação ao vizinho próximo,

tem de trocar de *margem* com êste, ao ser por êle alcançado. O lavrador que convidou vinte ou trinta homens para as segadas oferece alimentação abundante: uma caldeirada de sardinhas ou bacalhau, com pão e vinho. Quando a tarefa a realizar é de pequeno vulto, a comida se reduz a uma merenda. “A refeição tem lugar ao ar livre, a menos que o trabalho tenha terminado com a noite, porque então come-se dentro de casa; e depois, os segadores, de regresso à aldeia, vêm numa rusga pelos caminhos, cantando cantigas próprias da ocasião, que todos conhecem, e que enchem o silêncio da tarde. No dia seguinte, depois que a gente da casa amarrou o trigo aos molhos e o levou para o alpendre, as crianças e os vizinhos podem ir buscar, para si, as espigas que escaparam à sega; e diz-se que a primeira apanha é para o lavrador, e a outra é para o povo. Nas esfolhadas do milho, observa-se o mesmo sistema: o lavrador convida quem entende, para lhe fazerem o serviço, e oferece um “beberete” de vinho com pão e sardinhas; e como o trabalho é leve, canta-se e brinca-se, e quem descamisava um “milho-rei” pode abraçar a tôda a gente.”

É no Minho, principalmente, acentua Veiga de Oliveira, onde os trabalhos em regime de auxílio mútuo são mais freqüentes, apresentam maior variedade e riqueza de detalhes e “onde o seu aspecto festivo tem mais brilho e mais sensivelmente se revela o seu sentido lúdico e mítico”. Êsses trabalhos realizam-se ininterruptamente ao longo de tôda a quadra estival, e “cada um dêles constitui uma festa local”.

Em Santo Tirso de Prazins, perto de Guimarães, as vindimas, as esfolhadas, as espadeladas, etc., e ainda as “fiadas” do linho são levadas a cabo com o concurso de todos os vizinhos. O sistema de “rogar” para efetivação dêsses trabalhos é muito comum entre os caseiros, que exploram a terra mediante a entrega, ao proprie-

tário, duma renda em cercal e partilha de outros produtos do solo. Como grande parte dos serviços coincide com a presença dos proprietários em sua casa, os caseiros devem pedir autorização aos "senhores" para realizar, depois dos trabalhos, a festança que arremata o dia.

Nas vindimas, que congregam por vèzes quarenta a sessenta pessoas, o *patrão*⁽¹⁶⁾ limita-se a vigiar, a olhar por tudo e por todos, e a ajudar onde se faz necessário. "A verdadeira manifestação de brio, por parte dos homens, consiste em terem os seus cêstos cheios, sem darem às raparigas tempo de transportarem o seu, sem se fazerem esperar; então berram: "Carrol! Carrol", que é a máxima vergonha para elas; a chamada vulgar, sem intuito vexatório, apesar de sua insistência frenética, é: "Torna, torna, torna, ternal", numa gritaria velocíssima... Entre as duas refeições, e conforme o tempo que a vindima dura, serve-se vinho várias vèzes sempre que os homens o reclamam, batendo com o pau em que penduram as suas cestas nas escadas em que se encontram, sem articularem palavras, mas soltando um prolongado ronco. O calor, a sêde, o pó, a embriaguez da época, do trabalho, do vinho, e do acontecimento, transformam a tarefa numa estranha cerimônia, de plenitude, violência e exuberância, numa opulência de fôrças naturais fecundas e pletóricas."

Terminada a vindima, e após a segunda refeição, verifica-se a festa de costume, quando os "senhores" consentem na sua realização, seguindo-se a pisa das uvas no lugar, realizada apenas pelos homens.

Após descrever vários trabalhos dessa natureza em diferentes localidades minhotas, Veiga de Oliveira mostra a estreita semelhança que existe entre o mutirão e

(16) No Brasil, também, em certas regiões, o dono do serviço é denominado *patrão*.

aquelas práticas de solidariedade vicinal, observando a identidade dos seus caracteres principais e secundários. Concluindo, escreve que, considerada a profunda influência que o português em geral e sobretudo o do norte exerceu na elaboração da cultura e da mentalidade do Brasil, “parece fora de dúvida que a persistência do mutirão entre nós se funda nas tendências do psiquismo português e mais especialmente na do minhoto”.

Entenda-se, porém, que ao acentuar as similitudes entre os trabalhos coletivos em Portugal e os do Brasil não pretendeu o etnólogo lusitano firmar uma tese exclusivista.

*
* * *

Em carta dirigida a Henrique de Barros, a quem havíamos solicitado informações sôbre o costume em Portugal, antes de têmos conhecimento da bibliografia aqui referida, Jorge Dias escreve:

“De fato mantêm-se ainda hoje várias formas de ajuda mútua no nosso meio rural, que creio devem ter exercido influência importante no mutirão brasileiro, como o salientou EMÍLIO WILLEMS na sua comunicação ao I Colóquio Luso-Brasileiro. Além das formas mais perfeitas, de que temos exemplos nas aldeias comunitárias, nomeadamente Vilarinho da Furna e Rio de Onor, encontra-se sobretudo no norte do país tôda uma série de serviços feitos por permuta, que possivelmente têm a sua origem na sua forma econômico-social primitiva.” (Data: 19-10-1955).

2) TRADIÇÃO INDÍGENA

Conquanto seja possível assinalar diferenças de grau no estágio de civilização das populações indígenas do

Brasil⁽¹⁷⁾, inclusive das que sobreviveram à dizimação sistemática a que sempre estiveram expostas, não padece dúvida que a organização social desses povos teve e ainda tem como apoio a instituição comunitária de base tribal.

A luta que os índios deviam sustentar num meio em que não raro escasseavam os produtos espontâneos da flora, e a própria fauna, o que determinava freqüentes deslocamentos dentro do território que lhes correspondia; seu constante temor em face dos elementos naturais cujas causas não podiam compreender; tudo isto lhes impunha uma atitude solidária nas ações, e ainda que já se assinalassem entre eles algumas atividades de caráter particular, a vida econômica, social e religiosa da tribo era dominada pelas representações coletivas.

A cultura da tribo, em que já se incluíam o uso do arco e o domínio de algumas técnicas primárias de bens de subsistência, utensílios, adornos e objetos vários, caracterizava-se sobretudo pela organização do trabalho baseada na cooperação geral. Nômadas ou seminômadas, carentes de meios para exploração do solo em forma sistemática, praticavam, como se sabe, além da caça e da pesca, da apanha de frutos e mel silvestre, uma agricultura rudimentar de subsistência, limitada quase exclusivamente à reprodução de raízes ou tubérculos.

Nesse organismo onde a divisão do trabalho, elementaríssima, mal despontava, só se observando diferenças apreciáveis no tocante às tarefas que deviam ser executadas pelos indivíduos de um ou outro sexo, as atividades de que dependia a sobrevivência da tribo

(17) ABGUAR BASTOS, na Introdução ao livro *Conquista do Deserto Ocidental*, de autoria de CRAVEIRO COSTA, observa que os Nuaruaques e Neengaibas, nações oleras da Ilha de Marajó, antigo Reino de Marinamtabalo, "já haviam atingido o estágio da barbaria e portanto eram superiores a quaisquer outros do Brasil selvagem".

tenham cunho coletivista ou grupal, o grupo configurado pelo complexo familiar indígena.

Como estava organizado o trabalho agrícola de natureza subsidiária realizado pelos índios?

Os depoimentos de cronistas do período colonial, de viajantes estrangeiros e mesmo nacionais, são muito deficientes a respeito e pecam de ordinário pela imprecisão com que aludem a êste ponto, sendo que alguns dêles devem ser apreciados com as devidas reservas por se referirem a povos cujas instituições primitivas, em virtude de contactos culturais, já se mostravam perturbadas. Entretanto, tôdas as informações, desde as mais antigas às mais recentes, levam a crer que o traço dominante do trabalho indígena é a cooperação.

BRANDÃO (Ambrósio Fernandes), nos seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, informa que os Tupinambás faziam as suas plantações numa área comum. Cada família cultivava o seu trato de terra, e dentro dêste, por sua vez, cada espôsa da família polígina tinha a sua horta particular. Não ocorriam conflitos na apropriação de produtos agrícolas, cada qual consumindo de acôrdo com as suas necessidades e socorrendo-se todos nas mais diversas circunstâncias.

As informações de FERNÃO CARDIM confirmam o caráter solidário das atividades indígenas. Cardim observa que os índios vivem *comunitatio rerum* e sempre que necessitam fazer certos trabalhos preparam bebidas e apelam para os vizinhos, os quais os ajudam de boa-vontade. Conhecedores do costume indígena, os portugueses “os chamão às suas roças e canaveaes e com isto (vinhos) lhes pagão”⁽¹⁸⁾.

IVES D'ÉVREUX, que escreveu sôbre os Tupinambás do Maranhão, notou que todos trabalhavam cooperati-

(18) *Tratados da Gente e da Terra do Brasil* (Do modo que têm de fazer suas roças e como pagão uns aos outros), Companhia Editora Nacional, “Brasílica”, Vol. 108, 1939. Pág. 152.

vamente na roça de um *thuyane* durante uma ou duas manhãs. Ao romper do dia, os diversos grupos familiares almoçavam e partiam cantando para o serviço e quando o sol ficava muito causticante interrompiam o trabalho.

Apoiado nos elementos fornecidos por êstes e outros autores, FLORESTAN FERNANDES destaca a importância que tinha entre os indígenas a aplicação coletiva de energias:

“Quando se tornava necessário fazer a derrubada e arrotear as terras, os homens do grupo local constituíam uma associação cooperativa. Também eram convocados para realizar outras tarefas, que o chefe da família não podia fazer sem auxílio. Então, primeiramente preparava *cauin*. Depois convidava os vizinhos para o ajudarem. Laet observa que a recusa de prestação de serviços seria considerada uma desonra. Trabalhavam até as dez horas e depois regressavam para o grupo local. Dedicavam o resto do dia à *cauinagem*. Assim procediam dias seguidos, até que dessem a tarefa por terminada.” E acrescenta:

“O *mutirão* constituía uma solução racional dos problemas suscitados pela produção agrícola ou outras empresas complexas (pescarias e possivelmente certas caçadas). Ou seja, aplicava-se àquelas atividades em que os serviços conjuntos dos membros da família grande e da maloca se revelavam pouco satisfatórios. A compensação propriamente dita assumia a forma de prestação recíproca de serviços; por isso teria ocorrido antes ou se processaria posteriormente. E’ provável, pois, que a *cauinagem* consistisse em mera manifestação de agradecimento”⁽¹⁹⁾.

Os jesuítas da região missioneira do Sul procuraram adaptar a tradição coletivista indígena aos seus objetivos, instituindo, nas Missões dos Sete Povos, a plan-

(19) *Organização Social dos Tupinambá*, Instituto Progresso Editorial S. A., São Paulo. Págs. 119-120.

tação da comunidade — *Tupambae*(²⁰). Paralelamente à lavoura comum, havia a plantação familiar — *Amambae*(²¹). Conforme o historiador Carlos Teschauer, referido pelo escritor AURÉLIO PÔRTO na sua *História das Missões Orientais do Uruguai*, os índios, durante seis meses, eram obrigados a trabalhar na lavoura da comunidade, às segundas e sábados; isentavam-se por vêzes dêsses trabalhos os índios tecedores, ferreiros e outros oficiais mecânicos.

O milho, a batata, a mandioca, os legumes e grãos diversos constituíam as lavouras mais freqüentes. Cultivava-se também o algodão e plantava-se a cana-de-açúcar e algumas árvores frutíferas, havendo notícias de que o sistema de trabalho comum (*Tupambae*) se estendia à extração da erva-mate e à criação de gados maiores e menores nas estâncias que os padres mantinham, principal suporte, aliás, da organização econômica das Missões. O algodão produzido nas lavouras familiares, depois de fiado pelas mulheres, era mandado para a tecelagem, que o devolvia em pano aos agricultores. Outras vêzes, servia para estimular os que iam extrair e preparar erva-mate e era também o prêmio geralmente concedido, nas festas, aos que melhores serviços de caráter militar ou político prestavam aos padres. Entretanto, a maior parte da produção algodoeira era destinada à venda em Buenos Aires e Santa Fé. Com o produto dessas transações, adquiriam os jesuítas certas utilidades, como ferro, panos, ferramentas, sêdas e adôrnos para as igrejas, amealhando as sobras.

Destituído do sentimento de propriedade privada, o índio, no sistema do *Amambae*, “desperdiça tudo o que tem, presenteando aos outros tudo o que colheu” ou “vendendo por um o que realmente vale dez”. A

(20) Coisa, propriedade de Deus.

(21) *Aba*, indígena; *mbae*, coisa.

fim de evitar a fome e suas conseqüências⁽²²⁾, os padres adotavam o expediente de obrigá-los a guardar nos celeiros da comunidade, em sacos rotulados com os seus nomes, o excesso de um saco, que ficava em casa. “A proporção que êste ia acabando, se lhe fornece outro, o que se impõe devido à sua incalculável desídia”⁽²³⁾. Os bois fornecidos a cada família para lavrar a terra eram não raro mortos pelos índios, que os comiam. “Os índios trabalhavam” — comenta o autor citado — “porque se viam compelidos a isso pela vigilância dos padres e pelo temor dos castigos corporais que lhes eram aplicados se não atingiam as tarefas designadas”⁽²⁴⁾.

Como se vê, embora o Tupambae e o Amambae copiassem formalmente a organização de trabalho dos aborígenes, o sistema, pelo seu caráter compulsório, pelo seu sentido sedentário e pela interferência, que aí se observa, de finalidades mercantis, violentava a tradição indígena.

Apesar das influências desagregadoras a que se acham expostos os remanescentes da população indígena do Brasil, ainda se assinala entre algumas tribos o tradicional regime de trabalho baseado na cooperação dos grupos.

HERBERT BALDUS, nos seus *Ensaio de Etnologia Brasileira*⁽²⁵⁾; descreve o *apatxiru* dos Tapirapés, trabalho coletivo usado ordinariamente para ajudar os membros da tribo nas atividades agrícolas. Baldus acentua a importância do *apatxiru* para a vida social desse povo, dizendo que ela “consiste na possibilidade de distribuir um trabalho coletivo de tal maneira que nenhum mem-

(22) “Nessas ocasiões, desertam os Povos, fugindo para os matos, onde vão procurar o que comer, ou dando sobre os rebanhos, nos pastoreios ou campos de criação a que chamam estâncias, matando vacas e bezerras, pelos quais têm especial predileção”. — AURÉLIO PÔRTO, *op. cit.*

(23) AURÉLIO PÔRTO, *idem.*

(24) AURÉLIO PÔRTO, *ibid.*

(25) Págs. 91 a 111.

bro da tribo possa sentir-se desprestigiado por um ato menos justo, o que se obtém fazendo do trabalho uma festa com concorrência esportiva”.

Para a realização do apatxiru todos os homens são divididos em três grupos de trabalho que recebem a denominação genérica de *Vuira* (pássaro), mas tendo cada grupo um nome que designa um pássaro mítico, corporificado tanto pelo grupo como pelos seus componentes em separado. Esses três grupos são denominados respectivamente *Tānāvé*, *Anantxá* e *Vuirantxnió*, cada qual dirigido por dois principais, chamados *āntaiva*. Correspondem aos três grupos de trabalho três grupos de meninos, que os acompanham em tôdas as ações. O elemento feminino não participa desta instituição de trabalho, porque, segundo os índios Tapirapés, “as mulheres e meninas ficam em casa quando os homens saem para o trabalho comum”.

Baldus, a seguir, descreve o apatxiru que lhe foi dado assistir, a convite do chefe de um dos grupos, de nome Kamaraihó.

Embora o grupo *Anantxá* fôsse o mais numeroso, pelo fato de ser o “empresário” do apatxiru, não se observava qualquer divisão nos três grupos, movendo-se os índios desordenadamente, misturados uns aos outros. Um dos homens determinou a árca de mata que devia ser derrubada, dirigindo-se ao local e iniciando a luta contra a floresta. “Pelo fato de trabalhar mais do que os outros, mostrou ser êle o cabeça.” O seu gesto foi imitado pelos demais, escolhendo cada qual uma árvore próxima, iniciando-se assim o “combate coletivo”. “Mas não parecia ser combate contra os companheiros da obra, combate para vencer os outros pelo maior resultado do trabalho, senão combate alegre contra a madeira e contra o mato. Contra o mato em conjunto porque não se tratava de vencer cada árvore de per si ou

pela força bruta dos braços, mas também pela estratégia: primeiramente, faz-se uma incisão num bom número de árvores de tal maneira que tôdas tinham de cair na mesma direção quando o seu vizinho caduco se apoiava nelas na direção oposta, e só depois se derrubou o gigante da selva⁽²⁶⁾ e de tal jeito que êle arrasou consigo para o chão os seus irmãos debilitados pelo machado. O homem, depois de ter trabalhado assim por certo tempo, até o extremo esforço, descansava até sentir vontade de continuar com o trabalho. Todos eram muito aplicados.

“De repente havia grande gritaria, todos debandavam com demonstrações de alegria, percebia-se o gemer da madeira cheia de vida, e um colosso verde inclinava-se devagar e desabava com estrondo, arrastando na sua queda seus companheiros mais fracos.

“De vez em quando vinha uma voz de trás das árvores. Não se via quem era, mas sabia-se que ela estava muito perto. Imediatamente os rapazes precipitavam-se para o lugar de onde vinha a voz. Dentro em pouco, reapareciam com braçadas de bananas, corriam jubilosos ao nosso encontro e as distribuíam.”

Terminada a faina coletiva, com o sol já bastante baixo, os participantes do apatxiru regressaram à aldeia, em cuja praça as mulheres estavam postadas em três grupos correspondentes aos grupos de trabalho de seus maridos e parentes. Os potes com alimentos adrede colocados na praça, em ordem equivalente aos três grupos, logo ficaram vazios.

Em seguida, realizam-se as danças, entre homens, aos pares.

“Em cada par, de maneira usual, um tinha o braço nos ombros do outro, e êste, por sua vez, tinha o seu no

(26) *Pau matador*, denominação que recebe nalgumas zonas.

quadril do homem que estava a seu lado; ambos tinham na mão o cacete, o facão ou o arco.”

Após a dança, verificou-se a corrida, assim descrita:

“De cada vez dois dos adolescentes que estavam no ano da iniciação e tinham, por isso, o rosto e o corpo enegrecidos de jenipapo, corriam em linha reta através da praça de dança até atrás da casa de Kamaraihó. Não existia pròpriamente um ponto que devesse ser alcançado primeiramente pelo vencedor, não havia aplauso público; quase se podia dizer: não havia vencedor. *Porque a vontade de distinguir-se ou distinguir alguém perante outrem não se manifesta em geral nestes índios, e é considerada por eles, provàvelmente, como um perigo para a harmonia da comunidade.* (Os grifos são nossos). Parecia tratar-se sòmente de corridas que eram feitas tão depressa quanto possível através da praça e que isto fòsse apenas para se convencerem de sua pròpria capacidade. Logo que os dois corredores alcançavam a casa de Kamaraihó, adaptavam-se um ao outro, sorrindo um para o outro amigavelmente.”

Informa ainda Baldus que na tarde seguinte e dois dias mais tarde os índios realizaram novamente o apatxiru. “Assim faz-se apatxiru em diferentes dias e em diferentes lugares.”

Entre os Bororos orientais de Mato Grosso, estudados pelos padres ANTÔNIO COLBACCHINI e CESAR ALBISETTI⁽²⁷⁾, a pesca e caça em comum são precedidas de uma refeição, seguindo-se uma cerimônia religiosa e logo depois numerosos cantos que duram quase tòda a noite.

“Antes de começar êstes cantos, o *Aroetawaraare*⁽²⁸⁾ se põe em comunicação com as almas que, entrando

(27) *Os Bororos Orientais* (Orarimodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso), Companhia Editora Nacional, “Brasiliann”, Vol. 4. Ver páginas 77-79 e 81.

(28) Feiticeiro.

nêlé, perguntam qual o motivo da chamada. Então o Aroetawaraare avisa as almas da próxima caçada ou pesca e que por isso estejam prontos nos arcos, nas flechas ou nas rêdes de pescar. Logo após o chefe entoar os cantos. Ao primeiro alvorecer, saem todos para a caçada e chegando ao lugar determinado, reúnem-se novamente formando roda (*gipá*). Levam pela mão o Aroetawaraare no meio da roda para aí invocar os *Aroe* (almas) que predirão ou indicarão o lugar onde se acha a caça ou o peixe.”

Essa prática, porém, é por vêzes substituída por um rito a que os índios denominam *Aroe motto boddu*, e que é assim descrito: Um bororo qualquer, prático de cerimônia, põe a fumaça do cigarro em um pequeno buraco no chão. Cobre depois o buraco com fôlhas e terra e deixa passar alguns minutos, durante os quais fuma o mesmo cigarro, que não deve ter sido feito por êle, dizendo: *Aroe motto boddu, aroe kirogo, aroe jura ware, aroe muguio, aroe kiddo matta atugaregui, akorei, awaguei*; desta forma invoca os espíritos para que êstes sejam propícios na caça ou na pesca. Depois destas invocações, descobre lentamente o buraco até enxergar a fumaça. Se der logo um grito agudo, quer dizer que a caça está muito perto; se demorar em gritar, indica haver dificuldade para encontrar a caça. O grito é repetido por todos os presentes.

Os índios têm tanta fé nos seus feiticeiros — comentam Colbacchini e Albiseti — que se no lugar indicado não encontram a caça, êles não dizem: o feiticeiro enganou-nos, mas sim: havia a caça predita; nós é que não a vimos, pois pela nossa ruindade não merecíamos vê-la. Raramente, porém, isto se verifica, porque na selva mato-grossense, nessa região, a caça é abundante e o feiticeiro, “herdeiro de tradições e experiências da tribo, indica os lugares preferidos pelos animais.”

Embora seja muito freqüente, a caça em comum realiza-se, de maneira infalível, no dia seguinte à morte de um índio. “O sentido religioso que dão a êste ato é explicado de vários modos pelos índios. Alguns dizem que matam a fera para vingar a morte do índio. Outros afirmam: se o índio morre, o que é por causa de um bope (espírito mau), êste deve dar ao parente do morto uma fera como reparação da falta cometida (*mori*, presente); por isso o bope envia a si mesmo debaixo das aparências de uma fera ao encontro do selvagem. A segunda explicação corresponde mais aos fatos observados; por exemplo: *o mori significa o que se dá como reparação a uma ofensa.*”

Cabe a um bom caçador, a pedido dos parentes do morto, abater a fera, recebendo como recompensa um arco e um maço de flechas e outros objetos onde está gravado o distintivo do clã. Se o animal morto é uma onça pintada, realizam-se cerimônias especiais acompanhadas do canto *adugo keggeu*, o canto sôbre o adugo⁽²⁹⁾.

Verificam-se ainda entre os Bororos orientais excursões de caça a que denominam *magaru* e que podem durar vários meses.

Na sua passagem por Boa Vista, Minas Gerais, SAINT-HILAIRE registrou, entre os índios daquela localidade, uma prática em que se assinalam os aspectos fundamentais do mutirão. Narra o escritor francês que, à sua chegada à povoação, os índios estavam em festa porque um dos seus, com o auxílio dos vizinhos, acabara de derrubar a mata que, após a queima, devia dar lugar à sua plantação. E descreve, em traços rápidos, a prática: cada cultivador convida aos vizinhos a ajudá-lo, retribuindo, oportunamente, quando chega a sua vez. Depois do trabalho, o beneficiado convida aos partici-

(29) *Adugo*: onça.

pantes para uma refeição em que lhes oferece muita aguardente. Em seguida, realizam-se os batuques, dançando os presentes tôda a noite e acompanhando a dança de "palmas e cantos graves que podiam parecer a ouvidos europeus atos mais dignos de um entêrro do que de um regozijo"⁽³⁰⁾. Todavia, a prática descrita por Saint-Hilaire já se mostrava perturbada pela presença de elementos estranhos à organização indígena, pois a produção assim obtida era em parte destinada à venda na estrada principal da povoação.



Houve quem procurasse negar o caráter comunitário da organização social indígena pelo fato de ocorrerem entre os aborígenes atividades de natureza particular e de não haver referência, nos depoimentos de cronistas e viajantes, ao "celeiro da comunidade".

Quanto à primeira observação, deve ser dito que, embora se registrem atividades individuais (caça e pesca, p. ex.), a norma, entre os indígenas, é o trabalho em comum, conforme ainda hoje se verifica em várias tribos, inclusive entre os Bororos estudados por Colbacchini e Albiseti.

A segunda observação é tão frágil quanto a primeira. A atividade coletiva não implica necessariamente a guarda dos bens produzidos ou coletados em um celeiro comum. Ainda assim, como se pode observar através de fotografias ou de documentários cinematográficos sôbre os remanescentes de povos indígenas em certas regiões brasileiras, os índios reservam geralmente os alimentos que excedem ao consumo imediato em

(30) *Viagens às Nascentes do S. Francisco e pela Província de Goiás*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", Tomo II, 1937. Pág. 261.

depósitos primitivos, na praça da aldeia, suspensos do solo a fim de prevenir a ação da unidade.

O fato de não se tomarem as refeições coletivamente pouca significação tem, no caso. Referindo-se precisamente a êste aspecto, escrevia KROPOTKIN:

“Ainsi l’habitude de prendre le repas dans une cer-
cle plus intime de parents ou d’associés existait déjà à
la période primitive de l’organisation par clans. Elle
devait la règle dans la commune du village. Même la
nourritive produite en commun était généralement divi-
entre les différents maisons après qu’une partre avait
été mise de côté pour l’usage communel”⁽³¹⁾.

3) TRADIÇÃO AFRICANA

Os estudos etnológicos, que já na última década do século XIX e no princípio do atual alcançavam na Euro-
pa grande desenvolvimento, sobretudo entre os alemães,
puseram a nu a antiguidade das instituições de base fa-
miliar, coletiva ou comunal de diversos grupos africanos.

Apoiado nas contribuições de numerosos pesquisa-
dores, escrevia Kropotkin que as populações africanas
apresentavam uma grande variedade de sociedades ex-
tremamente interessantes, compreendendo todos os graus
intermediários, desde a comuna camponesa primitiva até
as monarquias bárbaras e despóticas. Mesmo sob o mais
terrível despotismo dos régulos, as assembleias comu-
nais, aplicando o Direito costumeiro, permanecem sobe-
ranas em grande parte dos assuntos. Se a lei do Estado
permite ao régulo condenar alguém à morte, ainda que
seja para satisfazer um simples capricho, o Direito con-

(31) *L'Entr'aide*, pág. 139,

suetudinário popular continua a sustentar o quadro de instituições de apoio mútuo. À chegada dos europeus à África — informa — os Bushmen viviam em pequenas tribos ou clãs, formando às vêzes confederações. Tinham o costume de caçar em comum e dividiam o produto da caça sem que se registrassem discórdias. Jamais abandonavam os feridos e davam demonstrações de grande afeição aos seus camaradas. Esses mesmos hábitos eram encontrados entre os Hotentotes, povo menos desenvolvido do que os Bushmen, mas dotado de alto espírito de solidariedade. De acôrdo com o costume, um Hotentote não comia sozinho e, por mais faminto que estivesse, dividia sua refeição entre os vizinhos⁽³²⁾.

A organização social dos povos africanos, entre os quais, por um período de cêrca de três séculos, foram recrutados importantes contingentes de mão-de-obra escrava para o Brasil, não eram estranhas estas e outras instituições, das quais algumas podem ainda hoje ser encontradas naquele continente, a despeito das mudanças que se vêm processando na vida institucional de suas populações, em conseqüência da alteração do seu *status* econômico tradicional.

ANTÔNIO CARREIRA, descrevendo as principais manifestações sociais dos Manjacos⁽³³⁾, um dos grupos étnicos da Guiné Portuguêsa, observou, entre os naturais do território que lhes corresponde, numerosas práticas de assistência mútua na realização de trabalhos agrícolas, designadamente no desbravamento do mato para constituição de propriedades familiares e seu cultivo. Concorrem a êsses trabalhos os membros válidos da família coabitantes da mesma "morança", os parentes mais afastados residentes na povoação em que se situa o imóvel e os vizinhos do chefe da família. O auxílio, embora seja desinteressado, impõe a obrigação de haver reci-

(32) Ver *L'Entr'aide*, págs. 161-162.

(33) *Vida Social dos Manjacos*, N.º 1, Centro de Estudos da Guiné Portuguêsa, 1947. Págs. 52 e 58-59.

procidade de tratamento, obrigando-se o dono das terras a fornecer alimento abundante aos que o auxiliam, enquanto duram os trabalhos. Também participam desses serviços “vizinhos ou indivíduos das classes sociais com as quais se haja realizado contrato de prestação de serviço mútuo, em concordância com as usanças”.

Explica êsse autor serem duas as formas que revestem os contratos: a que abrange unicamente os chefes de família, os indivíduos com capacidade legal de contratar, com o fim de se auxiliarem mutuamente em trabalhos agrícolas; e a que obriga os rapazes de certas classes de idade aos mesmos trabalhos, êstes, porém, já em benefício direto de pais, tios e cunhados.

No primeiro caso, o contrato pode ser efetuado entre dois ou mais chefes de família, envolvendo a obrigação de concorrerem ao trabalho todos os membros válidos da “morança”, em dias seguidos ou em períodos prefixados, por prazos curtos ou de um ou dois anos, renováveis por acôrdo das partes. Outras vêzes os contratos estipulam prazos mais longos e passam de pais a filhos, prevendo-se a obrigação de executar parcial ou totalmente trabalhos de um modo geral ou apenas os que forem convencionados. Permite-se às mulheres a realização, entre si, de contratos idênticos para os trabalhos que estejam a seu cargo.

No segundo caso (rapazes de certas classes de idade), os contratos são convencionados por prazo que pode ser de um ano ou pelo tempo em que permanecerem numa ou noutra classe de idade, destinando-se à execução de serviços de lavouras ou colheitas, em benefício direto das casas paternas, da dos tios ou cunhados, conforme vimos, ou ainda em benefício próprio, mediante o recebimento da ração de arroz em casca, que conservam com o fim de prover ao seu sustento, na quadra das chuvas.

A transgressão às estipulações de qualquer destas espécies de contratos sociais é passível de penas.

O mesmo autor, noutra monografia, referente aos Mandingas que habitam outro território da Guiné Portuguesa⁽³⁴⁾, dá notícias dos hábitos solidaristas desse povo⁽³⁵⁾ na realização de caçadas, quer com finalidades simplesmente venatórias quer para defesa das plantações, na época do amadurecimento dos gêneros alimentícios cultivados. Organizam-se então, neste último caso, *montarias* de que participam rapazes de nove anos em diante, sob a direção dos mais velhos. “Munidos de cacetes e acompanhados de cães amestrados, fazem batidas ao mato, lançando fogo ao capim, e percorrendo o caminho em direção ao fogo, de maneira a que os animais, perseguidos pelo incêndio, corram para os batedores. E, com o fogo, os rapazes e os cães cercam o local, e tôda a caça que estiver no círculo fica sujeita a ser abatida.”

Não raro, tomam parte na caçada várias povoações, convocadas especialmente para tal fim, dividindo-se entre todos, equitativamente, o produto da montaria. Em certos casos, os profissionais da caça, pessoas de grande conceito entre os Mandingas, auxiliam as batidas, de maneira a ensinar aos jovens a técnica de envolver o mato e de defender-se contra possíveis ataques de animais ferozes.

Entre os *Bemba* da África Equatorial Francesa, conforme J. Cl. PAUVERT⁽³⁶⁾, organizam-se freqüentemente

(34) *Mandingas da Guiné Portuguesa*, N.º 4, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1947. Págs. 141-142.

(35) Os Mandingas, embora tenham contribuído com pequeno contingente, deixaram alguns traços culturais no Brasil, notadamente na Bahia. A influência religiosa-feticista dos Mandingas se traduz na designação, ainda hoje usada para significar o feitiço: mandinga. Na Bahia, é comum chamar-se àqueles que se dedicam à prática de superstições, independentemente da cor da pele, *mandingueiros* ou *mandingueiras*.

(36) *La Notion de Travail en Afrique Noir*, em “Présence Africaine”, 13, Aux Éditions Seuil, Paris.

“partidos de trabalho” coletivo agrupando certo número de homens, parentes e amigos, para a tarefa de limpar e lavrar uma plantação. Não raro, participam desses trabalhos todos os adultos válidos, de ambos os sexos, cooperando tôda a povoação nas tarefas agrícolas sob a direção do chefe respectivo, que é também o chefe da tribo, respeitado na qualidade de avô, sogro ou tio materno da maioria dos habitantes⁽³⁷⁾.

A organização do trabalho em bases mutualistas apresenta em geral grande variedade de formas, de um para outro povo, como é o caso, referido pelo mesmo autor, dos *Fang* do Gabão do Norte, na África Equatorial Francesa, entre os quais se constituíram, faz alguns anos, *sociedades de trabalho* surgidas simultâneamente ao movimento de reagrupamento tribal denominado *ayar ayong*. Estas sociedades, que agrupam os membros de uma mesma tribo (*ayong*), se assemelham a cooperativas de trabalho e se dedicam, entre outros fins, à realização de tarefas coletivas, tais como construção de casas, estradas e caminhos; derrubadas, etc. Acentua, a propósito, J. - Cl. Pauvert que o trabalho coletivo não visa apenas aos fins da produção e nutrição, mas responde também à necessidade experimentada pelos do grupo *Fang* de se consolidarem e defenderem sua estrutura contra os “atentados da modernização”, traduzidos na individualização tanto da propriedade como da produção agrícola, assim como na dispersão das fôrças da coletividade no curso das migrações e sob a influência da colonização. A tentativa *Fang*, conclui Pauvert, mostra perfeitamente que ainda na atualidade a noção de

(37) “Dans une organization de ce type, que se retrouve dans de nombreuses sociétés d’Afrique noir, le travail apparaît ainsi comme une tâche collective, familiale ou communale, avant par objet la production de la nourriture, la valeur travail est estimé le plus souvent en aliments distribués par le chef des travaux, et seul l’usage récent de la monnaie bouleverse maintenant ce système traditionnel.” — J. Cl. PAUVERT, *trab. cit.*, págs. 98-99.

trabalho entre os povos da África negra continua associada às representações coletivas.

Bastante expressivo, em relação ao poder dissolvente da economia monetária, é o depoimento de WILLIAM R. BASCOM⁽³⁸⁾ sobre certas instituições do grupo Iorubá na África Ocidental⁽³⁹⁾, notadamente sobre suas sociedades secretas, que eram, ao mesmo tempo, sociedades de trabalho solidário. Antes das inversões de capitais ingleses na cultura de cacau, informa Bascom, qualquer adulto do sexo masculino podia convocar os membros de sua sociedade para ajudá-lo nos trabalhos que estava obrigado a realizar, segundo o Direito costumeiro, em benefício do seu sogro, quer na construção quer na cobertura da casa dêste último. Também a mulher podia convocar as do seu sexo para ajudá-la a carregar água para o preparo do barro destinado ao levantamento de paredes da casa ou para transportar produtos de sua roça. Entretanto, com a introdução de capitais, tanto as sociedades dos Ifé como as dos Haussá cessaram as suas atividades cooperativas⁽⁴⁰⁾.

Não obstante a subversão que se verifica nas instituições de base tribal ou familiar, em consequência do

(38) *The Sociological Role of the Yoruba Cult-Group*, N.º 63 of the Titles of the Memoirs Series of the Anthropological Association, "American Anthropologists", New Series, Jan. 1944, Vol. 46, N.º 2. Págs. 65-66.

(39) "A Iorubá... foi a mais adiantada das culturas negras puras, introduzidas no Brasil. O "nagô" se converteu, por algum tempo, pela influência da cultura Iorubá, em "língua geral" dos negros; em "nagô" se realizavam e se realizam as cerimônias do culto, os cânticos dos terreiros, os atos litúrgicos." — MANUEL DRÉGUES JÚNIOR, *Etnias e Culturas do Brasil*, cit., pág. 39.

(40) "With the introduction of large amounts of money into Ifé through cocoa, however, and with the settlement of the Haussá quarter by individuals willing to do manual labor for daily wages, these societies ceased to the cooperative work. When called upon for "free labor" (*owé*), the members sent labors in their stead or six-pence with which to hire a laborer for the day, rather than engaging in manual labor themselves. While these groups were once the least secondarily cooperative work groups, as a result of these changes, which can be dated at about 1920, they now are clubs or societies in the proper sense of these terms." — BASCOM, *ibid.* (As palavras grifadas estão de acordo com a Língua portuguesa).

investimento maciço de capitais, em sentido vertical, como no caso observado por Bascom, o trabalho associado ainda constitui uma forte característica de vários grupos negros.

A religiosa Soeur MARIE-ANDRÉ du Sacré Coeur, da ordem das Soeurs Blanches, no seu estudo sôbre o trabalho entre as mulheres negras da África Ocidental⁽⁴¹⁾, descreve um tipo de cooperação, que deve ser uma das muitas variantes da atividade solidária, por vêzes desfigurada na sua expressão primitiva:

“Très souvent, l'indigène que possède de grand champs, invite ses amies, et tout ceux qui lui quelque obligation, à venir l'aider le jour on il pioche son champ, bat son mil, etc. Dès l'aube, tous se réunissent et travaillent ao son du tambour. Ver le soir, le propriétaire remercie les travailleurs en leur offrant un repas copieux on ne manquent ni la viande ni la bierre de mil”⁽⁴²⁾.

Dentre outros depoimentos mais recentes relativos às instituições sociais africanas, menciona-se aqui, por último, o de PAUL MERCIER sôbre a antiquíssima organização de trabalho do reino de Dahomey a que os naturais do país denominam *donkpé*⁽⁴³⁾. Trata-se, no dizer dêsse autor, de uma instituição anterior à dinastia, da qual se valia o rei (*père des donkpé*) para realização de trabalhos de vulto, como sejam a construção de palácios e monumentos, de estradas, etc., e inclusive de certos trabalhos em benefício próprio. À frente do *donkpé*, em cada povoação, há um chefe imediato, chamado *donkpégan*, assistido por três dignitários que o secundam na direção dos trabalhos coletivos.

(41) *La Femme Noir en Afrique Occidentale* (La Femme et la vie économique”), Payot, Paris, 1939.

(42) *Op. cit.*, pág. 128.

(43) *Travail et Service Public dans L'Ancien Dahomey*, em “Présence Africaine”, 13, Aux Éditions du Seuil, Paris. Págs. 89-91.

Qualquer pessoa, qualquer comunidade, pode apelar para o *donkpê* a fim de realizar determinados trabalhos: construção de paredes de casas, cobertura de habitações, etc., devendo, todavia, obter com antecedência autorização do chefe local, a quem oferece um presente, expondo a natureza do trabalho que deseja levar a cabo. Ao chefe do *donkpê*, cabe fixar o dia, tocando ao solicitante o encargo de preparar comida para os trabalhadores. No entanto, se o interessado é pobre, doente ou vive sozinho, o presente é dispensado. "Il est ainsi dans certain cas un aspect de société de secours mutual."

Em princípio, a realização de trabalhos em regime de *donkpê* não excede uma jornada, mas quando o serviço a realizar é de maior vulto a tarefa coletiva se prolonga até por quatro dias.

São igualmente encontradas neste sistema as características de emulação e de recreativismo já assinaladas em outras instituições de trabalho solidário. Cada equipe procura realizar sua tarefa o mais rapidamente possível, ao ritmo de flautas, de tambores e de cantos.

Mercier informa que a eficiência do *donkpê* foi comprovada em 1949/1950 pela administração colonial francesa, que até ali havia ignorado o sistema, na construção rápida de estradas.



Submetidos à escravidão no Brasil, os africanos, bem como os seus descendentes, que por longo tempo continuaram sujeitos ao estatuto escravista, não tinham, decerto, muitas oportunidades para exercitar seu espírito solidarista. Entretanto, por uma série de pormenores conhecidos acerca da vida dos escravos nas

fazendas, sabe-se que muitos proprietários permitiam àqueles, nos dias consagrados ao descanso, domingos geralmente, cuidarem das próprias roças, nas terras que para êsse fim lhes eram designadas.

Êste sistema, bastante conhecido nas áreas canavieiras do Nordeste e Leste, foi transplantado às Antilhas por escravos levados pelos holandeses, notadamente pelos judeus que, tendo feito inversões de capital na exploração açucareira em Pernambuco, se transferiram, após a assinatura da paz celebrada com o govêrno português, para as possessões antilhanas da Holanda. Em se tratando de uma novidade e tendo em conta a sua origem, passou a ser designado nas Antilhas, segundo referem alguns autores, por *sistema do Brasil*.

Em essência, o sistema representava, do ponto de vista dos interesses escravistas, uma solução parcial para o problema alimentar do escravo, ainda às custas dêste, a quem tocava o encargo de prover, subsidiariamente, ao próprio sustento.

Como eram realizadas essas plantações? Individualmente ou em grupo? As informações não esclarecem o modo pelo qual tais serviços eram feitos. Se se considerar, no entanto, que dispendo de tempo limitado para o trabalho suplementar da roça própria o escravo não teria possibilidade de o executar sôzinho, é lícito admitir a hipótese de que a tarefa revestisse feição associativa. A própria natureza da exploração da terra, regulada pelo calendário agrícola e dependente em última análise de condições atmosféricas propícias à efetivação de certos trabalhos, como os de preparo rápido do solo ou plantio, exigia, sobretudo em se tratando de trabalhos sujeitos a intermitências, como era o caso, uma concentração de esforços em prazo curto, que ultrapassava as possibilidades de um indivíduo.

Recorde-se, não sem propósito, que o sentimento solidarista do africano e seus descendentes foi uma força atuante em todo o curso da escravidão, conforme no-lo demonstram as *confrarias*, os *fundos de emancipação*, as *caixas de empréstimos*, as *irmandades e juntas*, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor, destinadas à compra de *cartas de alforria*.

As instituições atrás referidas têm sido apontadas por mais de um autor como representativas do espírito solidarista dos africanos, espécie de organizações de autodefesa do grupo colocado no extremo da escala social. GUERREIRO RAMOS, aludindo a essas instituições, vê nas mesmas alguns dos antecedentes que inspiram hoje "a nova corrente de idéias sobre a condição do negro no Brasil"⁽⁴⁴⁾.

E' inegável a influência do africano e seus descendentes nestes velhos costumes das populações rurais do Brasil, já diretamente, através do escravo, por um processo de capilaridade social, já por intermédio de elementos forros que se foram integrando no processo econômico como posseiros, empreiteiros, arrendatários, parceiros, *moradores* e, em menor escala, trabalhadores assalariados, o que se teria possivelmente acentuado depois da Abolição, que liberou importantes contingentes de mão-de-obra, da qual parte considerável permaneceu no meio rural.

No seu esforço para adaptar-se às novas condições jurídicas de trabalho, o elemento egresso da escravidão, que se deslocou das antigas zonas agrícolas, após 1888, para outras que ainda estavam em desbravamento, pôde então exercitar o seu espírito associativista, dando em alguns lugares novo alento às práticas de ajuda mútua.

(44) *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Editorial Andes, Rio de Janeiro, 1954. Pág. 160.

Contudo, parece indiscutível a importância que já tinham no meio rural, antes mesmo da Abolição, os trabalhos coletivos de natureza solidária, praticados à margem da organização agrária de base escravista-latifundiária. Dispersos nos sertões ou vegetando à ilhargia da grande propriedade, em regime de economia fechada, os grupos que formavam o nosso escasso campesinado livre ou dependente, constituído em boa parte, nalgumas regiões, por descendentes de africanos, já se valiam tradicionalmente de práticas de assistência mútua, de acôrdo com as suas necessidades específicas.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO V

Cooperação no Meio Rural Brasileiro

ESTADO ATUAL — TENDÊNCIAS

OS ELEMENTOS que nos foi possível reunir, relativamente às práticas de auxílio mútuo em várias zonas rurais do País, sobretudo na sua manifestação mais expressiva de trabalho coletivo, mostram situações distintas, a seguir resumidas:

- 1) Zonas onde o sentimento de cooperação vicinal é ainda forte, fazendo-se apêlo, regularmente, à ajuda mútua para efetivação de vários trabalhos.
- 2) Zonas onde a cooperação intragrupal se exerce moderadamente.
- 3) Zonas onde ainda se registram casos episódicos de trabalho solidário, com finalidades especiais.
- 4) Zonas onde teria cessado a prática, há vários ou há muitos anos, dela só se recordando os habitantes mais antigos.

A escala e intensidade em que o fenômeno se manifesta são vistas nos três primeiros grupos, dos quais o terceiro constitui o caso mais freqüente, o que leva a

concluir achar-se a instituição em declínio. Por constituírem casos isolados, nos quais só timidamente se define a tendência para reabilitação do velho costume, deixam de figurar em destaque as zonas onde se observa nos últimos tempos certo recrudescimento das práticas de auxílio mútuo.

Não se pode fixar, no tempo, um ponto exato em que os hábitos de solidariedade vicinal começaram a desagregar-se entre as populações rurais ou a revelar sintomas de decadência. O processo de desintegração é flexível, seguindo rumos aparentemente contraditórios que, no entanto, convergem inexoravelmente para o mesmo fim.

A julgar pelas informações recolhidas, o mutirão deixou de ser realizado há cinquenta anos nalguns lugares; noutros, há trinta; noutros, ainda, há vinte ou mesmo há dez anos, variando assim a maneira por que vem decrescendo a sua incidência nas atividades agrícolas. De maneira geral, todavia, a obliteração dos hábitos solidaristas é antiga, correspondendo a mudanças que já se verificavam na vida econômica das populações rurais e que, acentuando-se no correr dos anos, mais sensíveis se tornaram depois de 1930.

A transformação, em várias zonas, da economia de subsistência em economia comercial, determinada quer pela abertura de vias de comunicações quer pelas crescentes exigências alimentares das grandes concentrações urbanas, cujo poder de consumo tem aumentado em função do crescimento industrial, constitui o fato substancial nesse processo⁽¹⁾. Dada, porém, a linha de desenvolvimento da agricultura brasileira, em cujo âmbito a transformação da velha economia fechada se vem fazendo em forma desigual e incompleta, o declínio das práticas solidaristas é menos acentuado em certas zonas.

(1) Também o mercado exterior, com as suas solicitações de gêneros alimentícios e de certas matérias primas, muito concorre para essa mudança.

Entretanto, não se conclua que a cooperação vicinal está sempre e de maneira exclusiva associada a grupos rurais primários. A despeito das possibilidades de comercialização, ainda há lugar para a conjugação de esforços em caráter assistencial, ajudando-se os vizinhos em muitos trabalhos. Este mesmo fenômeno, como já vimos, foi observado por LYNN T. SMITH em certas áreas rurais do sul dos Estados Unidos, nas quais a comercialização da agricultura não eliminou por inteiro dos padrões da cultura rural muitas dessas práticas de auxílio mútuo. Contribui, de outra parte, para fixar as normas tradicionais de vizinhança, a exploração de lavouras em regime de arrendamento e mesmo de parceria agrícola. Como se trata, via de regra, de explorações familiares que só eventualmente podem utilizar mão-de-obra assalariada, a cooperação intragrupal é por vezes bastante intensa.

Da maior importância, também, na persistência de certas formas de cooperação econômica é o baixo nível técnico das atividades agrícolas brasileiras, que continuam a basear-se, de modo geral, na força muscular do homem. Este aspecto não passou despercebido a HÉLIO GALVÃO, que ilustra o assunto reproduzindo números relativos à escala em que se utilizavam, em 1940, elementos automecanizados na agricultura nacional⁽²⁾. Com efeito, se a máquina só excepcionalmente intervém nas atividades agrícolas, se o trabalho braçal é o que geralmente conta, impõe-se o apêlo à ajuda recíproca. Inversamente, o uso da máquina, ao restringir ao mínimo estritamente necessário a mão-de-obra, torna dispensável geralmente a cooperação dos vizinhos. Conforme JORGE DIAS, a introdução da máquina, em Portugal, faz alguns anos, nas malhas do trigo, dissolveu o

(2) *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, cit.

antigo costume de reunirem-se os agricultores para realização dêsse trabalho. Durante a guerra, no entanto, em virtude da escassez de combustível, o serviço voltou a ser feito em forma manual, restabelecendo-se a antiga prática⁽³⁾.

Apesar das melhorias verificadas nos últimos tempos, é ainda muito restrita, no Brasil, a utilização da força motriz na agricultura, conforme demonstra recente estudo publicado na revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas⁽⁴⁾. Acentua aquêlê trabalho que no último quinquênio diversas circunstâncias vêm favorecendo certa modificação qualitativa na exploração agrícola; entretanto, em relação ao vulto dessa exploração, o progresso alcançado ainda é diminuto e está longe de atingir nível adequado. Considerando que o número de tratores e arados é o meio direto de se aferir o desenvolvimento do processo de mecanização, a revista em apêço apresenta o quadro a seguir reproduzido:

ANOS	TRATORES	ARADOS	ÁREA DE LAVOURAS (ha)	
			Por trator	Por arado
1920	1 706	141 196	3 893,3	47,0
1940	3 380	500 853	5 572,0	33,6
1950	8 428	714 173	2 368,0	28,1

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

"Em 1920" — observa "Conjuntura Econômica" —, "dos 648 153 estabelecimentos agrícolas recenseados, 90 124, ou 13 %, possuíam arados e 1 398, ou 0,2 %, utilizavam tratores. Trinta anos depois, a situação, quanto

(3) *Rio de Onor, Comunitarismo Agropastoril*, cit.

(4) *Aspectos Relativos à Mecanização da Lavoura*, Ano IX, N.º 12, Dezembro, 1955, Rio de Janeiro. Págs. 67-73.

aos arados, evoluiu sensivelmente, enquanto, relativamente aos tratores, o substancial aumento relativo pouco representou em face da área cultivada. De cerca de 2 060 mil estabelecimentos agrícolas, em 1950, 442 210 utilizavam arados de aiveca, que se usam com a força animal, e 41 146 empregavam arados de disco, mais apropriados para os tratores. Calculando exclusivamente através dos declarantes de arado de aiveca (pois o mesmo estabelecimento pode apresentar os dois tipos), teremos que 23,4 % das propriedades recenseadas usavam arado. (...)

“Não chega a 1 % a proporção dos estabelecimentos que utilizavam a força mecânica (1950). Cerca de 30 % usavam a força animal e 70 % exclusivamente o trabalho braçal. A comparação com o mesmo aspecto dos Estados Unidos serve para demonstrar a situação privilegiada a que já atingiu esse país quanto à organização agrícola e acentua a desfavorável posição brasileira. Em 1950, cerca da metade das propriedades agrícolas americanas, ou 48,8 %, usavam a força mecânica, 23,3 % empregavam a força animal e 27,9 % o trabalho humano.”

Ainda de acordo com os elementos divulgados pela revista citada, a posição das diversas zonas fisiográficas no concernente à natureza da força utilizada era a que reflete o quadro da página seguinte.

Esse baixo índice de utilização de força mecânica foi também evidenciado, com minúcias, pelo inquérito executado em 1953-1954 pela Comissão Nacional de Política Agrária, cujos resultados são interpretados na monografia *Técnica de Produção*, de autoria de JOÃO CASTELO BRANCO.

Na economia rural da região Norte, observa o autor do trabalho, “o machado, a foice e a enxada são os meios exclusivos de sua produção primária”, aparecendo o arado em apenas 9 dos noventa e sete municípios investi-

1950

REGIÕES	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	% DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A FÔRÇA EMPREGADA		
		<i>Animal</i>	<i>Mecânica</i>	<i>Sem utilização de força animal ou mecânica</i>
BRASIL.....	2 064 527	27,4	0,4	72,2
Norte.....	78 229	2,4	0,0	97,6
Nordeste.....	543 564	5,3	0,1	94,6
Leste.....	660 751	11,2	0,1	88,7
Sul.....	702 226	64,7	0,6	34,7
Centro-Oeste.....	79 957	12,3	0,1	87,6

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

gados. “Dêste conjunto escasso de maquinaria, cujo número de componentes atinge hoje (1955), possivelmente, uma cifra mais elevada, em 6 unidades políticas o arado é movido a tração animal, e nas 3 restantes o é por tratores acionados a óleo e gasolina.”

Menos sombria, mas nem por isso muito lisonjeira, era a situação do Nordeste, onde, no total de 417 municípios informantes, a percentagem de arados movidos a tração animal subia a 34,1%, envolvendo 142 daquelas unidades, enquanto que o uso do trator, numa percentagem de 3,4%, só se estendia a 14 municípios.

Ainda que a região Leste apresentasse índices relativamente superiores aos das regiões referidas, observa-se que a distribuição de máquinas agrícolas (arados a tração animal geralmente) oferecia desequilíbrios chocantes de uma para outra unidade federada.

Na região Centro-Oeste, reaparecem aquêles aspectos fortemente negativos assinalados no extremo setentrional.

Dentre tôdas, a região Sul é a que apresentava melhores índices de emprêgo de elementos mecânicos, mas nem por isso podia ser considerada muito satisfatória sua posição. Basta ver, a propósito, que na sua unidade mais desenvolvida — São Paulo — o arado, embora encontrado em 348 municípios, não apresentava uma utilização maior de 20,8% sôbre o trabalho rural, figurando a enxada, ainda, na proporção de 94%.

Um fator que, segundo tôdas as aparências, está concorrendo para manter e até mesmo vitalizar os antigos padrões de solidariedade vicinal é o movimento migratório das populações rurais, em particular o que se dirige para os centros urbanos⁽⁵⁾. O êxodo rural, ao

(5) “Um exame atento, à luz dos resultados censitários, das taxas de crescimento demográfico nas unidades federativas do Brasil e particularmente dos seus centros urbanos, revela, desde logo, a existência de grandes correntes internas de migração.

restringir as disponibilidades de mão-de-obra nas zonas de origem, tem levado, em vários casos, à validação de velhos conceitos de vizinhança, passando os elementos do grupo local a socorrer-se com mais freqüência em trabalhos cuja execução demanda rapidez. Esta suposição é bastante aceitável, pois a escassez de braços nas zonas de emigração intensa não tem tido como resultado o maior emprêgo de meios mecânicos na agricultura, o que sem dúvida só se tornará possível a longo prazo, mediante o necessário corretivo à deficiente estrutura agrária do País.

Mas, nada obstante as razões que retardam a completa extinção do costume e que podem ser resumidas nas necessidades que ainda se manifestam na vida econômica e social de certos grupos rurais, a instituição, de modo geral, está decadente.

Em muitos lugares, a atonização da propriedade, evidenciada na presença de elevado número de minifúndios, já em virtude de partilhas entre herdeiros, já pela sua própria constituição original, contribuiria, até certo ponto, para tornar menos freqüente a ajuda intervicinal, uma vez que o trabalho familiar se releva mais ou menos capaz de atender às exigências da exploração. A excessiva fragmentação da propriedade, paralela a uma forte concentração territorial, é com efeito uma

“Parte delas — as mais significativas de resto — orientam-se no sentido rural-urbano, alimentando o crescimento das cidades a expensas de áreas camponesas, fenômeno próprio de país em fase de industrialização; outras refletem o abandono de extensas áreas em busca não dos centros populosos, mas de novas áreas rurais mais florescentes, o que também é natural que suceda em país novo e extenso, como o Brasil, onde o desbravamento da terra só lentamente permite a integração civilizadora das fontes latentes da riqueza nacional.

“Restringindo a análise apenas ao último período intercensitário (1940-1950), verificamos que as populações rurais cresceram de 17,4 %, as urbanas 41,5% e as suburbanas 58,3%. É evidente que tão forte discrepância nas taxas de crescimento não deriva de coeficientes distintos de fecundidade de suas populações, mas daquele primeiro tipo de migrações a que acima aludimos.” — T. Pompeu Accioly Borges, *Migrações Internas no Brasil*, Comissão Nacional de Política Agrária, Rio de Janeiro, 1955. Pág. 7.

realidade impressionante em várias unidades políticas, conforme demonstram os resultados do censo agrícola de 1950. No tocante às propriedades do pequeno tipo, verifica-se que o seu número, no conjunto do País, consideradas apenas as que se distribuem entre os grupos de áreas de menos de 1 até ao de menos de 10 hectares, atingia 711 248 unidades, o que equivale a 34,4% dos estabelecimentos recenseados. Para cada grupo em particular, a situação era a seguinte:

GRUPOS DE ÁREA (Ha)	ESTABELECIMENTOS	%
Menos de 1	50 520	2,4
1 a menos de 2	113 988	5,5
2 a menos de 5	295 257	14,3
5 a menos de 10	251 484	1,22

Excluído o caso singular do Distrito Federal, onde a excessiva fragmentação da propriedade rural se deve a fatores bem conhecidos, o fenômeno é particularmente sensível no Nordeste, cuja elevada percentagem de explorações do pequeno tipo parece constituir uma das características de sua estrutura agrária.

Contudo, esta hipótese deve ser vista com as necessárias reservas, dadas as condições específicas de nossa pequena propriedade, geralmente pobre. Como não se ignora, à medida que a sua área se reduz, em virtude de partilhas, ou que se acentua o esgotamento do solo, os jovens em condições de trabalhar emigram para outras zonas agrícolas ou para os centros urbanos, onde muitos deles se integram no processo da produção industrial.

Deve ter-se em conta, no exame das causas do declínio destes velhos hábitos, o elevado custo dos alimen-

tos em muitas zonas, o que torna ordinariamente anti-econômicos os serviços dessa natureza. Em verdade, não é problema fácil, nos dias correntes, alimentar e oferecer bebidas a um grupo de vinte, trinta, cinquenta ou mais pessoas. Quando se trata de agricultores remediados, a tarefa apresenta menos dificuldades, sacrificando-se um leitão ou mesmo um porco adulto, algumas galinhas, patos, etc. Mas de ordinário o lavrador pobre não dispõe desses valores em quantidades que lhe permitam desfazer-se facilmente deles.

O desuso destas práticas é mais acentuado nos lugares em que a economia monetária, resultante das facilidades de venda de produtos agrícolas, vai substituindo as relações econômicas tradicionais, caracterizadas pela produção para consumo próprio e permuta do excedente entre os do grupo local. Hoje, em muitas partes, todos os valores se expressam numa medida comum: o dinheiro. Quem, p. ex., engorda um porco, sabe que, atingido certo limite de peso, estará êle valendo umas quantas centenas de cruzeiros, pois ali também se fazem sentir os efeitos da inflação. Porco, para o lavrador, é *dinheiro guardado*. A dificuldade é ainda maior quando o homem que está *tocando* uma lavoura se acha apenas no início de sua atividade e não dispõe de valores em espécies.

Todavia, muitos ainda apelam para o auxílio dos vizinhos, sobretudo para realizar serviços ligados a atividades de natureza cíclica. E isto pelo caráter de urgência que em regra revestem êsses trabalhos, os quais não podem ser adiados, sob pena de perda da estação propícia ou da produção mesma, como nos casos de limpas de roçados e colheitas. Recursos financeiros para pagar trabalhadores não os têm. E assim, se se trata de um pequeno proprietário ou sitiante já estabilizado, de um arrendatário ou parceiro, em situação mais ou

menos folgada, não hesita o lavrador em desfazer-se de suas criações. Se é simplesmente um empreiteiro principiante, recorre comumente ao crédito no armazém da propriedade a que está vinculado pelo contrato ou obtém autorização para aumento de sua ordem na venda, onde costuma abastecer-se. Verifica-se então que a despesa realizada com a compra de mantimentos equivale mais ou menos à que teria feito se estivesse em suas possibilidades pagar mão-de-obra. Mas o serviço se faz rapidamente, de maneira eficiente, não talvez com a perfeição que seria desejável, porém em tempo de evitar grandes prejuízos.

Ao impacto das mudanças que se vêm processando na vida econômica das populações rurais, traduzidas em parte na constante individualização do trabalho, a instituição da ajuda mútua entra em crise e não raro deixa de ter validade. Isto, porém, não se verifica sem transição, dando lugar à prática de formas intermédias em que, a par da permanência de algumas características do antigo costume, se assinalam os germes do moderno sistema mercantil baseado nas relações monetárias.

Entre essas formas de transição, está o sistema de troca de dias de serviço, que se vai generalizando em muitas zonas e no qual se pode ver, possivelmente, um sintoma de deteriorização da forma de trabalho coletivo. O lavrador pobre, atendendo ao pedido de um vizinho, dá-lhe um dia de trabalho, que deverá ser pago quando o primeiro o reclame, verificando-se mesmo, em alguns casos, o pagamento recíproco em dinheiro, modalidade que se identifica, a êste aspecto, ao salariado. Incluem-se ainda nesta ordem as reuniões convocadas por lavradores remediados, nas quais, além do fornecimento de comida e bebidas, se remunera em dinheiro aos que participam do trabalho, verificando-se ainda situações em que o dinheiro é dispensado em troca da

festa. Nesta eventualidade, voltam a afirmar-se algumas características formais da instituição, já um tanto perturbadas por essa alternativa de sentido especulativo.

Ocorrem ainda casos em que o lavrador beneficiado com o auxílio dos vizinhos retribui a ajuda, não com o seu comparecimento pessoal, mas enviando trabalhadores pagos, para colaborar na tarefa coletiva. Realizam-se, também, excepcionalmente, reuniões de trabalhadores para execução de determinados serviços, como o de derrubar um trecho de mata ou *rebater* uma derrubada cuja queima foi retardada, oferecendo o beneficiado, eventualmente proprietário de uma fazenda ou posseiro, comidas ou bebidas aos presentes. O espírito associativo do homem rural brasileiro, ou melhor, das camadas pobres do campo, é, no caso em foco, utilizado para prestação de serviços sem expectativa de reciprocidade, como se observa na forma costumeira, contentando-se os colaboradores com alguns tragos de aguardente.

Registremos, por último, uma forma que, sem ser precisamente de transição, revela, contudo, uma acomodação provisória às dificuldades que se apresentam à prática da ajuda mútua nos moldes antigos. Trata-se da *pujuva*, de uso recente entre os lavradores do município paulista de Jucupiranga. Dá-se o nome de *pujuva* a uma reunião de lavradores idêntica ao mutirão ou puxirão, com a única diferença de que as pessoas convocadas só comparecem à casa do dono do serviço ao meio-dia, ocasião em que tomam café com uma mistura de farinha de mandioca, ovos e banha (gordura de porco) a que denominam *coruja*. Dirigem-se, em seguida, ao trabalho, que ordinariamente se prolonga até o fim da tarde. À noite, realiza-se a mesma festa (*baele*) usada no mutirão.

Como solução de emergência ao problema de fornecer alimentos abundantes a um grande número de pessoas, a pajuva se revela uma forma perfeitamente ajustada às condições atuais. Reduz-se evidentemente a proporção da ajuda prestada ao vizinho necessitado, mas a despesa do dono do serviço é, a seu turno, bastante inferior à que teria de fazer na antiga forma.



Conforme se disse inicialmente, tornou-se imperioso recorrer-se à bibliografia disponível para completar ou mesmo suprir as falhas do inquérito com relação a várias unidades políticas, verificando-se, entretanto, uma omissão: Sergipe. E' visível, por outro lado, o desequilíbrio na documentação relativa a diversos Estados, o que explica ter-se dado maior ou menor ênfase às práticas solidaristas nesta ou naquela unidade política. No interêsse do melhor ordenamento da matéria, procedeu-se à sua separação em duas partes, descrevendo-se, na primeira, as formas de trabalho cooperativo na agricultura, e na segunda, essas mesmas formas nas atividades pastoris. Num pequeno capítulo suplementar, indica-se o uso de práticas de auxílio mútuo entre colonos estrangeiros e seus descendentes.

CAPÍTULO VI

Ajuda Mútua nas Atividades Agrícolas

NORTE

Amazônia.

DADA A IDENTIDADE de caracteres que singularizam as unidades políticas situadas no extremo norte do País, adotou-se o critério de referir as práticas de assistência entre as suas populações rurais ao conjunto dessa região e, em particular, aos seus principais componentes, os Estados do Amazonas e Pará.

ERMANO STRADELLI, no seu *Vocabulário Nheengatu-Português — Português-Nheengatu*(1), dedica algumas palavras ao *aiuri* ou à sua variante dialetal *ajuri* do Alto Amazonas (Rio Negro), escrevendo a propósito:

“E” a reunião que se efetua, a pedido do dono do trabalho, que precisa de adjutório para levar a efeito algum trabalho que precisa fazer-se no menor tempo possível, como seria derrubar o mato, barrear as paredes das casas de taipa, etc. O dono do serviço, que se prepara sempre com antecedência, pelo tempo em que dura o trabalho, trata os convidados largamente, tanto de comida como de bebidas, e no fim há geral-

(1) Em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, tomo 104, Vol. 152, N.º 2 do ano de 1928, Rio de Janeiro, 1929. Pág. 365.

mente ladainhas e danças. É prática de boa vizinhança, e os que acodem ao convite adquirem por sua vez o direito de ver retribuído, quando fôr preciso, o auxílio que prestam. É o mesmo que no Baixo Amazonas se chama putirum.”

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA, a seu turno, registrou:

“No Amazonas diz-se *ajuri* — a reunião — e *ajuricaba* o trabalho confraternizado e o tempo para êsse fim. Era praticado pelos ameríndios, chamado pelos quíchuas *minga* (Padre Gusman) e pelos caboclos do Oiapoque *mahuré*”(2).

A mais interessante informação sôbre o putirum amazônico é sem dúvida a que nos proporciona RAYMUNDO MORAES no livro *Os Igarauínas*, romance de costumes caboclos paraense-amazonenses. O cenário é um trecho da zona típica da floresta equatorial, cuja escassa população, composta em maioria de caboclos, vive entregue à exploração de pequenas culturas de milho, feijão, cana-de-açúcar e fumo.

A dona do sítio Bom Jesus necessita “abrir um roçado” para aumentar a área de cultivo: “dez minutos a passo comprido e dez minutos de largo”, de acôrdo com o sistema local de medir, mas não dispõe de mão-de-obra suficiente e adequada à emprêsa. “Lá no sítio... além das duas (refere-se às filhas), só Deus... Mulhé no machado não resiste. Ando então convidandozinho os amigos p’ra me ajudar num putirum.”

Tôdas as providências são tomadas para o êxito do putirum. A farinha, destinada aos colaboradores durante o período em que devia durar a derrubada da mata, fôra feita com antecedência. Cada convidado devia levar seus “terens”: terçado, machado, espingarda, flecha, anzol, espinhel. “Caça p’ra sustentar a gente

(2) *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, cit., pág. 283.

do trabalho, custa muito. Pesca é melhó. Rende mais.” — explicou a dona do serviço.

— “Vac sê um putirum de estrondo, arriscou sorrindo a Merandolina, que já conhecia aquêlê gênero de trabalho, quase sempre obrigado a acompanhamento de ladainha, dansarás, com o bôto e a cobra grande pelo meio...”

“Na data aprazada” — prossegue a descrição — “afluíram os convidados do putirum ao Bom Jesus. Cêrca de cem pessoas, incluindo homens, mulheres, cunhantás e curumins. O aspecto dêsse processo agrícola, mais de festa do que de labor, atraía sempre. Na maioria, as criaturas ali presentes não pensavam na cansa da derrubada, mas nos quinze dias à tripa fôrra, nas danças, nos namoros e na alegria de tais reuniões. Mãe e filha, donas do Bom Jesus, iam recebendo a vizinhança.”

A localização de tôda essa gente, embora à primeira vista pareça um problema de solução difícil, foi afinal resolvida, instalando-se os convidados nas duas casas do sítio, nas cobertas e puxadas de palha e até sob as árvores próximas ao terreiro, onde armaram suas rêdes.

O primeiro dia foi gasto em combinações, distribuindo-se os postos e tarefas a realizar “de acôrdo, mais ou menos, com a vontade de cada um”. Êste devia roçar, aquêlê devia pescar, a fim de prover, básicamente, ao sustento pessoal, aqueloutro devia amolar as ferramentas. O mesmo se fêz em relação ao pessoal feminino, encarregado de cozinhar, apanhar água, distribuir comida, lavar as peças de serventia, conduzir objetos para as proximidades da zona a roçar... “tudo enfim que demandava esfôrço distribuíam de maneira que, na outra madrugada assim que a maria-já-é-dia anunciou a aurora, todos estavam de pé”.

Nas imediações da floresta a derrubar, os caboclos construíram rapidamente “vários paperis, leves casotas cobertas com folhas de inajá, simples refúgios de emergência...”

“No terceiro dia de trabalho, após o banho das seis da tarde, *tiraram* uma ladainha⁽³⁾, dançando em seguida no terreiro ao som da viola e do cavaquinho, da flauta e da harmônica. De sol a sol o ferro comia nas árvores.” “Certas árvores eram proibidas de cortar. A dona do roçado não deixava abater os cumarus, as pupunhas, as castanhas sapucaia ou do Pará, as copaíbas e as andirobas. Sobretudo as pupunhas, consideradas por todos árvores do céu.”

Não obstante o serviço “andar à vontade”, os trabalhos se desenvolviam em ritmo satisfatório, “e no prazo de quinze dias, estava pronto dentro da medida: dez minutos a passo de comprido e dez minutos de largo”.

Chegado o dia final do putirum, realizou-se a *varrição*, ou seja, a grande festa.

“À bôca da noite dêsse último dia, rezaram uma ladainha *puxada a sustância*, e seguidamente surgiram as danças finais daquele exórdio agrário. O regozijo era completo porque desta feita não ocorrera a menor desgraça. Sempre caía um galho na cabeça de um; ninho de caba na daquele, lagarta de fogo na de um outro. Êste se ferira no terçado, êste outro no machado, aquêle outro num espinho. Agora, nada. Haviam, de fato, comido tôdas as reservas do sítio. Cinquenta paneiros de farinha e duzentos pacotes de mapará salgado viraram ponta de cigarro. Alguns xerimbabos como porcos, jabutis, galinhas, picotas, voaram”.

“Em compensação, o roçado ficara escancarado ao sol. Bastaria um fósforo para o fogo auxiliar o homem.

(3) O mesmo traço religioso registrado por STRADELLI no ajuri do Alto Amazonas.

A coivara completaria o trabalho. As primeiras chuvas do futuro inverno já encontrariam semente e talo na cova.”

À margem da descrição do putirum, o autor fornece, em nota ao pé da página e em certas passagens do texto, alguns esclarecimentos de interêsse. A nota está assim redigida, observada a grafia respectiva de certas palavras:

“*Putyrũ — Potyrũ*: Auxílio ajuda, concurso dos vizinhos para ajudar o vizinho em algum trabalho, especialmente com referência à roça. E’ como no Solimões e Pará chamam o que no rio Negro chamam Aiury. (ERMANO STRADELLI: *Português-Nheengatu — Nheengatu-Português*). TEODORO SAMPAIO, no seu *O Tupy na Geographia Nacional*, dá Puchirô: Socorro, auxílio, ajuda. A pronúncia observada pelo autor d’Os *Igaraúnas, em quase tôda a bacia amazônica* (o grifo é nosso), é, aliás, *Putirum*, embora o Sr. Curt Nimuendaju, vigorosa figura de naturalista, tenha escrito uma carta ao sábio alemão Herbert Baldus, dizendo que no Pará e no Amazonas a gente diz *puchirum*. Não diz. A missiva em foco vem estampada no grande livro *Ensaio de Etnologia Brasileira*.”

RAYMUNDO MORAES acentua que, contrariamente ao pretendido por certos escritores que se referiram aos costumes caboclos da bacia amazônica, o putirum não é uma reunião espontânea de trabalho. E aponta a sua principal característica: o convite que o interessado faz à vizinhança, para abrir um roçado, encoivara, levantar uma barraca, pescar ou caçar. Quanto a pescarias e salgas coletivas, depreende-se, do que a respeito escreve, que essas atividades podem revestir forma solícitada ou espontânea. No primeiro caso — reunião a convite — ela se realizaria em benefício de uma pessoa,

pressupondo-se naturalmente a obrigação de retribuir na primeira oportunidade. No segundo — reunião espontânea para pescarias e salgas coletivas — a tarefa seria executada em benefício de todos.

Além de determinadas pelas exigências econômicas do grupo, essas reuniões respondem à necessidade que sentem os seus componentes de renovar os contactos e reafirmar os sentimentos de solidariedade. Num meio em que a dispersão geográfica é a regra e onde o comércio pela aquavia dificulta a formação de aglomerados humanos, reuniões dessa natureza equivalem a oportunidades para que o homem se divirta e quebre o ritmo monótono de vida a que o condena o isolamento geográfico. Não é de estranhar, pois, o aspecto “mais de festa do que de labor” que o putúrum oferece.

Os que pessoalmente conhecem a Amazônia ou estão familiarizados com a literatura a respeito da região e dos seus problemas não ignoram que em certas zonas a rarefação demográfica é bastante sensível, sendo necessárias várias horas ou mesmo dias de viagem, através dos cursos d'água, para encontrar-se um núcleo populacional ou mesmo um simples morador. Daí possivelmente a elasticidade do conceito de vizinhança entre populações dispersas. Vizinhos, não são apenas os moradores mais próximos, mas, também, os que residem a distâncias consideráveis.

O traço religioso que se observa na reunião de trabalho dos caboclos pode, à primeira vista, causar estranheza, sobretudo na circunstância em que se manifesta. Todavia, a um exame menos superficial, verifica-se que o elemento religioso não está propriamente associado à recreação, mas à tarefa que os congrega⁽⁴⁾.

(4) “La question se pose de savoir pourquoi la religion est ainsi mêlée au travail. Radcliffe-Brown a donné une explication fonctionnelle, d'après laquelle le rite donne à l'individu le sentiment de participer à une tâche collective et est une manifestation de l'unité du groupe.” — J.-Cl. PAUVERT, *trab. cit.*

O putirum inspirou a RAUL BOPP uma composição poética incluída em *Cobra Norato*⁽⁵⁾, em que se dá especial destaque à festa cabocla subsequente à reunião de trabalho, com a valorização de motivos folclóricos, como o da lenda antropomórfica do bôto, configurado na pessoa de um moço louro.

NORDESTE

Maranhão.

Em Parnarama e Matões, municípios situados na área do extrativismo vegetal, observa-se, paralelamente à exploração do côco babaçu, o sistema de roças em comum, dentro de uma só cêrca. Entre a população rural da zona, o adjunto ou adjutório ainda é muito usado, especialmente nos seguintes casos:

- 1) Quando uma pessoa, geralmente do sexo feminino, consegue acumular grande quantidade de côco babaçu e, por motivo de moléstia, não pode realizar sòzinha a quebra do côco e a extração das amêndoas.
- 2) Quando os donos de lavouras em comum procedem à limpa (roçada) de uma delas, em benefício de uma só pessoa, ou participam da cobertura de uma casa.

O que se poderia chamar de “festa”, nessas ocasiões, é a grande alegria reinante entre os que tomam parte no trabalho, oferecendo-se aos presentes alimentação abundante, quase sempre carne de porco ou de capri-

(5) Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, São Paulo, 1931.

no, acompanhada de feijão e jerimum (abóbora). No adjutório para cobertura de casa, faz-se largo uso de aguardente, quer durante o trabalho quer na hora do *de comer*. Não há cantorias especiais nessas reuniões.

Dentro da mesma área, em Monção, realizam-se também ajuntamentos de mulheres para a quebra do babaçu, revertendo em favor de uma delas o produto do trabalho de tôdas. O putirão, nome dado a essas aglomerações, é continuado nos dias subseqüentes, em proveito de cada uma das mulheres que se entregaram a êsse serviço desde o início. Contudo, essa forma de ajuda mútua é pouco usada presentemente.

Os lavradores, por igual, praticam o putirão, especialmente na época das derrubadas, não havendo festa ou função após a jornada de trabalho.

Na zona de Caxias o auxílio mútuo é denominado adjunto, *adjutório*, ademão ou ajuda, sendo em geral aplicado à cobertura de casas, derrubada de matos, queima, capina e plantio de roças. Tanto nesse município como nos vizinhos não mais se realizariam comemorações festivas após o trabalho, que no entanto decorre sob grande animação e alegria, limitando-se os participantes a pilheriar enquanto dura a atividade.

Em Pinheiro, na zona da Baixada, usa-se moderadamente o adjutório nos serviços da lavoura, em especial nas sementeiras. Raramente comemora-se o acontecimento com uma festa, isto é, uma "baile de ramada", assim denominado no local pelo fato de realizar-se num barracão de palha improvisado para êste fim.

O *mutirão*⁽⁶⁾ ou simplesmente adjutório, como é mais conhecido o auxílio mútuo em Buriti Bravo, é uma prática que vem declinando nos últimos anos e que se acha virtualmente limitada a umas poucas atividades:

(6) As indicações sobre o uso dos termos *mutirão* e *putirão* em terras maranhenses justificam a inclusão de parte dêsse território na área geográfica do mutirão.

farinhadas, cobertura de casas de palha e *batição* (roçagem) de estradas.

As farinhadas revestem cunho festivo todo especial, servindo-se aos presentes café forte adoçado com rapadura e beiju de massa "feito no cantinho do fôrno". Os trabalhos prolongam-se às vêzes pela noite a fora, sem que os colaboradores revelem sinais de cansaço ou desânimo. Quase sempre, uma parte da produção de polvilho ou tapioca é dividida com as mulheres que participam do *mutirão*.

No adjutório para cobertura de casa, geralmente num sábado, reina igualmente grande animação. Segurando uma garrafa de aguardente, o dono do serviço distribui doses de *cana* aos companheiros numa velha xícara sem asa, que passa de mão em mão até que todos sejam contemplados. O trabalho é animado por cantos regionais e gritos estridentes. Concluído o serviço, marca-se um dia da semana seguinte para ajudar outro vizinho. Dada a pouca resistência da palha do babaçu aos efeitos da chuva (um ou dois invernos, no máximo), é muito freqüente a convocação de adjutórios para cobertura de casas.

Motivo para realização de reuniões de trabalho é também, como já se indicou, a *batição* ou roçagem de estradas e caminhos, serviço que se verifica habitualmente no primeiro de maio, ou seja, quando se inicia o verão. Nesse dia o proprietário faz a matança de uma rês para alimentação dos agregados, aos quais incumbe a realização do serviço, de acôrdo com uma obrigação costumeira, observando-se porém pouco entusiasmo entre os que participam desses trabalhos. O sistema tem declinado bastante nos últimos anos em consequência da abertura de novas rodovias públicas, restringindo-se a cooperação dos agregados à limpeza de pequenos caminhos dentro da propriedade.

Nos serviços agrícolas em geral a prática do *mutirão* ou adjutório vem sendo substituída pela troca de dias de trabalho, sem que se verifique agrupamento maior de pessoas⁽⁷⁾.

Por especial deferência de Messias Alves Feitosa, chefe da Agência-Modelo de Estatística de Floriano, Piauí, chegou-nos às mãos interessante contribuição da iniciativa de Severino Lira, da cidade maranhense de Barão de Grajaú, o qual, nas suas viagens pelo interior, vem continuamente ouvindo e observando cantadores típicos que em geral comparecem aos folguedos, por ocasião dos adjuntos.

Dois cantadores, após as invectivas recíprocas e as fanfarronadas habituais, abordam o tema *mutirão*, sugerido possivelmente pelo próprio Severino Lira, oferecendo afinal uma descrição singela e perfeita de algumas características do costume em determinada zona maranhense.

DISCUSSÃO AO SOM DE VIOLAS

Entre os improvisadores José Queirós, vulgo Tamandúá, e Casímiro Dias, vulgo Fura-Barreira. Lugar: Fazenda Serra Branca, no sueste do Maranhão.

Tamandúá — Colega Fura-Barreira,
 Há muito que tinha vontade
 De discutir com você
 Perante a sociedade
 A fim de saber se é
 Um cantador de verdade.

(7) Tanto esta informação como as que a precedem nos foram fornecidas diretamente pelo Inspetor Regional de Estatística, Artur Paiva, entre os meses de janeiro e março de 1956.

- Fura-Barreira* — Cantador colega eu sou,
Porém não sou de primeira,
Mas p'ra cantar com você
Não perciso ter canseira,
Pois já vejo suas pernas
Numa bruta tremedeira.
- Tamanduá* — Você está enganado,
Não sou qualquer vagabundo,
Nesta arte de versejar
Eu sou bastante profundo.
Quanto a mêdo, eu nunca tive,
Nem das almas do outro mundo.
- Fura-Barreira* — Você correu certa noite
Após ouvir um gemido,
Suas calças atingaram,
Que terá acontecido?
Sua mulher exclamou:
“Coitado do meu marido!”
- Tamanduá* — Já que se diz valente,
Um segundo Lampião,
Diga-me também qual é
O seu valor na instrução.
Se sabe ler vá dizendo
O que é “mutirão”.
- Fura-Barreira* — Colega, a sua pergunta
Não é para o Norte não.
Mutirão é conhecido
Lá no Sul desta nação.
É coisa que ninguém sabe
Aqui dentro do sertão.

Tamanduá — Você ficou amarelo,
 Ficou com ar de defunto.
 Não fica nisto só,
 Outras coisas lhe pergunto,
 Mas fique logo sabendo:
 — Mutirão é adjunto.

Fura-Barreira — Se mutirão equivale
 A adjunto, tem razão,
 Pois já fiz parte de alguns
 Para a panha de algodão
 Lá numa zona do agreste
 Do Estado do Maranhão.

Tamanduá — Sim, adjunto, colega,
 E' mesmo que mutirão,
 Mas adjunto se faz
 Nas terras do Maranhão.
 Entretanto em Pernambuco
 Conhecem por batalhão.

Fura-Barreira — Quando se faz adjunto,
 Mata-se vaca e carneiro,
 Porco, galinha e piru,
 Gasta-se muito dinheiro,
 Mas se faz em pouco tempo
 Um trabalho verdadeiro.

(Continua o desafio versando outros assuntos. Data da informação: 8-3-1954).

Nos versos atrás reproduzidos, um dos cantadores identifica o adjunto nordestino ao mutirão e indica uma das atividades a que se aplica no Maranhão: a colheita

NOTA — Confronte-se o que nestes versos se diz do vocábulo mutirão, "conhecido lá no sul desta Nação", com a informação procedente de Monção e Buriti Bravo, sobre o uso dos termos putirão e *mutirão* nas zonas rurais respectivas desses municípios.

do algodão. A referência aí feita ao dispêndio de “muito dinheiro” na alimentação dos convidados corrobora o que anteriormente se observou sôbre o fato de se exprimirem atualmente em têrmos de economia monetária, em várias zonas rurais, todos os valores em espécies. Não obstante, como se verifica, o adjunto ainda é aceito, porque “se faz em pouco tempo um trabalho verdadeiro”.

Piauí.

MARTINS NAPOLEÃO informa que o trabalho das populações do sertão piauiense é sempre solidário, sendo generalizado, na lavoura, o regime de troca de dias de serviço. “Assim, num rodízio, os mesmos braços cuidam de muitos e diferentes roçados.” Assinala ainda êsse autor que as roças, não raro, são feitas em comum, com uma única cêrca, estabelecendo-se as divisas entre os diversos lavradores “por simples sinais, em regra uma fieira de mamona”.

O *aditório* é muito usado entre os lavradores de Floriano e municípios circunvizinhos na cobertura de casas de sapé, em derrubadas, queimas, etc. Resulta geralmente dessa prática uma festa, o pagode, ao som de viola, harmônica ou tambores. Nessas ocasiões, surgem por vêzes os “desmanchadores” de festas, que costumam fazer a insólita pergunta: “Jacaré dança?” “Qualquer que seja a resposta, o pau terá que roncar no lombo de quem responder, verificando-se a debandada dos convidados, às carreiras, desertando a festa.” (AME. Data: 8-3-1954).

No extremo sul dêsse Estado, na parte que confronta com a Bahia, notadamente em Gilbués e Parnaguá, a reunião de trabalho tem o nome de *riosca*.

Diz-se também adjitório, mas o primeiro nome é mais comum. Em Corrente, recebe a denominação de adjitório ou simplesmente *reunião*.

A riosca termina geralmente em festa, ao som da viola ou rabeca feita de talos de buriti e cordas de crina de equino, as quais, na expressão do informante, produzem um som maravilhoso. Bebe-se e dança-se até tarde, comparecendo à festa, já no seu término, os cantadores, que improvisam desafios ao pé da viola. O primeiro canta uma estrofe, e ao terminar outro responde na mesma forma servindo-se do último verso, como neste exemplo:

1.º VIOLEIRO

*Caboclo, si eu ti pegá
Ti dêxo morto de fome,
Sô cascavéia de vereda,
Onde pico urubu come,
Num há pedra de viado
E nem reza de São Girôme.*

2.º VIOLEIRO

*Nem reza de São Girôme,
Sô onça-trigue comedeira,
Quando esturro incima da serra
Embaxo lagéro treme.
Aguenta a toada meu camarada,
Vô ti deixá na lamêra.*

Relacionada, de certo modo, à atividade agrícola, verifica-se às vêzes associação de esforços, depois de uma colheita ou empreitada bem sucedida, para levar a efeito uma novena em louvor de um santo, preferentemente Santo Antônio. (AME. Data: 8-3-1954).

Ceará.

No Ceará, como de resto noutros Estados nordestinos, a ajuda mútua recebe mais comumente o nome de adjunto. Há, porém, outras denominações do trabalho associado, tais como adjutório, adémão, ajuda, etc. Conforme JOAQUIM ALVES, o adjunto, nos sertões, é uma prática destinada à prestação de auxílio em trabalhos de roça, quando, entre outubro e dezembro, se faz a *broca*, ou quando, em meio do inverno, o mato daninho invade o roçado do lavrador ameaçando asfixiar as plantações. O adjunto, na forma por que o autor citado o conheceu, é muito usado entre os pequenos agricultores, *moradores*, que, à míngua de recursos financeiros para custear trabalhadores, se reúnem para o plantio e a limpa das roças nos dias de dispensa dos proprietários em cujas terras vivem.

Nos invernos normais, o agricultor apela para os parentes ou amigos da vizinhança, e reúne dez ou vinte homens, número considerado suficiente para quem planta apenas três ou cinco tarefas de terra. Também se usa o adjunto em *derribadas*, queimas, colheitas. A reunião tem carácter festivo, mormente quando é organizada por um pequeno proprietário, e a roça a salvar, de *Pai Luís*, na expressão regional, é superior a dez tarefas. De véspera, o dono do serviço prepara a *matutagem* (matalotagem) necessária para alimentar o pessoal. Reunidos os colaboradores, entre as cinco e as seis horas da manhã, é-lhes servido um café simples, antes do início do serviço. Às oito horas, há uma pausa para o almôço, constituído pela matutagem preparada no dia anterior. Entre as treze e as quatorze horas, serve-se o jantar, em que predominam alimentos sólidos: pirão,

carne, feijão e arroz, seguindo-se a sobremesa, um pedaço de rapadura, o *doce do pobre*.

O trabalho é recommçado ao *quebrar do sol*, isto é, quando o calor diminui, prosseguindo até às dezoito horas. Se o serviço não foi concluído, é continuado no dia seguinte ou em outro dia determinado, nas mesmas condições.

E' na queima de uma roça — observa JOAQUIM ALVES — que o adjunto tem feijão mais festiva. “O calor das labaredas, a fumaça levantada e a soalheira são motivos de prazer, e corre, então, um pouco de cachaça, escolhida entre as mais velhas por serem as melhores, a fim de que se sirvam bem os que se encontram no trabalho. Tudo, porém, se passa dentro de uma ordem absoluta e na melhor camaradagem”(8).

Na zona jaguaribana, de acôrdo com J. FIGUEIREDO FILHO, a ajuda mútua é muito empregada, em especial entre as fiandeiras.

“Quando uma fiandeira de rêdes recebe uma encomenda maior para o trabalho habitual costuma sempre recorrer à cooperação das outras. E estas atendem ao convite sem mostra de mal-estar. Basta a comida para recompensar o dia de labuta no tear alheio. Mas o trabalho é dívida que será paga mais cedo ou mais tarde. „O serviço fica anotado mentalmente.

“O homem pode esquecer o dia perdido na faina agrícola de outro. Já foi compensado com a boa convivência. A mulher jamais perdoa a tecedeira que não paga o compromisso do adjunto”(9).

No Cariri, onde, desde o tempo da escravidão, predominam relações de trabalho baseadas no pagamento da mão-de-obra, seriam hoje menos freqüentes as reu-

(8) *Adjunto ou Mutirão*, cit.

(9) *Mutirão, Adjunto Nordestino; Origem Ameríndia*, cit.

niões de trabalho. A informação não estará muito distanciada da realidade. O Cariri é, com efeito, uma zona de agricultura desenvolvida, praticada em bases intensivas, na qual os métodos rotineiros vêm sendo substituídos por outros mais modernos. Comunica-se com Fortaleza pela Rêde de Viação Cearense, com a Paraíba também por via férrea e com Pernambuco por rodovia, e mantém um apreciável comércio de importação e exportação. Observa-se, nos últimos tempos, o desenvolvimento de várias pequenas indústrias no município. Contudo, além dos trabalhos cooperativos impostos pela necessidade de regulamentar o uso da água, ainda se verificam reuniões eventualmente para realização de alguns serviços, como, p. ex., cobertura de casas.

E' muito comum em todo o Ceará a cooperação vicinal para consêrto de açudes ou para prevenir arrombamento. Na iminência da catástrofe, o trabalho consiste em alargar o *sangrador*, ou, na impossibilidade dessa operação, cortar a parede noutro ponto, tarefa executada muitas vêzes durante a noite. Faz-se a convocação dos vizinhos, em certos lugares, com o auxílio de um búzio. Ao escutá-lo, os proprietários próximos, com os seus *moradores*, acodem imediatamente ao local de onde partiu o apêlo. A solicitude com que os vizinhos atendem ao pedido explica-se, além do mais, por um sentimento de defesa própria, pois como é sabido, a água de um açude arrombado, à maneira do que aconteceu há alguns anos no município de Cedro, ao invadir com violência o sistema fluvial intercomunicante dos açudes próximos, pode ocasionar a rutura de outros.

Também é habitual a cooperação da vizinhança no combate ao fogo que se manifeste, em qualquer engenho, na palha da cana, após o corte, correndo todos a apagar as chamas com a ajuda de feixes de canafístula, carnaúba ou fôlhas verdes de bananeira, ou indireta-

mente, abrindo aceiros, a fim de evitar a propagação do incêndio.

Em Lavras de Mangabeira, onde existem aproximadamente 80 açudes, entre pequenos e médios, recorre-se com freqüência à ajuda dos vizinhos para os trabalhos atrás mencionados. Quando se aproxima o inverno e a terra não está tôda pronta para o plantio, apela-se também para o adjunto ou adjutório. Utiliza-se ainda o auxílio de vizinhos e amigos para embarramento de casas.

Em Limoeiro do Norte, o adjutório tem geralmente por objetivo auxiliar um amigo ou compadre, vigário ou autoridade. Muitas vêzes o homem do campo deseja construir uma choupana para morar, de palha de carnaúba ou de sapé, e está em dificuldades para o fazer. Logo aparece um amigo vizinho que lhe dá ajuda, admissão ou adjutório. Em outras ocasiões, a cooperação reveste finalidades religiosas.

Outrora, na zona de Baturité, os lavradores costumavam reunir-se para trabalhar na lavoura de determinado patrão. O serviço decorria sob grande animação, comia-se bastante, pois para isto o dono do serviço abatia um animal do seu rebanho; à noite, festejava-se o acontecimento com uma dança que alcançava o dia seguinte.

RODOLFO TEÓFILO, na *História da Sêca do Ceará*, aludiu aos adjutórios em que parentes, amigos e vizinhos, a convite de um dêles, arrancam, raspam e cevam a mandioca (“bendita raiz”).

Este espírito cooperativista da gente rural nordestina traduz-se não raro em manifestações singulares, como se pode verificar da experiência de trabalho coletivo solidário ensaiada com o melhor êxito pelo chamado beato José Lourenço, no lugar Caldeirão, mas trágicamente interrompida. A experiência do núcleo Caldeirão está

assim narrada em trabalho apresentado à II Conferência Rural Brasileira, realizada em São Paulo, em dezembro de 1954⁽¹⁰⁾:

“No lugar Caldeirão, no município do Crato, em sítio desprezado pelos padres Salesianos por intratável e estéril, instalou-se o aludido sertanejo. Acompanhado de alguns homens, organizou uma fazenda para a qual acorreram agricultores sem terras do interior nordestino. A colônia cresceu e progredia. Chegou a ser das mais progressistas propriedades do município, mercê do sistema de trabalho ali implantado e de cujo rendimento econômico participavam os trabalhadores equitativamente.

“No recesso dos sertões do Nordeste, José Lourenço conseguiu uma invejável produção de alimentos e algodão. Centenas e centenas de homens reuniram-se ali, fascinados pela compensação econômica da participação nos lucros. A exploração possuía sistema d'água próprio — barragens, cisternas, poços, tudo, aliás, feito pelos rústicos com o intuito de pouparem quaisquer reservas do líquido. O solo, tratado e estimulado pelo adubo orgânico, rebentou em bela produção que compreendia horticultura, pomicultura, floricultura. Rebanhos, pocilgas, aviários, tôdas essas coisas compondo um dos melhores quadros de organização rural em terra abandonada por sáfara e repudiada para a agricultura. Uma surpresa, porém, no aldeamento do Caldeirão: os machados, as enxadas, as foices, os ancinhos, martelos, instrumentos elementares, já se vê, eram fabricados na granja. E o pano que aquela gente vestia era obtido nos teares manuais, também fabricados no Caldeirão, onde se tingia e preparava o vestuário.

(10) *Apontamentos para a Reforma Agrária do Nordeste*, trabalho apresentado pela delegação do Ceará. Autores: Filemon Teles, Guilherme Teles Gouveia e Hildebrando Espínola, respectivamente presidente e vice-presidente da FAREC e redator-chefe do Boletim editado por essa entidade.

“Houve, porém, uma ação policial contra a fazenda, à base de suspeitas da conversão daquilo em aldeamento de algum novo Antônio Conselheiro. A polícia destruiu o núcleo a ferro e fogo. As habitações foram incendiadas pela fúria selvagem dos chamados mantenedores da ordem. Aviões cedidos ao Interventor de então metralharam o reduto. Infeliz epílogo, já se vê, para a melhor lição de economia agrária escrita até hoje no Ceará com o vigor dos fatos concretos.

“E’ escusado dizer que em tórno do Caldeirão tudo era a paisagem cinzenta de zona sêca e terra abandonada. A terra do *beato* lembrava, porém, visão de vergel edênico. Caiu, mas a experiência ficou.”

Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, conforme HÉLIO GALVÃO⁽¹¹⁾, o auxílio mútuo recebe quatro denominações: adjunto e ajuda, no sertão; *arrelia*, nos municípios situados na fronteira com a Paraíba (Pedro Velho, Canguaretama, Nova Cruz, etc.), e *faxina*, nos municípios litorâneos ao sul de Natal (Arés, Papari, Goianinha).

A faxina é usada em determinados trabalhos, de preferência na broca de roçados, capinas, cava de leirões, *desmancha* de mandioca, taipa e cobertura de casas de palha, consêrto de paredões de açudes, transporte de madeira para construção de casas ou de canoas.

A convite de um lavrador, acodem, no dia determinado, numerosos vizinhos, trazendo os instrumentos de trabalho necessários. “Um convidado convida cem, dizem, para dar liberdade a novos convites.” De ordi-

(11) *Mutirão e Adjunto*, cit.

nário, informa Hélio Galvão, há um responsável pela direção do trabalho — o *cabo*. Honras excepcionais são dispensadas ao dono do serviço, que à tardinha, quando finda o trabalho, é conduzido à casa de cadeirinha ou sôbre os ombros de algum dos partícipes.

O bando ruma para a roça ao som de gaita, cujo acompanhamento é feito por uma lata de fôlha de flandres e um búzio. À frente, vai o cabo conduzindo uma bandeira, que é hasteada no local do serviço.

Com a necessária antecedência, a família do dono do serviço prepara os alimentos para aquêle dia: porco, peru, carneiro, variando o número de animais sacrificados segundo o ajuntamento de pessoas. Bebe-se à larga, e à noite, no terreiro, realiza-se a festa, onde geralmente se canta o *côco* acompanhado de *zambé*⁽¹²⁾.

O autor que vimos citando recolheu na povoação de Tibau, município de Goianinha, os versos abaixo, cantados pelo filho do famoso cabo de faxina Cândido José de Santana, já falecido. O canto tem música própria, plangente, com prolongamento típico semelhante ao aboio.

*“Senhor dono do roçado, êêê
 Seu machado me cortou,
 Um talho tão pequenino, êêê
 Tanto sangue que botou,*

Êê, ôô, lá.

(12) Apoiado em informações de KOSTER (*Viagens Através do Nordeste do Brasil*), escreve Hélio Galvão no trabalho citado: “*Zambé* é palavra de origem africana, provavelmente do grupo das línguas bantu. *Zambé* não é apenas a dança saracoteada, individual, que termina por uma umbigada do que está na roda naquele que escolhe para o substituir. E’ também um instrumento de percussão, constituído por um grosso rôlo de madeira ôca, nunca inferior a um metro de comprimento, bem aparelhado nas extremidades, uma das quais é tampada com couro cru, preferentemente de veado. Nesta, prende-se uma correia que passa pelo pescoço do tocador. Este coloca o *zambé* entre as pernas, em posição semelhante ao cavalo-de-pau das crianças. Também chama-se *pau*, simplesmente. O acompanhamento é feito pela *chama*, que é um *zambé* em madeira mais fina, e portanto de som menos forte. O som produzido é peculiar.”

*Sinhá dona do roçado, éêê
Fulô do Campo Maior,
Eu aqui na sua sombra, éêê
Nem levo chuva nem sol,*

Êê, ôô, lá.

*Senhor do roçado, éêê
Aqui está em seu terreiro
O cabo de sua tropa, éêê
Botou scu roçado inteiro*

Êê, ôô, lá.

*Esta casa está bem feita, éêê
Por dentro e por fora não,
Por dentro cravos e rosas, éêê
Por fora manjericão,*

Êê, ôô, lá.

*Esta casa não tem nome, éêê
Quem bota sou eu agora,
Chama-se casa das flôres, éêê
Rosa é quem nela mora,*

Êê, ôô, lá.

*Senhora dona da casa, éêê
Ja bebi sua aguardente,
Cândido José de Santana, éêê
Nêgo da cebola quente,*

Êê, ôô, lá.”

Nos municípios de Goianinha e Arês, situados na orla litorânea, as pescarias levadas a cabo na lagoa de

Guaraíras assumem, via de regra, feição cooperativa, reunindo-se os moradores para a apanha de peixes nos viveiros ou nas camboas⁽¹³⁾.

Paraíba.

Bandeira, é como em vários pontos da Paraíba se denomina a reunião de vizinhos para trabalhos agrícolas, hoje, entretanto, em decadência. Outra acepção dêste vocábulo no mesmo Estado é a que LEONARDO MOTA registra no seu *Sertão Alegre*, ou sejam passeatas religiosas em honra de um santo, das quais é parte obrigatória um banho de rio ou de lagoa.

Em Campina Grande, onde se localiza um grande centro comercial nordestino, há ocorrências esparsas de adjutório em trabalhos de debulha de milho e feijão, limpa de roçados, colheitas, taipa de casas. Tanto o trabalho quanto a festa que se segue são animados pela aguardente, não se registrando, todavia, cantos especiais. (AME. Data: 31-4-1954).

Pernambuco.

Na zona do litoral e mata, a agricultura mais intensificada da cana-de-açúcar e a respectiva indústria desenvolveram relações de trabalho marcadas por fortes características individualistas. Não obstante a elevada densidade demográfica dessa faixa de apenas 14 mil quilômetros quadrados, onde se concentra a principal atividade dêsse Estado, a terra, em virtude de condições

(13) HÉLIO GALVÃO, *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, cit., pág. 304.

especiais de exploração agrícola, está concentrada em poucas mãos, repartindo-se praticamente entre as grandes emprêsas que se dedicam à agro-indústria do açúcar.

O recente desenvolvimento da rêde rodoviária estadual, que atualmente liga o importante centro urbano do Recife a vários trechos do agreste-caatinga e mesmo do sertão, concorre, de outra parte, para alterar a fisionomia tradicional dessas zonas. Com as crescentes facilidades de comercialização dos produtos da economia rural, vão-se obliterando as antigas práticas de apoio mútuo.

Entretanto, mesmo na chamada Zona da Mata, subsistem, à margem da organização de trabalho dominante, alguns tipos tradicionais de atividade em que se faz apêlo à ajuda intervicinal. Incluem-se neste caso a taipa ou a cobertura de casas, as farinhadas e as pescarias, que se realizam geralmente em regime de cooperação.

Ao longo da Rêde Ferroviária do Nordeste, como, p. ex., nos municípios de Palmares, Catende, Maraial e Quipapá, essas práticas ainda têm curso entre os seus habitantes e revestem ordinariamente feição festiva.

A *tapagem*, ou seja, o fechamento de um braço de rio, para que se apanhe o pescado que nêle exista, enquanto a água é desviada, congrega comumente numerosas pessoas, que participam equitativamente dos resultados da pesca.

As pescarias em açudes de engenho — o que ocorre, via de regra, pela Semana Santa —, reúnem não só muitas pessoas residentes em propriedades rurais vizinhas, mas até em cidades e vilas próximas. Concluída a apanha, o pescado é distribuído entre os participantes.

Em Arcoverde e outros municípios das redondezas, as reuniões de trabalho, como de resto várias usanças da população rural, tornam-se cada vez mais raras. No entanto, quando o agricultor se encontra em apuros, à

falta de braços ou de recursos financeiros para custeá-los, ainda recorre à *junta*, nas épocas de broca ou limpa do roçado. A *junta* é praticada quase exclusivamente nos serviços indicados. (AME. Data: 14-12-1953).

Já no município de Assaré e em certos trechos da caatinga, onde ainda se observam fortes vestígios de economia de subsistência, a roça de maior vulto é aberta ou limpa pelo sistema do adjunto. A reunião é sempre um dia de festa e de fartura; o trabalho, quase uma folia⁽¹⁴⁾.

Na cidade do Recife, é muito usado o adjunto ou *adjuntório* para construção de mocambos, reunindo-se os amigos e conhecidos para ajudar alguém nessa tarefa, hábito possivelmente para ali levado pelos elementos de procedência rural que constituem grande parte da população pobre. Nada recebem pela cooperação, mas o dono da obra os alimenta e os anima com aguardente.

Alagoas.

Entre as populações rurais alagoanas, sobretudo as das zonas são-franciscana e sertaneja, o *batalhão* ou adjunto ainda é praticado em diversas fases da atividade agrícola: brocas, semeaduras, limpas e colheitas. E' nos trabalhos de limpa, todavia, que o seu uso é mais difundido, mormente em áreas de mais de quinze hectares. Conforme a extensão do serviço e o número dos colaboradores, o dono do roçado abate um caprino ou ovino, um suíno ou mesmo um bovino. Poucas vêzes o trabalho excede uma jornada. "Nesse dia de mais trabalho, mas de aspecto festivo, a ausência da aguar-

(14) Cf. J. FIGUEIREDO FILHO, *trab. cit.*

dente não poderia ser admitida. O trabalho perderia sua razão de ser.”

A *tapagem* de uma casa mobiliza freqüentemente o concurso da vizinhança, inclusive na periferia dos centros citadinos, isto é, nas suas áreas suburbanas. O trabalho é dividido em setores: o dos que cavam o barro, nas proximidades da construção; o dos que transportam água, em latas; o dos que preparam a massa e a conduzem em gamelas, até a obra; e finalmente o dos que fazem a *tapagem* pròpriamente dita.

Em geral, o trabalho inicia-se às 20 horas e prolonga-se até alta madrugada. “A aguardente é que impulsiona todo o serviço, instigando intimidades.” Não é rara a presença nesses adjutórios, a que não falta o elemento feminino, para auxiliar em serviços domésticos, de pessoas de condição social mais elevada. Comumente, o clima gerado pela ação do álcool favorece a prática de atos sexuais⁽¹⁵⁾.

L E S T E

Bahia.

No litoral quente-úmido, ao sul da Bahia, onde se firmou desde os primeiros anos do século atual a exploração cacauera, o auxílio mútuo foi bastante usado pelos pioneiros, os desbravadores da zona, em geral migrantes originários de Sergipe e, em plano secundário, do Recôncavo e do próprio norte do Estado. Com o gradativo aglutinamento das propriedades rurais em grandes e médias fazendas de cacau, a prática entrou em desuso, tendendo a desaparecer. Não obstante, ainda

(15) Informações prestadas diretamente ao Autor pelo Inspetor Regional de Estatística, José Franklin Casado de Lima, em 24.1.1956.

é possível assinalar algumas manifestações de atividade associada entre os lavradores, contratistas e posseiros, comumente para cabruças ou derrubadas, tarefas que, por serem dispendiosas, são executadas algumas vezes com a cooperação de vizinhos.

Batalhão ou adjunto é o nome dado à reunião de trabalho. Todavia, quando o auxílio tem caráter espontâneo, como acontece na *traição*, dá-se-lhe a denominação de *roubo*, pelo sentido imprevisto ou furtivo da iniciativa. Comparado à *traição*, usada em Goiás e em partes de Minas Gerais, o *roubo*, em Ilhéus e outros municípios da parte central da zona cacaeira, distingue-se por uma particularidade. Os vizinhos, em vez de se dirigirem antes à casa do lavrador que vai ser ajudado, rumam diretamente para o serviço. Pela manhãzinha, ou ainda com a noite, o lavrador, ouvindo o soar do machado, providencia logo a galinha, o leitão e até o novilho, para o almoço do pessoal, servido quando os amigos derem a tarefa por terminada. No decorrer do trabalho distribui-se aguardente (cachaça) em profusão. Após a refeição, realiza-se quase sempre um samba semelhante aos usados outrora nas senzalas, entremeado por vezes de danças diversas. (AME. Data: 14-12-1953).

Mas há casos em que o lavrador é despertado, às primeiras horas da madrugada, por tiros ou rojões, como, p. ex., na taipa de uma casa. Tomam-se providências especiais para que o acontecimento constitua realmente uma surpresa. De véspera ou algumas horas antes do *roubo*, o cabeça ou organizador da ajuda deixa nas imediações da casa a ser embarreada, ocultos no mato, o vasilhame necessário ao transporte d'água, pás, enxadas, etc. À hora combinada, reúnem-se todos em determinado ponto, comumente a casa do organizador, onde é servido um café simples. Com a máxima cau-

tela, o grupo marcha em direção à roça do que vai ser *roubado*, indo alguém mais à frente a ver se porventura há luz na casa do lavrador. Todos os cuidados são poucos para evitar o alarma dos cães, pois a suprema satisfação dessa gente rústica consiste em aproximar-se o bastante da habitação, cercá-la, se possível, e então iniciar o tiroteio. É raro que o grupo seja pressentido pelo lavrador, cuja intuição não falha nesses casos. Quando isto acontece, toma rapidamente da garrucha ou da espingarda e antecipa-se na iniciativa, atirando para o ar, generalizando-se logo a fuzilaria, em meio a gritos e saudações ruidosas. O serviço prolonga-se geralmente até às dez horas, quando é servida alguma refeição improvisada, fortemente regada a aguardente. Para comemorar o acontecimento, improvisa-se uma festa ao som de harmônica, violão e viola, a qual avança pela noite adentro.

Organizam-se também *roubos* para a limpa de pequenas roças de cacau, a facão e estrovenga, tarefa que tem sempre feição emulativa. Tanto no *roubo* como no batalhão ou adjunto, canta-se durante todo o trabalho. Um dos presentes tira um verso que deve ser respondido pelo pessoal que trabalha nos dois eites. O viajante que por ali transita demora-se horas inteiras atraído pela beleza dêsses cantos.

O pequeno lavrador, na expectativa de convocar os vizinhos para um serviço de certa importância, engorda um porco para ser sacrificado na ocasião oportuna. A nova, logo se torna conhecida, é comentada na vizinhança mais ou menos nestes têrmos: "Fulano está engordando um porco para o batalhão." Por cordialidade e até mesmo à falta de outro assunto para início de conversa, algum vizinho interpela eventualmente o que se prepara para pedir ajuda, perguntando-lhe quando se vai comer o porco.

E' comum também a permuta de trabalho entre empreiteiros de uma mesma propriedade, revzando-se as pessoas ora no serviço de um ora no de outro, nomeadamente na *quebra* do cacau. O empreiteiro A ajuda, com duas ou três pessoas, ao empreiteiro B, sendo retribuído, por sua vez, com o mesmo tipo de auxílio.

Na zona rural de Castro Alves e dos municípios que lhe ficam próximos, o adjutório consiste na reunião de pessoas para limpa, queima ou plantio de roçados. Agrupam-se então, em tais oportunidades, vinte, trinta e até mais pessoas, em alegre camaradagem. Quase sempre, é oferecido um almôço aos colaboradores, para o qual o dono do serviço abate um bode ou carneiro. Outras vêzes, servem-se guisados feitos em casa ou adquiridos nas feiras públicas.

E' comum a festa de regozijo pela realização do adjutório, quando entram em ação violas, violões, realejos e outros instrumentos, entoando-se modas regionais. Realiza-se o samba no recinto da casa ou no terreiro, em frente à mesma. Aflui muita gente à festa e não raro há desafios e cantorias originais. (AME. Data: janeiro de 1954).

Na zona de Jequié, o adjutório, outrora bastante usado em roçagens, plantio e colheitas, vai rareando cada vez mais e dá lugar a formas intermediárias em que se percebem sinais de desagregação dos hábitos de solidariedade vicinal, nos seus moldes tradicionais.

Em Serrinha e outros municípios da zona de caatingas do nordeste baiano, ainda se realizam, por vêzes, entre as camadas pobres do meio rural, reuniões de trabalho a que denominam batalhão, adjunto ou adjutório. Não obstante a esporadicidade, há também os chamados *bois-roubados*, em que vários lavradores surpreendem um vizinho para ajudá-lo em trabalhos de roçagem,

capina ou plantio. O *boi-roubado* ocorre ordinariamente antes do amanhecer, sob o espoucar de foguetes e bombas e em meio a cantorias. Dá-se ao acontecimento caráter de competição, já no que se refere a instrumentos de trabalho usados na roçagem ou derrubada — foices, machados, facões, etc., que devem estar bastante afiados —, já no que respeita à rapidez e eficiência na execução da capina ou do coveamento, quando os participantes põem à prova a sua capacidade física ou a sua prática.

Cabe ao lavrador surpreendido o dever de providenciar comidas e bebidas para o dia e a noite, ocasião em que recebe na sua morada tôda aquela gente.

Depois do jantar, no terreiro ou no próprio quintal, rapazes e moças, de mãos dadas e em círculo, girando sempre no mesmo sentido, cantam a *roda*. Alternadamente, uma pessoa desgarrá-se da roda para o centro, onde ao ritmo da música *diz um verso* em que sempre se revela um sentimento de saudade, um pesar, uma queixa, ou lança um desafio, que deve ser respondido pela que a substitui. Eis, linhas abaixo, duas amostras de cantigas de roda:

Minha sabiá,
Ó meu zabelê,
Tôda madrugada
Eu sonho com você.

(Cantiga só para homens).

— Meu pai, lá vem um home!
— Meu fio, deixa vim,
Eu num devo nada ao home
Nem o home deve a mim.

Purqué meu fio?
— *Nada não, meu pai.*
— *E' mode Olaia?*
Olaia, entra p'ra dentro,
Respeita essa canaia!

(AME. Data: 15-12-1953).

Êstes últimos versos traduzem fielmente o estado de espírito do sertanejo à vista de pessoas desconhecidas, principalmente quando tem filhas moças. No caso, o rapaz adverte o pai sôbre a aproximação de um estranho. O chefe da família aparenta tranqüilidade, mas logo percebe a razão da advertência. ‘E’ mode Olaia?’ (E’ por causa de Eulália?) E, enérgico, intima a filha a entrar em casa, para que o “forasteiro” não lhe ponha os olhos em cima ou não lhe dirija alguma palavra considerada menos respeitosa. Não raro, também, a reclusão ou retraimento das mulheres, nalgumas zonas rurais extremamente pobres, à aproximação de estranhos, prende-se a um sentimento de vergonha, dado o aspecto andrajoso que em geral elas apresentam, próximo à semi-nudez.

Em Euclides da Cunha, antigo Cumbe, microclima encravado no cenário físico em que se desenrolou o drama de Canudos, o sistema de *bois-roubados* tem larga aceitação entre os lavradores, nos trabalhos de capina e plantio, revestindo aquêlê caráter de surpresa já assinalado. Digna de nota é a participação de mulheres, em grande número, nos *bois* destinados ao plantio de milho e feijão. Nas covas abertas pelos homens, com o auxílio de enxadas, vão elas plantando os grãos. A sementeira nunca é feita ao mesmo tempo, plantando-se primeiramente o milho, em abril, e o feijão, de maio a junho. Evita-se plantar êste último em abril, porque

é crença generalizada entre os lavradores que a fôlha do feijão engrossa, torna-se resistente e não cai na época da colheita, dificultando o trabalho de bater o grão.

Nas próprias capinas as mulheres colaboram ativamente amontoando o mato em determinados pontos, para a queima, que é imediata se êle já está bastante ressecado⁽¹⁶⁾.

Há *bois-roubados* que chegam a reunir até duzentas pessoas, para capina ou plantio de áreas de mais de vinte tarefas⁽¹⁷⁾. A faina é sempre acompanhada de cantos. Dois homens tiram o canto, que logo se transforma em canto coletivo.

O trabalho de despallar o milho e batê-lo sôbre jiraus é outra operação em que os lavradores se assistem reciprocamente. Começa de ordinário entre as 6 e 7 horas da noite, prolongando-se por três ou quatro horas. Homens, mulheres, meninos e meninas, todos se empenham alegremente no serviço, após o qual é servido café aos presentes, seguindo-se uma festinha que dura até os primeiros clarões do dia seguinte.

Em todo o Estado da Bahia, como de resto noutras unidades políticas, é habitual a reunião de vizinhos para a *farinhada* ou fabrico de farinha de mandioca em tós-cas instalações.

A casa-de-farinha é um dos traços marcantes da paisagem rural, em várias zonas, já como elemento acessório da pequena economia camponesa, já como fator de aglutinação periódica de vizinhos. Com a crescente tendência à comercialização, surgiram, nos últimos anos, muitas fábricas mais bem aparelhadas, mas ainda é importante o contingente de *farinheiras* primitivas, que

(16) Ambas as operações — plantio e amontoamento do mato — integram o quadro das atividades da mulher nalgumas zonas agrícolas. Há casos, também, em que o próprio trabalho de abrir as covas compete à mulher.

(17) O tipo de 30 x 30 braças (0,4366 ha) — a “tarefa baiana” — é a unidade agrária por excelência na Bahia.

servem tanto para atender às necessidades de consumo da família como para suplementar o orçamento doméstico ou individual.

E' interessante notar que a casa-de-farinha não só copia alguns aspectos da técnica indígena de produção, porém conserva até certo ponto aquêlê caráter de *utilidade comum* que tinha na organização econômica aborígene. Assim, ainda que a farinheira seja propriedade pessoal ou familiar, entretém solidàriamente uma contextura de interêsses entre os componentes do grupo. Isto se explica pela origem da matéria-prima, pertencente, não raro, a diferentes donos, que se utilizam das instalações existentes, o que dá lugar a curiosos sistemas de compensação e gera obrigações de reciprocidade.

Quando a mandioca amadurece, impõe-se transformá-la a fim de evitar o seu apodrecimento⁽¹⁸⁾, quer para o consumo próprio quer para a venda, ou para ambos os fins; e como o número de instalações é limitado, costumam os vizinhos utilizar as fábricas disponíveis.

Por cada saco de farinha (80 litros), o *dono da massa* paga um *dízimo* à farinheira, 10 litros em alguns lugares, e todos os que o auxiliam têm a liberdade de reter uma parte da goma (polvilho) ou preparar beijos, consumidos geralmente no local. Estas mesmas vantagens são proporcionadas àqueles que ajudam o dono da farinheira a *desmanchar* a mandioca própria. Em troca do auxílio dos que raspam e cevam a raiz, comumente mulheres, dos que fazem a prensagem da massa e dos que acionam a roda (quando a casa-de-farinha adota êste processo), dá-se-lhes iguais compensações. Só o *torrador* ou *torradeira*, função mais ou menos espe-

(18) Há, porém, terrenos pouco úmidos em que a mandioca pode permanecer durante dois ou três anos sem se deteriorar.

cializada, recebe tratamento especial, pagando-se-lhe ordinariamente em dinheiro. De regra, há muita liberalidade: qualquer pessoa que participe do trabalho pode, p. ex., levar um litro ou uma porção de farinha para casa.

A tarefa de acionar a roda enseja verdadeira porfia entre as pessoas que se alternam no serviço, formando sempre um par. Quando um braço, em virtude do esforço violento, começa a cansar-se, é logo substituído pelo outro, o que obriga o homem a uma brusca mudança de lugar, operação em que os menos experimentados pagam por vezes o seu tributo, recebendo uma forte pancada ou, na hipótese mais lisonjeira, ficando com a camisa rasgada. Prova de grande resistência física, aliada a excepcional habilidade, consiste em continuar alguém movimentando a roda, após a substituição de dois ou três parceiros que abandonam, exaustos, a manivela oposta.

Num ensaio recente sobre atividades artesanais na Bahia⁽¹⁹⁾, CARLOS JOSÉ DA COSTA PEREIRA escreve, a respeito dos *adjuntórios* para fabricação de farinha em municípios da zona do Recôncavo:

“A farinhada dura às vezes vários dias, trabalhando-se inclusive à noite. Há sempre um ambiente de festa e o monótono ranger da roda é suavizado pela melodia de um canto de trabalho peculiar à farinhada e denominado “o boi”. “O boi” tem um compasso lento e a melodia parece se arrastar em cada uma frase da letra. Alguns versos já são tradicionais e pertencem ao “folclore da farinhada”; outros, porém, são improvisados no momento pelos homens (sempre dois) que giram a roda, numa espécie de desafio” (...)

(19) *O Artesanato na Bahia*, Departamento Nacional do SENAI, Salvador, 1955. Págs. 233-234.

“E ao som dêstes cantos de trabalho, à luz bruxuleante dos fifós, a roda rangendo, a garrafa de cachaça correndo de mão em mão, com a batida sêca do “pilão” sôbre a massa, o ruge-ruge do rôdo sôbre a chapa do fôrno, vai sendo produzida a gostosa farinha baiana que já deu a uma das cidades do Estado o título honorífico consagrado pelo povo — Nazaré das Farinhas.”

Espírito Santo.

Nas terras altas que limitam ao norte o vale do baixo rio Doce, realiza-se de quando em vez um *juntamento* (ajuntamento) em benefício de um lavrador pobre, contratista de café ou empreiteiro de derrubadas. Os contratistas de café, sobretudo, recorrem com mais freqüência ao concurso da vizinhança ou de outros empreiteiros vinculados igualmente à propriedade pelo mesmo tipo de contrato.

O Autor encontrava-se numa fazenda localizada na margem norte do rio, no Distrito de São Miguel (município de Linhares), quando ali se realizou um ajuntamento promovido por um contratista iniciante, para concluir um roçado, ao qual infelizmente não pôde assistir, tendo recolhido, no entanto, algumas informações a respeito.

Prèviamente, o dono do serviço adquiriu, a crédito, no armazém (*barracão*) da propriedade, víveres que importaram na despesa de 1.300 cruzeiros; a aguardente foi comprada fora. No dia do ajuntamento, um sábado, iniciou-se o trabalho com o concurso de umas quinze pessoas, incluindo alguns contratistas e filhos maiores, empreiteiros e até trabalhadores avulsos, atraídos pela novidade da reunião e pelo desejo de colaborar. Ini-

ciado cedo, o serviço foi interrompido às dez horas para o repasto em comum, em casa, com farta distribuição de aguardente. Antes, porém, já se havia servido cachaça aos convidados para *abrir a coragem*. Ao meio-dia, houve nova pausa, menos demorada que a primeira, servindo-se café aos presentes, acompanhado de “alguma coisa”, na expressão do informante, ou seja, biscoitos de preparação doméstica, batata, etc.

Durante o trabalho, os baianos, predominantes na zona, notadamente os procedentes do sudoeste, entoaram o *boi*, canto quase onomatopaico, impregnado de sugestões do meio rural de origem.

A tardinha, quando se deu por terminado o serviço, reuniram-se todos na casa e no terreiro, sendo-lhes servida nova refeição. A essa altura, alguns participantes mostravam-se bastante animados pela ação do álcool, registrando-se uma nota dissonante. Um dos convidados, visivelmente embriagado, reclamou por lhe terem servido uma porção de arroz em que via resto do almoço, daí nascendo violenta discussão entre êle e os demais participantes da reunião, um dos quais revidou a uma *ofensa* do reclamante tentando disparar-lhe a espingarda, arma que todos os roceiros possuem e que os acompanha infalivelmente em tôdas as andanças. A intervenção oportuna de alguns convidados impediu a tragédia. Serenados os ânimos, dispersaram-se os convidados, em pequenos grupos, comentando os acontecimentos do dia.

E' habitual, entre os elementos atrás aludidos, a unificação de esforços para embarramento ou cobertura de casas. Como em outras zonas agrícolas, a troca de dias de serviço vai-se tornando freqüente.

Durante as enchentes, em geral de novembro a janeiro, são comuns as pescarias coletivas, não somente entre os habitantes da beira-rio como entre os que resi-

dem em pontos distantes das terras altas e que procuram o vale, atraídos pela abundância do peixe. Por encanto, formam-se grupos de pesca nas lagoas e nos córregos (*esgotos*) que as comunicam com o rio Doce. Enquanto duram as cheias, com as alternativas de baixa e elevação do nível das águas, o trabalho rural fica parcialmente desorganizado. Grandes tapumes e estacadas, verdadeiras obras da engenharia cabocla, são construídos em pontos estratégicos, para apanha de tainhas, crumatãs, piabanhas e robalos que procuram as grandes lagoas para desova. O pescado é em parte imediatamente consumido e vendido fresco e em parte considerável salgado e repartido eqüitativamente entre os que participam desses trabalhos. Uma das conseqüências das pescarias, tanto as coletivas como as individuais, conforme pôde o Autor observar, é a redução do índice de consumo de charque na zona, produto básico da alimentação de seus moradores. Ouvindo a respeito, o administrador de uma grande propriedade e dono do barracão que abastece o pessoal da fazenda, revelou que nos meses de enchentes as vendas daquele artigo caem em cêrca de oitenta por cento.

Vivendo numa zona onde a malária é endêmica, sustentam seus habitantes uma luta permanente contra as "febres". Quando um chefe de família adoecer, logo o vizinho mais próximo ou mais amigo se movimenta para obter o específico, por compra ou doação.

O parto é outro evento que mobiliza a assistência da vizinhança. Quando a mulher do lavrador *está de galinha*⁽²⁰⁾, isto é, deu à luz uma criança, o vizinho que reside mais perto geralmente deixa de trabalhar nesse dia ou no subsequente, colaborando, com os seus familiares, naquilo que lhe é possível.

(20) A expressão é bastante significativa. Por mais pobre que seja, o lavrador sempre reserva algumas galinhas para esse evento, observando-se rigorosamente a dieta,

Posteriormente, voltando o Autor a visitar a zona, pôde assistir a uma iniciativa de interesse comum levada a cabo em regime de cooperação. Sentindo a necessidade de uma escola para atender ao elevado número de menores analfabetos, os irmãos Vieira, proprietários de colônias a beira-rio, decidiram, depois de um levantamento da população em idade escolar, construir o prédio para sua instalação. Levantada, por eles próprios, a estrutura do pequeno prédio (4,50m de largura por 6,50m de comprimento), com madeirame e telhas também preparadas pelos mesmos, convocaram os vizinhos mais próximos para o respectivo engradamento e embarramento. Compareceram à reunião treze pessoas, incluindo os três irmãos Vieira, número considerado suficiente para execução do serviço. Com exceção de um jovem trabalhador braçal, todos eram chefes de família, contratistas de café ou mesmo donos de colônias.

O movimento para instalação da escola originou-se no fato de ter passado a residir no lugar um jovem que se propunha a ensinar a ler, escrever e contar. A despeito do seu baixo nível de instrução, esperava desempenhar as funções de professor, achando-se mesmo em entendimentos com um vereador municipal de Linhares para obter oficialmente a designação. Nada menos de 53 menores de ambos os sexos, entre as classes de idade de 6 a 13 anos, foram relacionados pelo pretendente a professor como candidatas a frequentar a escola. Alguns desses menores residiam em pontos que distavam do local da escola cinco quilômetros. No momento, porém, aquêles total já havia decrescido, pois entre a organização da lista e a construção do prédio algumas famílias trabalhadoras deixaram a zona.

Solidário com a iniciativa, um grande proprietário da zona prontificou-se a fornecer os bancos para a escola, enquanto outro proprietário ofereceu um vaso sani-

tário para instalação da latrina, de uso quase desconhecido entre os moradores.

A palestra mantida pelo Autor com os participantes do ajuntamento não lhe permitiu observar, no ânimo dos chefes de família, qualquer ressentimento contra o Estado, que negava praticamente aos seus filhos o direito à instrução. Realizavam a tarefa com a maior boa vontade, modestamente, sem alardes, como se nada devessem esperar do Poder Público.

Em Santa Leopoldina, o ajuntamento consiste na aglomeração de lavradores para execução de certos trabalhos, como a colheita de produtos agrícolas, embaraçamento de casas, etc., oferecendo-se comidas e bebidas aos que participam do serviço e, à noite, uma festa. Relativamente ao uso do ajuntamento pelos remanescentes da colonização alemã nessa zona, e a que já se aludiu inicialmente, dar-se-á a devida atenção na parte dêste trabalho em que se registram essas práticas entre colonos estrangeiros e seus descendentes.

Rio de Janeiro.

Apesar de sua proximidade com o Distrito Federal, bem poucos elementos nos chegaram do Estado do Rio de Janeiro sôbre formas de cooperação no meio rural.

De Barra do Piraí, temos notícia de que o auxílio mútuo entre lavradores, para execução de um trabalho agrícola ou duma obra de interêsse comum, era frequente há vários anos. Presentemente, porém, não mais se realizariam mutirões ou adjutórios propriamente ditos (reuniões de trabalho), muito embora ainda se observem outras formas de assistência mútua entre a população rural. (AME. Data: 7-12-1953).

Mais lacônicas e particularmente categóricas foram as informações originárias de Campos, município onde predomina a grande economia do açúcar. “Não se pratica o mutirão neste município sob a forma de costume ou tradição. Qualquer ocorrência dêse fato em Campos será meramente episódica.” (AME. Data: 16-12-1953).

JOSÉ JAMBO DA COSTA, na sua já citada comunicação à CNFL, em 10-3-1954, escreve que em Conservatória, distrito de Valença, eram comuns, nos seus tempos de criança, tais reuniões. “Às vêzes, eram os próprios colonos que, num gesto largo de solidariedade, vinham trabalhar graciosamente para o fazendeiro; não sempre para o colono. Depois das fainas, comumente, se sucediam as danças e cantorias; antes destas, a comida farta e convidativa — cabrito, porco, galinha, peru, às vêzes, até um vitelo, regados a cachaça ou vinho. Era uma verdadeira festa e das mais alegres. Os cantos e bailados, dos mais vários.”

ARTHUR RAMOS, na já referida passagem da *Introdução à Antropologia Brasileira*, em que identifica no mutirão “uma forma de trabalho coletivo de origem africana”, observou que no Estado do Rio de Janeiro “o mutirão é um grupo de trabalho em que muitas pessoas, negros e brancos, homens e mulheres, dão ou vendem um dia de trabalho ao fazendeiro ou colono, terminando a sua tarefa num festival que avança pela noite adentro.”

Minas Gerais.

Os mutirões ou ajuntamentos, em São Sebastião do Paraíso, tornam-se mais freqüentes na época das chuvas, isto é, de dezembro a março. Nesses meses, as plantações de cereais desenvolvem-se com fôrça e rapidez e, por igual, a vegetação daninha, fazendo-se necessária

a limpeza das lavouras ao mesmo tempo. A falta de braços que então se registra é suprida pelos mutirões ora numa roça ora noutra, e assim vão-se desfogando os cereais abafados pelo matagal. Há também mutirões para capina de cafézais e outros misteres, sempre que a mão-de-obra familiar é insuficiente para trabalhos que demandam rapidez.

Após a jornada, à noite, reza-se o têrço de Nossa Senhora em ação de graças pela boa ordem observada no serviço. Nesse dia a casa do lavrador beneficiado é pequena ou se torna pequena para conter tanta gente. Levanta-se então, ligado à residência, um tôlido de lona para abrigo do pessoal, iniciando-se a festa: baile, cateretê⁽²¹⁾, roda-morena, etc. No cateretê, as modas versam comumente fatos da vida diária, crimes, desastres, cenas amorosas, política, etc. Não há diferença entre as modas cantadas no eito, isto é, durante o trabalho, e as que se ouvem na festa. Reproduz-se aqui um dêsses cantos, impregnado de sentimentos religiosos, fraternais e cívicos.

*Ajudai-me compunheiro
Na empreitada dêste dia,
Trabalhemos o dia inteiro
Com fé na Virgem Maria,*

*Nasce a fôrça da união,
Do trabalho o progresso,
O amigo do coração,
A vitória do sucesso.*

(21) COUTO DE MAGALHÃES, à página 317 de *O Selvagem* (Companhia Editora Nacional, "Brasiliiana", Vol. III, 3.ª ed. completa), observa que o cateretê, dança religiosa entre os índios, é essencialmente paulista, mineira e fluminense. Introduziu-a o padre José de Anchieta nas festas de Santa Cruz, São Gonçalo, Espírito Santo e Senhora da Conceição, compondo para ela versos em tupi. "Tenho assistido muitas vêzes a estas festas ao som da viola, que era instrumento indígena de três cordas de tripa, a que elles

*Da saúde nasce a vida,
Da terra as plantações,
Da pátria-mãe querida
Nascem novas gerações.*

Como é fácil verificar, os versos foram alterados pelo informante na sua forma dialetal espontânea, o que de resto não lhes modifica o sentido. (AME. Data: 30-12-1953).

Em Caratinga e outros municípios da Zona da Mata, o adjutório, ademão ou corte, hoje em desuso, tinham por finalidade a capina de roças ou a conclusão de uma derrubada, serviços cuja execução, subordinada a condições de tempo, não podia prolongar-se por meses. Como faltassem recursos financeiros aos lavradores para pagar mão-de-obra, valiam-se dêste sistema, que atualmente não mais se verificaria nas unidades municipais dessa circunscrição. (AME. Data: 27-1-1954).

Em Barbacena e Varginha, também não se registrariam mutirões de muitos anos a esta parte.

Em Ponte Nova, Alvinópolis, Barra Longa, Coimbra, Dionísio, Dom Silvério, Ervália, Guiricema, Juqueri, Mariana, Ouro Preto, Rio Casca, Santa Cruz do Escalvado, São Domingos do Prata, São Geraldo, São Pedro

chamavam *guararapeva*. O cateretê tem a vantagem de importar em maior exercício físico e intelectual, por causa do canto e do verso, do que as danças européias."

DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ, por sua vez, à pág. 158 do romance *A Muralha* (Livraria José Olympio, 2.^a ed., 1954), põe na boca de um dos personagens as seguintes expressões, de referência ao cateretê nos primeiros anos após a fundação da vila de Piratininga:

— "Se vosmecê não põe ordem em sua casa, serei obrigado a chamar a guarda. Bem sabe vosmecê que esta dança" — e êle mostrou os índios e mestiços, empenhados no infernal cateretê — "é proibida por imoral."

Conforme o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, o cateretê é uma dança rural cantada cujo nome indica origem indígena, mas que corcograficamente se mostra muito influenciada pelos processos africanos de dançar.

dos Ferros, Teixeira, Viçosa e Visconde do Rio Branco, o mutirão, outrora geralmente utilizado pelos lavradores, estaria praticamente em desuso. Nas festas que então se ofereciam aos partícipes sempre havia sanfoneiros bastante hábeis, e o baile ou pagode prolongava-se animadamente até o dia seguinte. Não raro, havia brigas de grandes proporções, transformando às vêzes o baile em velório. (AME. Data: 14-12-1953).

Na comuna de Alto Rio Doce, usa-se a ajuda mútua para o embarramento de casas. Essa prática, a que se denomina adjutório, consiste na reunião de algumas pessoas, geralmente vizinhas, para o fim mencionado. O que foi ajudado oferece a todos boa comida, bebida farta e algumas vêzes um baile. (AMF. Data: 25-1-1954).

O município de Pains tem na cultura de milho a principal fonte de renda, embora não deixe de ser importante a produção de arroz, feijão, café e cana-de-açúcar. Parceiros e arrendatários, elementos que constituem cerca de 60 por cento da população rural economicamente ativa, plantam o milho em pequena escala, trabalhando geralmente as suas lavouras com o auxílio dos vizinhos, como de resto o fazem os pequenos proprietários. Excetuado o milho, cuja produção é comercializada, escoando-se para os municípios de Formiga e Iguatama, de onde é redistribuída para outros pontos, os produtos restantes destinam-se, via de regra, ao consumo próprio desses pequenos plantadores.

Comumente, de maio a setembro, os lavradores sem terra dedicam-se a outras atividades, buscando fora novos rendimentos financeiros. Mas, chegado o momento de preparar o solo, todo o esforço do homem e de sua família se concentra na limpa, em prazo breve, do terreno a ser plantado, tarefa que é facilitada, em alguns casos, pelo emprêgo do arado puxado a bois, em

geral cedido pelo dono da terra⁽²²⁾. Muitos, porém, ainda realizam este serviço com as ferramentas ordinárias, vendo-se então forçados a recorrer ao auxílio dos vizinhos. Em seguida, vem a semeadura e, mais adiante, as capinas de milho e arroz, trabalho em que o arado não intervém e nos quais se torna mais ativa a cooperação vicinal, já sob a forma coletiva, já pelo sistema da troca de dias de serviço⁽²³⁾.

Não somente em Pains, como nos municípios que lhe ficam próximos, ainda são comuns as reuniões com aquelas modalidades que já tivemos ensejo de assinalar — o trabalho a pedido e o trabalho espontâneo. Este último (*traição*), embora essencialmente idêntico àquêle, é de ordinário organizado pelos vizinhos de um lavrador necessitado, que o surpreendem às primeiras horas da manhã, ao espoucar de fogos de artifício, dirigindo-se a seguir para a roça. Essas práticas têm grande importância na vida da população rural, interessando geralmente a todos, não sendo rara a presença, nos mutirões, de lavradores remediados, lado a lado a “companheiros”⁽²⁴⁾, enxada à mão, a capinar a roça de milho.

Durante todo o dia, ouvem-se *derrubadas*⁽²⁵⁾, canto coletivo em que predominam motivações de ordem reli-

(22) Conforme o Inquérito Municipal realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária com a colaboração do IBGE, em 1952/1953, o arado de tração animal, em Pains, é usado em quase tôdas as lavouras, notadamente nas de milho, feijão e arroz, datando a sua introdução na zona de uns 30 anos a esta parte. De acôrdo ainda com esse Inquérito, havia ali cerca de 1 000 arados. Também não era desconhecido o uso de tratores, cujo número somava doze unidades.

(23) Os lavradores de maiores recursos resolvem, nessas ocasiões, o problema da escassez de braços enviando emissários a outros municípios para contratar trabalhadores, que têm as despesas de transporte custeadas gratuitamente pelos fazendeiros e geralmente melhores salários, com alimentação. Esses trabalhadores permanecem durante duas ou três semanas nas propriedades e depois regressam.

(24) Designação usual dos trabalhadores rurais.

(25) Originariamente, este canto devia ser usado na derrubada de matos, de onde lhe adveio o nome, conservando até hoje, não obstante os novos tipos de atividade a que se acha associado, a mesma denominação.

giosa, ligadas preferentemente ao culto de Nossa Senhora.

Logo pela manhã, entre as 8 e as 9 horas, é servido o almôço, levado ao local do serviço, em baldes estanhados e gamelas, e fortemente regado a cachaça ou pinga. Na “volta do dia”, cêrca das 12 horas, serve-se novo *mata-bicho*, que se faz acompanhar de café adoçado com rapadura e de merenda, quase sempre bôlo de fubá de milho com rapadura e, mais raramente, pão de trigo. O pão é sempre comido com prazer pelo homem rural; há “companheiros” que chegam a ingerir, nessas ocasiões, enormes quantidades dêsse alimento, até cinco quilos.

Concluída a capina, lá para as 16 horas, dirigem-se todos à casa do dono do serviço, à frente um dos colaboradores, em cujas mãos se ergue um pé de milho (*bandeira*), entoando “uma grande derrubada”. Jantam e dispersam-se, a fim de trocarem de roupas para o baile ou pagode. A festa, onde há muita fartura e bastante bebida, decorre sob grande animação, ao som de sanfonas de 8 baixos e violas dedilhadas com regular maestria, que acompanham os infalíveis desafios improvisados em que concorrem duas ou mais pessoas. Prolongam-se os desafios, muita vez, por mais de uma hora, e merecem a atenção e os aplausos da assistência, que não obstante continua a dançar. “Conheci, por exemplo”, escreve PAULO FARNESE, que nos forneceu informações a respeito, “um violeiro cantador chamado Chico Cavaquinho, que era capaz de sustentar um desafio durante tôda a noite, com algumas “paradinhas” para matar o bicho, sem repetir uma estrofe ou verso sequer.”

São também freqüentes, no pagode, *as quadria* dançadas por *cavaiêros* e *damas*, formando pares, sob as ordens de um *marcador*, a *cana-verde* e outras danças, nunca terminando a festa, a menos que surja alguma

briga de vulto, antes de aparecer o sol, a que os roceiros denominam *Mané*. (AME. Data: 25-1-1954).

Patos de Minas, no oeste desse Estado, sem embargo de sua estrutura predominantemente pecuária, tem nas culturas de milho, feijão, arroz, café, cana-de-açúcar, etc., fontes de renda nada desprezíveis. O excedente da produção agrícola é de regra exportado, com a única exceção do milho, que se destina à alimentação humana e do gado. Habitualmente, os pequenos proprietários, meeiros e arrendatários cultivam a terra com o auxílio da família, mas nas épocas de maior atividade são comuns as reuniões de vizinhos para execução rápida de certos serviços. De maneira geral, tanto nesse município como nos que se acham nas suas proximidades, o mutirão é aplicado não só a trabalhos agrícolas (capinas, roçadas, etc.) de que participam somente homens, mas concomitantemente a serviços domésticos de fiação e tecelagem, a um só tempo.

Usa-se igualmente a *traição*, com as mesmas características que apresenta o costume em outras zonas, e de maneira quase normal a troca de dias de serviço.

A festa em conseqüência do mutirão é o pagode, animado por sanfonas e de vez em quando por um desafio. Iniciado ao escurecer, o baile vai até o dia seguinte, adquirindo o direito de participar da festa todo o que tenha trabalhado. Não há letras nem músicas especiais nos desafios, e as quadras, quase sempre, são improvisadas. (AME. Data: 30-5-1954).

BERNARDO GUIMARÃES, numa página do romance *O Seminarista*, dedicada ao *motirão* dos roceiros, notava que dessa prática também se valiam “as mulheres que vivem de fiar e tecer, das quais antigamente havia grande número na Província de Minas, alimentando com o seu trabalho esse ramo da indústria outrora mui importante e florescente”.

Aliás, encontra-se nesse livro interessante informação sôbre as reuniões de roceiros para trabalhos agrícolas, com a característica exclusiva que apresentavam à época, de prática confinada ao pessoal agregado às grandes propriedades.

“E’ o motirão — lê-se aí — um costume dos pequenos lavradores, ou da gente pobre dos campos, que vivem como agregados dos grandes fazendeiros, e que não possuindo terras, e menos ainda braços para cultivá-las, nem por isso deixam de plantar boas roças, ou de exercer sua pequena indústria de que tiram a subsistência. Quando chega o tempo de qualquer dos serviços de roça, que consistem nestas quatro operações principais — roçar, plantar, capinar e colhêr —, o pequeno roceiro convida seus parentes, amigos e conhecidos da vizinhança para vir ajudá-lo, e todos pelo Direito costumeiro são obrigados a vir dar-lhe u’a mão — é a frase —, ficando o que assim se aproveita dos serviços dos vizinhos na obrigação de acudir também ao chamado dêstes, para o mesmo fim.” (...)

“Mas o motirão não consiste simplesmente no desempenho de uma tarefa de trabalho. O dono ou dona da casa tem por obrigação regalar os seus trabalhadores do melhor modo possível e a reunião e a boa mesa trazem sempre como consequência natural os divertimentos e folguedos. Assim trabalha-se de dia, e à noite toca a comer e beber, a dançar e folgar.”

Ao que parece, os mutirões femininos para serviços de fiação ou tecelagem, mais atrás referidos, ainda são usados em várias zonas rurais de Minas. E’ o que se deprende do que a propósito escreve LUÍS AMARAL no livro já citado *As Américas Antes dos Europeus*.

“Quem viaja por certas regiões de Minas Gerais e resolve umas pernadas no derredor de habitações rurais onde por acaso a cainçalha não dê muito alarme, ouvirá

às vêzes grande vozerio. Se o vozerio amaina, ouvirá então ruído suave, que não identificará. Entre, a verificar. E' o mutirão das fiandeiras: dez, quinze, trinta mulheres de grotas vizinhas estão ali fiando para a dona de casa, cada uma na sua roda. Em um ou dois dias ela terá todo o fio necessário a tecer calças e camisas para o marido, roupas para as crianças, cobertas para a família. À noitinha, os homens, em vez de ir para casa, passam ali, aparentemente a fim de levar as companheiras, mas, na realidade, a comer o porquinho sacrificado durante a tarde, e para o sapateado no terreiro. O mutirão se repetirá em casa de outra, e de outra, no mais belo exemplo de quanto vale o "um por todos, todos por um". E acontece que quando as mulheres fiam em mutirão na casa, os homens estão roçando ou capinando em mutirão na roça."

Em Diamantina, zona de antiga tradição mineradora, onde se assinalam algumas atividades agropecuárias, o trabalho coletivo, ali denominado mutirão, adjutório e bandeira, é aceito pelos lavradores de poucos recursos, em especial para capina de roças e muito raramente para plantio e colheitas. Não podendo custear pessoal em número indispensável para execução dessas tarefas em tempo hábil, o lavrador apela para o concurso da vizinhança. Faz-se ali a seguinte distinção nas denominações dadas ao trabalho em comum:

- a) mutirão (mais usual), quando se congregam muitas pessoas;
- b) adjutório, quando o mutirão é em tarefa e em número reduzido de trabalhadores; e
- c) bandeira, quando os trabalhadores se reúnem em determinado local e, em fila ou em magotes, rumam para o serviço e da mesma forma regresam para uma comemoração na casa do beneficiado, com muita cachaça.

E' de hábito entoarem alguns cantos, seja na festa a que dá lugar o mutirão, seja durante a faina; neste último caso, não se trata a rigor de canto, mas de palavras de incitamento em tom de aboiado. (AME. Data: 14-12-1954).

Nas raias com o Estado da Bahia, em Pedra Azul, município cujas atividades rurais foram vitalizadas nos últimos anos pelo avanço dos trilhos da ferrovia, os lavradores teriam deixado de realizar reuniões de trabalho, utilizando, na época de plantio ou colheitas, maior número de assalariados, em geral migrantes do Leste superior que ali estacionam para depois prosseguir sua marcha pela mesma via de escape, rumo ao sul do País. (AME. Data: 5-2-1954).

Na mais importante comuna do Triângulo Mineiro — Uberlândia —, de estrutura eminentemente pastoril, mas onde vêm logrando certo desenvolvimento nos derradeiros tempos as lavouras de milho e arroz, o mutirão é usado somente entre os arrendatários e parceiros, mas assim mesmo de forma moderada, especialmente com a finalidade de salvar roças em estado periclitante, ameaçadas pelo rápido crescimento de ervas daninhas. Em 1954, um mutirão que reuniu cerca de cem pessoas salvou uma lavoura ameaçada de grandes prejuízos.

Constitui nota pitoresca nessas reuniões o pagode, após o trabalho, ocasião em que também se verificam desafios ou são entoadas modas ao som da viola, de preferência *Chico Mineiro* e *Meu Boi Velho*. Raramente ocorrem desentendimentos entre os colaboradores. Se algum matuto, levado pelo excesso de bebida (a caninha nunca falta), provoca alguém ou pretende fazer distúrbios, logo é acalmado, e tudo acaba da melhor maneira.

Os grandes proprietários jamais fazem mutirões, verificando-se o mesmo em relação aos médios, que em ge-

ral têm suas lavouras financiadas por bancos ou particulares. Dada a fiscalização dos financiadores, suas culturas são bem tratadas. "Havendo dinheiro, não faltam braços, e assim as lavouras são carpidas no devido tempo." Não lhes falta, com efeito, mão-de-obra. Os fazendeiros, sobretudo os cultivadores de arroz, quando necessitam de braços para o trabalho, encomendam-nos aos proprietários de caminhões para que os tragam do Nordeste. Grande número de caminhões chegam à zona superlotados de nordestinos, que são distribuídos às fazendas cujos proprietários fizeram "encomendas". Permanecem os trabalhadores nas propriedades até que sejam pagas tôdas as despesas com transporte e alimentação, do ponto de origem até a zona. As despesas não são desprezíveis, de modo que o período de permanência dos nordestinos nas fazendas prolonga-se por vêzes até dois anos. Em geral, os migrantes são do sexo masculino, atendendo-se assim às recomendações dos empregadores.

Atualmente os mutirões nada significam em relação aos praticados outrora, informam velhos fazendeiros com os quais o chefe da Agência-Modelo de Estatística manteve palestra sôbre o assunto. Observam: "Os tempos estão mudados. Hoje o pessoal só trabalha a pêsso de dinheiro." (AME. Data: 7-8-1954).

Em Pirapora, Várzea da Palma, Lassance, São Francisco, Januária, Manga e Jequitaiá⁽²⁶⁾, o mutirão é utilizado, via de regra, em trabalhos de limpa e sementeira.

A festa que se segue à jornada de trabalho dá lugar ao clássico *paulista* ou ao *goiano*, danças vulgarmente conhecidas do sertanejo dos trechos Alto e Médio da bacia do S. Francisco. A primeira é executada por quatro pessoas, no meio da sala. Cantam em quarteto,

(26) Excetuado êste último município, onde se dá à reunião de trabalho o nome de *junta*, nos demais ela é denominada mutirão.

ao som da viola dedilhada por uma delas, entrelaçam-se a intervalos, batem palmas e sapateiam ao ritmo da música, do que resulta um espetáculo de encantadora simplicidade. Não se lhes distingue a letra dos versos, em geral improvisados. No *goiano*, não há sapateio: juntam-se a um canto da sala, ao som da viola, cantam em várias vozes, não se percebendo, porém, a letra, idêntica à do *paulista*. Nos desafios, usam-se versos soltos, mas por vêzes percebem-se rimas nas estrofes que se cruzam ou se alternam. Estes cantos incidem geralmente sôbre a bravura e o estoicismo do sertanejo, suas paixões, seus sofrimentos, alguma vaquejada vitoriosa, as qualidades excepcionais de um burro tira-teima, ou ainda, o que não é raro, sôbre temas de sentido mágico-religioso, (AME. Data: Janeiro de 1954).

Governador Valadares, município enquadrado na zona fisiográfica do Vale do Rio Doce, deve a sua formação, aliás muito recente, a elementos originários de diferentes pontos, notadamente da Zona da Mata mineira, do Estado do Espírito Santo, ligado àquela zona pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, e em terceiro plano, do Leste setentrional e do Nordeste. Esta circunstância contribui para que muitas tradições acentuadas em algumas regiões percam a sua razão de ser, justamente em virtude do aglomerado heterogêneo que ali predomina. Nestas condições, quase não se usa o mutirão, registrando-se apenas alguns casos esporádicos de feição especial.

Em particular, denomina-se mutirão, nesse município, a um aglomerado de pessoas com o fim de beneficiar terceiros na ocasião de suas núpcias. De ordinário, na zona rural, os nubentes devem locomover-se de grande distância, até a cidade, para então, perante o Juiz de Paz, no cartório respectivo, efetuar-se o casamento. Alcançado um ponto qualquer da estrada de ferro ou

de rodagem, depois de se servirem por vêzes de outros meios de transporte, os nubentes, com o seu cortejo, chegam, ainda na parte da manhã, ao centro urbano, onde se realiza o consórcio, de lá só regressando à tardinha.

Na ausência dos nubentes, é que se dá o *mutirão*. Os vizinhos que permaneceram, reunidos, propõem-se a construir a casa, o barracão ou coisa que o valha. Naturalmente todo o material necessário já está preparado, e, com o número, quase sempre considerável, de pessoas reunidas, torna-se possível a execução da tarefa até a chegada do casal. E, pela noite adentro, é sempre a festa, até o dia novo chegar. (AME. Data: 20-6-1954).

*

* *

A mais expressiva experiência de aplicação de trabalho coletivo a serviços públicos, no Brasil, parece ter sido aquela, já aludida, levada a cabo em Senador Firmino, durante a guerra, pelo então prefeito municipal CÍCERO TÔRRES GALINDO. Assim o descreve, em carta a HÉLIO GALVÃO, o próprio idealizador dos “*mutirões*” públicos:

“Criando o sistema de *mutirões*, temos, com a ajuda permanente, eficaz, espontânea e sem restrições do povo, feito uma administração eficiente e proveitosíssima: Boas rodovias em tôdas as direções, pontes e mais pontes, prédios escolares, ruas na cidade e nas vilas, supressão de atoleiros por tôda a parte, abertura de brejos, retificação de córregos, tôda sorte de serviços, enfim, em benefício da saúde, bem-estar e fácil trânsito e comunicação do povo e para o povo, tudo se fazendo, tudo se construindo, tudo se realizando, graças aos *mutirões*.”

HÉLIO GALVÃO acrescenta, a propósito da experiência, estas linhas baseadas em informações da mesma carta:

“Na construção de estradas de rodagem é que o prefeito mineiro empenhou o seu cuidado ao organizar o programa dos mutirões, salientando-se a estrada Senador Firmino — Brás Pires, a “rodovia almejada”, obra que um técnico orçou em 500 contos e que foi realizada sem despesa alguma.

“De 7 de setembro de 1940 a 5 de agosto de 1944, realizaram-se 56 mutirões. Dêsses, os mais importantes foram o de maio de 1941 e o de 19 de abril de 1942. Ao primeiro compareceram 964 trabalhadores, sendo construídos nesse dia 3 545 metros de estrada “em péssima topografia, na subida e descida do alto do Piracema, ponto culminante do município (1 005 metros)” (27).

S U L

São Paulo.

No litoral paulista e mesmo para o interior, ao sul de São Vicente, onde a baixada se alarga bastante, vivia, no século passado, metade da população da província. Com o desaparecimento dos engenhos e fazendas maiores, em parte devido à Abolição, a região entrou em decadência. Como ainda houvesse, aquela altura, disponibilidade de terras devolutas, os antigos escravos que em maioria ali permaneceram, dedicaram-se ao cultivo de pequenas roças de economia fechada.

Ainda hoje a população da baixada santista vive da lavouira doméstica, sendo que os pescadores e *praieiros*, também, possuem pequenas roças. De alguns anos a

(27) *Mutirão e Adjunto*, cit., pág. 727.

esta parte, no entanto, a fisionomia da zona se vem modificando com a expansão dos bananais explorados por grandes proprietários que empregam trabalhadores assalariados. A paisagem original modifica-se: fazem-se dragagens na baixada para canalizar os mangues, a fim de que as embarcações possam chegar ao local da produção. A banana, por outro lado, começa a entrar na economia fechada, quebrando-a, na observação do geógrafo Pierre Deffontaines.

Na baixada de Iguape, a população vive igualmente entregue à exploração de pequenas lavouras, notando-se, porém, certa vivacidade na vida rural em face do desenvolvimento da cultura do arroz, aliás antiga, em parte devido à forte imigração japonêsa⁽²⁸⁾.

As modificações verificadas na economia dessas zonas repercutiriam necessariamente nos padrões de solidariedade vicinal, sem contudo extingui-los por completo, pelo menos no que se relaciona a um grupo de municípios: São Vicente, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo, Jacupiranga, Miracatu, Registro, Juquiá e El Dorado.

Entre os habitantes da zona rural de São Vicente, está quase extinto o velho costume da ajuda mútua, outrora aplicado à realização de roçadas, plantio e colheitas, em meio a cantigas, desafios e pagodeiras. Concorreriam para o declínio da prática, além do fator já assinalado, sobretudo no distrito de Solemar, o desenvolvimento urbanístico, o loteamento de terras e o surto progressista conseqüente à construção da estrada de ferro. Segundo informações prestadas ao chefe da AME local por Joaquim José de Azevedo Júnior, antigo funcionário municipal aposentado, "pescador inveterado" e conhecedor de tôda a zona rural, alguns pescadores das

(28) Ver, a propósito destas indicações, o trabalho *Divisão Regional do Brasil* (Sul), Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1940.

redondezas de Rio Branco e Marianas ainda se reúnem por vêzes para realizar alguns serviços de parca agricultura. Geralmente, ao terminar o trabalho, serve-se aos partícipes e às suas famílias o tradicional “quentão”, à base de aguardente de cana, e dança-se a antiga Chama Rita⁽²⁹⁾, cuja quadra mais popular é a seguinte:

*Chama Rita, Chama Rita,
Eu não sei quem inventou,
Foi a família do padeiro
Na noite que se casou.*

Este canto, acompanhado a violas e rabecas feitas pelos próprios cantadores, era o divertimento predileto dos antigos habitantes da zona, hoje modificada nas velhas feições peculiares pelo desenvolvimento da banicultura em moldes nos quais se observam traços capitalistas. (AME. Data: 1-9-1954).

Em Cananéia, o mutirão ou puxirão é muito usado nas operações de plantio e colheita. O beneficiado fornece alimentação aos presentes no período de trabalho, após o qual, à noite, se realiza o *baele*, a que se chama

(29) Por muito tempo os estudiosos do folclore brasileiro acreditaram fôsem esse canto e dança conhecidos apenas no Rio Grande do Sul, onde recebem a denominação de Chimarrita (também se diz e se grafa Chamarrita). Posteriormente, porém, verificou-se existir no litoral paulista idêntica tradição, incluída por Mário de Andrade entre os fandangos bailados dos caipiras de Cananéia.

AUGUSTO MAYER (*Guia do Folclore Gaúcho*, cit., págs. 45-60) define a Chimarrita ou Chamarrita sul-rio-grandense como canto e dança do fandango, possivelmente de origem açoriana. SYLVIO JÚLIO (*Estudos de Folclore Luso-Brasileiro*, Gráf. Laemert Ltda., Rio, 1952, pág. 185) observa: “Históricamente, as feições mélicas, coreográficas e estróficas da Chimarrita gaúcha, que é filha da Chimarrita açoriana, não se acham na Europa nem na América, porém nas nove ilhas atlânticas do famoso arquipélago luso e na Madeira.” E acrescenta: “Há variantes musicais, coreográficas e estróficas dos aspectos que apontamos na Chimarrita. Evolucionaram e contaminaram-se de muito êles três, pelo que ninguém deve pensar que as cantigas, os ritmos e compassos, as figuras do baile, tudo aparece igual nos Açores e na Madeira, no Rio Grande do Sul e em algumas regiões brasileiras onde, desde o século XVIII, a tal dança era interpelada.”

Convém lembrar, a propósito, que tanto São Vicente quanto Cananéia estão situados numa zona onde foi acentuada a influência cultural açórica.

fundango, ao som de violas e com a entoação de versos e desafios. Curiosidade interessante é a que se refere ao aspecto das mulheres que participam da festa: descalças, lábios excessivamente pintados, trajas vermelhos, cintos pretos. Durante as animadas cantorias, entoam-se versos como êstes:

*Noite escura, tenebrosa,
Não temas de me falar,
Quem ama não teme a morte,
Quem teme não sabe amar.*

•

*Fui no mar pescar lá fora
No meu barquinho brilhante,
O anzol era de ouro,
A linha de diamante.*

•

*Na moda da Chama Rita
Não namora quem não quer,
A mulher abraça o homem,
O homem abraça a mulher⁽³⁰⁾.*

Êstes versos, cantados ao som da viola, obedecem às mais variadas modulações, e procuram, tanto quanto o permite a capacidade dos cantadores, imitar ora o bramir das ondas do mar ora a maviosidade do canto de pássaros.

Outro aspecto curioso é o “banquete” oferecido em tais ocasiões. Sôbre um grande tabuado ou pano estendido ao solo, debaixo de um *telheiro* de palha, colocam-

(30) O tema da Chama Rita reaparece nesta última quadra, também registrada no cancionário sul-rio-grandense.

se as iguarias, em tachos, panelões ou simplesmente em gamelas. Todos, sem a menor cerimônia, servem-se retirando das vasilhas as porções que desejam. Na parte da manhã, predomina a carne seca. O almoço e jantar constam de carne de porco e caças, acompanhadas de arroz com farinha de mandioca, seguindo-se o café.

“De quando em quando, irrompe um “fuá”, sem maiores conseqüências: algumas cabeças quebradas, braços partidos. E assim termina a festa, sob muita alegria, muita pinga e muito pó.” (AME. Data: 1-9-1954).

Em Itariri e Pedro de Toledo, verificam-se moderadamente adjutórios para limpa de roçado, plantio e colheitas. Raramente se destinam a taipa de casas. No *baele* que comumente se realiza depois do trabalho, executam-se músicas em voga, sendo raro, no entanto, ouvir-se algum canto que possua interêsse folclórico. (AME. Data: 1-9-1954).

O mutirão, em Itanhaém, deixou de ser praticado há muitos anos. Os casos raros de reuniões de trabalho, ocorridos há cerca de dez anos, não podem ser relacionados à tradição, no seu sentido típico, decorrendo apenas de motivos ocasionais. Velhos agricultores residentes no município, ouvidos sobre o assunto, informam que o trabalho em conjunto, entre sitiantes, possivelmente ainda se realiza “lá para os lados de Iguape, Cananéia ou Registro, assim mesmo de forma excepcional”. (AME. Data: 1-9-1954).

Em Jacupiranga, são comuns as reuniões de lavradores para a colheita e malhação de arroz, limpeza de roçados para plantio de milho e mesmo de arroz, transporte de madeiras para construção de casas, etc. O dono do mutirão fornece comida aos presentes, durante o dia: café, às primeiras horas da manhã, antes do início do serviço; almoço às 8 horas; e jantar à tarde, após o término do trabalho. No *baele*, à noite, ao som de

violas de pinho e de modas entoadas pelos tocadores, verifica-se farta distribuição de *coruja*, aguardente e doces (broinhas). Dado, porém, o custo dos alimentos, os habitantes rurais vêm substituindo a antiga prática por uma modalidade a que denominam *pujuva*, já anteriormente definida como uma acomodação às dificuldades atuais. Neste sistema, como já se viu, o trabalho inicia-se ao meio-dia, servindo-se antes aos convidados uma ligeira alimentação. À noite, realiza-se a mesma festa usada no mutirão.

Em Miracatu o mutirão ou puxirão (mais usado o primeiro termo) é quase exclusivamente praticado pelos lavradores brasileiros. Não o praticariam os japoneses e seus descendentes ali radicados, os quais constituem boa percentagem da população rural. Já os de outras origens recorrem aos trabalhos coletivos, embora sem a mesma freqüência dos nacionais. Utiliza-se o mutirão, na zona rural dêsse município, para a derrubada de matos, roçadas, plantio, capinas e colheitas, assim como para taipa ou *barrotamento* de casas. E', todavia, na colheita de arroz que a cooperação entre vizinhos se exerce mais amiúde. Isto se explica pelo fato de que o arroz, uma vez maduro, estraga-se com facilidade, impondo-se que a colheita seja feita rapidamente. Já na colheita ou corte de bananas não se apela para o auxílio intervicinal.

Ao contrário do que se observa na maioria das zonas do interior paulista, o trabalho em comum é realizado pelo sistema de *fila* ou em *linha*, e não pelo de *arefa*, trabalhando todos no mesmo sentido.

A troca de dias de serviço, denomina-se *ajutório* ou *ganha-dia*, obrigando-se o beneficiado a *pagar* um dia de serviço àquele que o ajudou.

A festa que em geral acompanha o mutirão é o *baele*, dançando-se nessa ocasião o cateretê paulista ou

o fandango. A dança do catercê é sempre ruidosa. Calçando tamancos, os pares batem fortemente os pés contra o solo, sendo que algumas pessoas usam propositalmente tamancos *ferrados* para que produzam maior barulho. Mais usualmente, o instrumento musical que acompanha a dança é a sanfona. No *baele*, cantam-se modinhas acompanhadas de toques de violas, as quais, na maioria das vezes, são composições do próprio violleiro e cantador. “O que não falta, nessas festas, é a aguardente, e embora o caboclo seja de índole pacífica, há uma briguinha que geralmente acaba a festa.” (AME Data: 1-9-1954).

No município de Registro, o mutirão é muito comum em derrubadas, queima de roças, plantio e também em colheitas de arroz. O que recebe o auxílio dos vizinhos obriga-se a dar-lhes boa e forte alimentação: café, em casa, pela manhã; almoço e jantar na roça, no correr do dia. À noite, realiza-se o *baele*. Tanto no correr do trabalho como na festa, distribuem-se fartas doses de aguardente (“santo remédio”) aos participantes. Na festa, não é muito usada a sanfona, preferindo-se o pandeiro ou mesmo o bombo. A dança propriamente dita não apresenta originalidade, sendo idêntica à que se usa nos meios urbanizados, mas o fato de se acompanhar de cantigas constitui uma nota característica.

Os japoneses também praticam o puxirão para madeiramento e cobertura de casas, sem que, no entanto, realizem danças, limitando-se a reunir-se, à noite, na casa do que foi auxiliado, para conversar e beber.

Pratica-se também nesse município o *ajutório*, equivalente à prestação recíproca de serviços em caráter individual. (AME. Data: 1-9-1954).

Em Juquiá, usa-se o mutirão ou puxirão principalmente na colheita de arroz. A festa com que se comemora o acontecimento consiste num *baele* em que se

dança ao toque de violas ou de rabecas, havendo às vêzes acompanhamento com duas colheres contrapostas que são batidas pelo que as maneja contra o próprio joelho, produzindo um som característico. Os violeiros cantam enquanto tocam. O dono do mutirão serve aos presentes, de quando em quando, bebidas alcoólicas, tais como: aguardente, quentão, conhaque. (AME. Data: 1-9-1954).

Não há notícias de reuniões de trabalho em Marília e demais municípios cafeeiros da circunscrição, fato que, na opinião do informante (AME), se explicaria pela recente formação da zona, com menos de vinte anos em média e com sistema de colonização baseado em núcleos coloniais alienígenas e fazendas ou sítios configurados por métodos inteiramente despidos de toda tradição popular. Deve ser acrescentado a isto o enorme afluxo, à zona, de "forasteiros" de toda procedência, a forte valorização patrimonial desde os primórdios da colonização, desenvolvendo uma consciência coletiva de pura especulação. Nestas condições, "não houve ambiente para a prática da cooperação voluntária definida no mutirão". (AME. Data: 12-12-1953).

Em Tupã, o mutirão tem geralmente por finalidade auxiliar alguém quando a sua roça está dominada pelo mato, isto é, na realização de capinas. À noite, realiza-se de regra uma festa ao som da harmônica, sendo o baião a música mais executada. (AME. Data: 14-12-1953).

O mutirão, em Franca, entrou em declínio de uns trinta anos para cá, rareando sua prática de ano para ano. Característica interessante do antigo costume, nesse município, é o banho dado ao dono do serviço pelos vizinhos, ao acordá-lo às primeiras horas da madrugada. (AME. Data: 24-12-1953).

Em Santos, Cubatão, Guarujá e Iguape, não mais se realizariam trabalhos coletivos solidários, verificando-

se o mesmo em Limeira, Ribeirão Prêto e Barretos. Com relação a êste último município, hoje importante centro pecuarista, diversos proprietários rurais, consultados a respeito, informam que o mutirão faz muito caiu em desuso.

No grupo de unidades municipais constituídas por São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André⁽³¹⁾, onde se registra nos últimos anos notável surto industrial, o mutirão não chega a representar um acontecimento digno de nota. Contudo, ainda se observa a sua prática, moderadamente, em trabalhos de sementeira ou de colheita, quando em atraso, nomeadamente entre japoneses e seus descendentes, que formam a maioria dos agricultores na zona. Com êste mesmo nome, o mutirão é usado na periferia da zona urbana, para construção ou acabamento de uma residência operária de alvenaria, trabalho de ordinário realizado por um reduzido número de pessoas, em vários domingos ou quando há uma seqüência de dias feriados. É uma prática muito comum imposta pela incapacidade do trabalhador para custear mão-de-obra. (AME. Data: 10-12-1954).

O mutirão é muito usado em Guaratinguetá para conclusão de algum trabalho agrícola urgente, oferecendo-se aos partícipes almoço e jantar. A reunião termina comumente com um baile e outros divertimentos, ocasião em que se verificam desafios e se cantam a cana-verde e o cateretê. A cana-verde confunde-se com o desafio: cada um dos violeiros canta um verso que é respondido por outro.

Os pequenos proprietários vêm recorrendo últimamente a uma prática denominada *juntamento* e que já representa uma deterioração dos antigos hábitos de solidariedade. O juntamento consiste na reunião de pessoas para solução de algum trabalho que reclama grande

(31) Este último município não possui praticamente zona rural.

urgência. Neste sistema, que se identifica ao salariado, não se fornece alimentação aos presentes, pagando-se-lhes, todavia, em dinheiro. "O ajuntamento está ganhando terreno atualmente." (AME. Data: 16-1-1954).

ALCEU MAYNARD ARAUJO⁽³²⁾, que observou o mutirão ou putirão de São Luís do Paraitinga, informa que o auxílio mútuo, como norma de trabalho, é aceito por tôda a população rural daquele município.

O dono do serviço, chamado *patrão*, convida todos os moradores do bairro, e o sitiante que não comparece envia em seu lugar um trabalhador assalariado. Esta circunstância explica em parte o fato de se confundirem no trabalho, lado a lado, proprietários e simples camaradas, suprimindo-se formalmente as barreiras sociais. Deve dizer-se, aliás, que entre grupos rurais em estágio econômico pouco desenvolvido, as diferenças existentes não revestem aspectos ostensivos. Mas a ausência de alguns proprietários ou sítiantes no mutirão já demonstra uma atitude de certo modo individualista daqueles que se fazem representar indiretamente.

Logo pela manhã, serve-se aos convidados café com farinha de milho.

No mutirão destinado a roçar com foíce sòmente homens trabalham, mas era comum, até bem pouco tempo, a participação de mulheres no serviço de capina; ultimamente elas colaboram apenas no preparo dos alimentos.

Cabe ao dono do mutirão determinar a forma de trabalho, que pode ser realizado pelo sistema de *tarefas* ou *eitos* ou de *linha*. A forma anotada por êsse autor foi a do trabalho em tarefas, que lhe parece mais produtiva por ser propícia à emulação. No mutirão a que assistiu, a área a ser roçada foi dividida em três partes, das quais duas couberam aos convidados e uma ao patrão com

(32) *Mutirão*, "Fundamentos", N.º 9/10, março-abril, 1949, São Paulo. Págs. 158-166.

o seu pessoal. Cada tarefa ou cito foi, por sua vez, dividido em *quadras*, trabalhando em cada quadra uma pessoa. Ainda que o serviço estivesse a cargo de três grupos distintos, a competição se realizou entre os convidados que trabalharam nas duas tarefas, procurando os da tarefa A derrotar os da tarefa B. No entanto, como se depreende das próprias indicações, verificou-se competição dentro de cada partido, esforçando-se muitos por concluir rapidamente o serviço nas quadras respectivas, o que não impedia que, terminado o trabalho, auxiliassem os vizinhos mais próximos que se atrasaram. Pelas dez horas, houve uma pausa para o almoço, levado à roça pelas mulheres, em latas e outras vasilhas grandes, fazendo-se larga distribuição de pinga entre os participantes.

Salmora ou *salmoreiro* é a designação dada àquele que primeiramente termina a limpa de uma quadra e ao qual está reservada a honra de iniciar o canto do *brão*, "canto de desafio que serve para estimular os trabalhadores no mutirão". Novamente, às 13 horas, interrompeu-se o serviço para o café, em cuja ocasião foi também servida pinga aos presentes. O *brão* é cantado sem acompanhamento de instrumento musical, tendo início geralmente depois do café.

Concluído o serviço, na sua quadra, o *salmora* aproxima-se de algum companheiro cuja quadra está muito atrasada e canta:

*Eu canto este meu verso,
Que hoje ninguém cantô,
Dô um viva pro patrão
E outro pros cantadô.*

Em seguida, põe-se a auxiliar o companheiro. O *caldeirão*, ou seja, aquêle a concluir por último o seu

trabalho, é alvo de chacotas dos demais; por isso ninguém deseja ser o último.

Terminado o trabalho nas duas tarefas, com a vitória de um dos partidos, vão, os seus componentes, ajudar o patrão e seus camaradas a concluir o serviço, ato a que denominam *vivório*.

“No vivório todos cantam as suas linhas de brão. Ficam no eito, cantando em dueto e trabalhando. É uma extensa linha de trabalhadores. Esta cena se passa depois do almoço. Cantam seus brão em forma de demanda ou de perguntas. Costumam chamar *fazer linha* quando estão fazendo perguntas. Geralmente cantam na mesma toada, isto é, música, desde o primeiro verso do brão até ao último.

“Para começar a *linha*, há um verso pedindo licença:

*Meu amigo cantadô,
Escuita o que vô cantá,
Eu trago aqui um causo
Pá nós tudo podê brincá.*

“Outro responde:

Eu canto este meu verso } bis
Pro meu amigo Juvená. }
Pode sortá o seu causinho, } bis
Nóis tâmo aqui pá te ajulá. }

“Estabelece-se então o jôgo cantado que é o brão. Há perguntas, uns auxiliam os outros a responder, ou mesmo às vêzes procuram atrapalhar. Uma pergunta, logo que é lançada, só o trabalhador que está imediatamente ao lado do que a lançou a pode cantar. A pes-

soa que *desatar*, isto é, que conseguir responder, terá o direito de colocar outra pergunta, logo a seguir.”

Findo o trabalho, dirigem-se todos à casa do patrão, onde é servido o jantar. Come-se lautamente, encerrando-se geralmente a reunião com o catercê. Na hora da despedida, cantam em côro, em homenagem ao patrão, o verso seguinte, “puxado” por um dos cantadores que mais se destacaram:

*Vô cantá êste meu verso
Pro meu amigo patrão,
Eu despeço do sinhô
Com dô no coração.*

O patrão, da soleira de sua casa no bairro do Oriente, agradece comovido, colocando-se à disposição dos que lhe levaram adjutório:

*Fiquei munto satisfeito
Cum vontadi di chorá,
Sô moradô do Orienti,
Percisano é só chamá.*

EMÍLIO WILLEMS, na monografia já anteriormente citada⁽³³⁾, escreve que o mutirão é a forma básica de cooperação vicinal entre os habitantes da zona rural de Cunha. Como as lavouras de milho e feijão, as principais do município, necessitam de duas limpas anuais, e os sitiantes raramente dispõem de agregados em número suficiente para realização dêsses trabalhos, o mutirão é aceito por quase todos os moradores. As lavouras de milho, sobretudo, dada a sua extensão, reclamam mais freqüentemente a cooperação dos vizinhos, já que não podem ser carpidas unicamente pela família.

(33) Cunha, *Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil*, págs. 30-40.

Aspecto interessante (também observado em São Luís do Paraitinga) é o que se prende à presença, no mutirão⁽³⁴⁾, de agregados que comparecem ao trabalho em nome de sitiantes e fazendeiros, participando de todos os atos em pé de igualdade.

WILLEMS assim descreve o mutirão a que assistiu naquela zona:

“Tivemos ensejo de assistir a um mutirão no dia 20 de janeiro de 1945, no bairro do Guandu. O sitiante havia feito o convite com um mês de antecedência. Trinta e seis homens atenderam ao chamado, número êsse considerado pequeno pelo dono do mutirão. Tratava-se de uma relimpa de milharal e êsse trabalho podia ser executado pelos que vieram, numa única jornada. “Nos outros mutirões, vêm até 90 e mais pessoas”, explicou-nos com muito orgulho o Sr. Nicolau. Percebia-se que no número de partícipes se refletia o prestígio do dono. “Dessa vez, vieram só pessoas das redondezas, os vizinhos.” Esta explicação revelava um conceito de vizinhança um tanto inesperado, pois descobrimos entre os participantes do mutirão não poucos que moravam a uma légua ou mais de distância. Parece que a rarefação demográfica alarga o conceito de vizinhança a ponto de abranger até moradores de bairros vizinhos.

“Precedeu o mutirão a medição das tarefas pelo “medidor”. A cada indivíduo atribuiu-se uma tarefa que tinha a medida habitual de quatorze braças quadradas. Às sete horas todos estavam trabalhando, cada um na sua tarefa. Todavia, os indivíduos que acabavam uma tarefa, passavam a auxiliar os vizinhos mais próximos, de modo que pelas dez e meia havia três grupos de trabalhadores além dos outros que continuavam isolados. Ao meio-dia, interromperam o trabalho para almoçar, e

(34) Também se diz em Cunha *butirão*, *adjutório* e *juntamento*.

a uma e meia, todos se reuniram para terminar, em conjunto, a relimpa do milharal. O trabalho todo estava concluído às quatro e meia.

“Observamos vários dos grupos enquanto trabalhavam e notamos que todos manejavam a enxada rapidamente e com a habitual eficiência. Não percebemos nenhuma diferença entre o mutirão e o trabalho rotineiro feito por cada um nas próprias terras. Pelo contrário, parecia haver uma certa emulação. Indivíduos com fama de bons trabalhadores esforçavam-se visivelmente por terminar sua tarefa a fim de “empanar” outros, como diziam. Notava-se-lhe o prestígio que associavam ao trabalhador rápido e eficiente. O dono do mutirão não *inspecionava*, mas executava sua tarefa como os demais. Quem não o conhecesse, dificilmente o teria identificado como dirigente da empresa.

“As refeições tomavam-se em casa do Sr. Nicolau. Antes de se iniciar o mutirão, todos receberam o habitual café com farinha de milho. Almoço e jantar consistiam em arroz, feijão e canjiquinha com carne de porco. A comida era farta e bem preparada. Após a refeição todos tomaram caninha, um gole apenas depois do almoço, quantidades maiores depois do jantar. Em geral, o próprio mutirão é acompanhado de cantos alegres. Os “cantadores”, em grupos de dois ou individualmente, “folgam” suas modas, desafiando-se e respondendo de pontos diversos da roça em que se realiza o mutirão. Ao mutirão do dia 20 de janeiro faltava uma nota alegre. Semanas antes um filho do Sr. Nicolau e outro morador do bairro, vizinho e partícipe de mutirões, haviam falecido. Teria sido considerada “falta de respeito” a realização das costumeiras folganças, sobretudo as modas de violas e o baile à noite, que constituem a esperada compensação do esforço feito durante o dia.

“Aliás, a preparação das comidas para algumas dezenas de trabalhadores exige uma espécie de mutirão doméstico das mulheres. Em casa do Sr. Nicolau algumas vizinhas começaram a lidar, cedo de manhã, com grandes tachos em que cozinhavam, no terreiro, sobre fogos abertos, o arroz, o feijão e a carne. A elas também cabia a distribuição das comidas e a lavagem das louças no almôço e no jantar. Mas nenhuma das mulheres tomava as refeições em companhia dos homens. Também não havia mesa pronta para êstes, mas, fiéis à própria tradição familiar, procuravam os lugares mais diversos, sem a menor formalidade ou etiquêta de mesa. Acocorados alguns, de pé outros, sentados em bancos, mesas ou na ombreira da porta, ingeriam, servindo-se de colheres ou garfos, grandes quantidades de comida. Ocupavam todos os cômodos da casa, com exceção dos quartos, e alguns grupos ficavam no terreiro durante as refeições.

“Contrariamente ao que sucede em outras regiões do Brasil, poucas dúvidas ouvimos acêrca da eficiência do mutirão. O velho Homero, um dos maiores fazendeiros de Cunha, realiza mutirões na sua propriedade, sobretudo para a limpa de pastagens. Confirmou o que ouvíramos de outras fontes, que o êxodo cada vez mais freqüente de agregados estava dando maior alento aos mutirões.

“A maior freqüência dos mutirões e a assiduidade com que os moradores acodem ao chamado vicinal, representam uma tentativa da comunidade para resolver as dificuldades que lhe ameaçam as próprias raízes da existência. A experiência mostra que o uso generalizado da mão-de-obra assalariada pode levar à desintegração do mutirão como instituição social, mas os dois sistemas de trabalho não são incompatíveis, como se vê no exemplo de Cunha. Um fazendeiro como o velho

Homero não acode pessoalmente ao mutirão, mas, como muitos outros, manda alguns dos seus empregados. Essa “substituição” é considerada norma e prova que ambos os padrões foram integrados na cultura social. Não há dúvida de que esse fato dá uma força de resistência à estrutura social de Cunha, que outras sociedades rurais, baseadas exclusivamente no braço assalariado, não possuem.”

Willems, a seguir, aponta alguns sinais de obliteração dos hábitos solidários na população rural de Cunha.

“Não faltam, porém, sintomas que tendem a desorganizar o mutirão, implicando, ao mesmo tempo, numa individualização do regime de trabalho. Alguns dos nossos entrevistados discordam quanto à eficiência do mutirão. O velho Olímpio de Campos, dono de oitenta alqueires e afamado como “curioso”, não convocava mutirões na sua fazenda. Achava que “não fazem o serviço direito” e por isso prefere “pagar camaradas”. Acrescentou, no entanto, que não convidava mais os vizinhos para o mutirão “por causa das bebedeiras”. Mas o velho Campos é metodista e condena as bebidas alcoólicas, principalmente a cachaça. Todos os membros da família estão convencidos de que “é preciso beber” e afirmam abster-se do álcool. O velho condena particularmente os mutirões convocados para “barrear casa”, pois como todos, nessa ocasião, têm que lidar com barro e água”, julgam salutar o consumo de consideráveis quantidades de caninha, durante o tempo do trabalho.

“Verificamos que todos os protestantes de Cunha são considerados abstêmios. Embora a abstenção de bebidas alcoólicas não tenha levado ao desaparecimento do mutirão nos bairros metodistas de Cunha, o desprezo que o velho Campos manifestava com relação ao mutirão parecia tão estreitamente relacionado às suas con-

vicções religiosas, que não julgávamos descabida a hipótese de ser mera racionalização a sua afirmação sôbre a “ineficiência” do mutirão. Rodeado de muitos vizinhos católicos, ao lado de metodistas, não podia, como nos bairros de população exclusivamente protestante, evitar o consumo de álcool nos mutirões. A atitude do velho Campos e a de muitos outros protestantes mostra:

- 1) A associação íntima de elementos religiosos e econômicos no contexto da cultura local.
- 2) A influência dessa associação sôbre a estrutura social, no sentido de alterar relações vicinais básicas.
- 3) A desobediência a uma norma de comportamento tido como funcional para a cooperação vicinal. Nesse sentido a atitude pode ser interpretada como indício de desorganização social.
- 4) A substituição do regime tradicional de trabalho coletivo e a troca de dias de serviços entre os moradores do bairro, pelo trabalho assalariado. Nesse sentido a mudança que a atitude do fazendeiro acarretou, pode ser interpretada como individualização.

“Mais óbvia, no entanto, a tendência para a desintegração do mutirão se tornou numa outra esfera. Pelo Código Municipal de Cunha, de 1893, tôdas as estradas municipais eram construídas e conservadas “de mão comum” pelos moradores do bairro ou “vizinhos”. Todo indivíduo que trabalhasse “por suas mãos em serviço de roça” era obrigado a comparecer aos mutirões convocados pelos “inspetores de distrito de estradas e caminhos”. Os fazendeiros deviam concorrer “com um quarto de seus trabalhadores não domiciliados”.

“O *Código de Posturas do Município de Cunha*, de 1929, substituiu o mutirão obrigatório pela “taxa de viação” de 15 mil réis, “imposta a cada homem válido maior de 21 anos, residente nas propriedades agrícolas, quer seja proprietário, arrendatário, agregado ou camarada.”

“Com o dinheiro arrecadado a Câmara Municipal contratava trabalhadores para a conservação das estradas municipais. Havia, contudo, a possibilidade de “remissão” da taxa e, nessa hipótese, a taxa era substituída por dois dias de serviço de oito horas cada um. O Código marcava os meses de abril e maio para a reconstrução e conservação de estradas municipais. Os trabalhos eram executados pelos “contribuintes que preferiam fazer a remissão da taxa pelo trabalho” e pelos trabalhadores “contratados e pagos com as quantias arrecadadas pela taxa de viação”. Apenas a construção das estradas particulares ficava entregue aos proprietários interessados.

“O Código de 1893 deu forma jurídica a uma instituição social que já era tradição e continuava intacta até 1929. O uso dos veículos a motor, considerado útil ao desenvolvimento do município, tornava necessária a construção de estradas de acôrdo com determinadas exigências técnicas. Foi surgindo, aos poucos, um pequeno operariado municipal especializado em trabalhos desse gênero. Ao mesmo tempo, a articulação administrativa, cada vez mais estreita, entre o governo municipal e o governo estadual e federal, impunha obrigações cada vez maiores e mais definidas às câmaras municipais. Entre essas obrigações, figuravam a construção e conservação de estradas que passaram a ser absorvidas pela burocracia comunal.

“O Código de 1929 determinava que “a construção e conservação de estradas particulares ficavam entregues

aos proprietários e interessados”, mas não estabelecia nenhum *modus faciendi*. Os moradores habituados à convocação do mutirão pelos inspetores dependiam repentinamente da iniciativa própria. Permaneciam na expectativa e, como o terreno acidentado não permitia o emprêgo de veículos de rodas, a conservação dos caminhos particulares raramente impunha trabalhos de monta. Assim explica-se que os mutirões “de estrada” se tornavam cada vez mais raros, constituindo, atualmente, acontecimentos excepcionais. “Os moradores preferem quebrar uma perna a conservar em bom estado os seus caminhos”, nos dizia uma autoridade local. Essa frase, mas sobretudo os fatos, atestam o grau de individualização que se observa nessa esfera, pois praticamente todo trabalho coletivo, outrora executado em benefício do bairro ou parte dêle, deixou de ser realidade de maneira organizada.

“As tendências de desorganização e individualização que acabamos de apontar e que se distinguem, com maior nitidez ainda, na violação do *respeito* — base do sistema de *terras em comum* — não representam ainda uma quebra da solidariedade vicinal, embora a estejam enfraquecendo, como mostra o exemplo do bairro da Aparição. Conflitos entre vizinhos são geralmente acomodados pelos *inspetores de quarteirão*. Estes são escolhidos entre os moradores locais mais prestigiosos e nomeados à proposta do subdelegado e prefeito. A eles se confia a acomodação dos conflitos corriqueiros. O prestígio que já desfrutam como proprietários e “homens de respeito”, associado ao apoio moral que podem esperar do delegado de polícia, faz com que as suas decisões sejam geralmente reconhecidas. As desavenças mais frequentes ligam-se a queimadas e à invasão de roças pelo gado vizinho.”

Paraná.

No grupo de municípios da circunscrição de União da Vitória, a prática de mutirões, puxirões ou adjutórios, outrora em voga na quase totalidade das comunas paranaenses, seria muito rara hoje. Os poucos casos de mutirões ocorreriam ainda quando um agricultor adoece ou, por outro motivo qualquer, atrasa-se na roçada ou na colheita. Se o mutirão não tem por causa doença do roceiro, realiza-se um baile, à noite, no qual tomam parte todos os que trabalharam, inclusive suas famílias. Não há cantos, nessa ocasião, sendo as danças orientadas pela sanfona, aliada às vezes ao violino. (AME. Data: 14-12-1953).

Em Guarapuava, os colonos costumam reunir-se para trabalhos de roça, construção de uma igreja, escola ou casa. Essa associação de esforços recebe o nome de puxirão, adjutório ou *pitoco*. Como noutras localidades sulinas, o puxirão termina sempre com uma grande festa — baile ou fandango —, acompanhado de farta comida e da indispensável aguardente, também denominada cana, bitruca, canguara, etc., sem o que não poderá haver alegrias. Não há cantigas, nem trovas, nem porfia especial no puxirão; no entanto, é possível a presença de um cantador repentista, cujas décimas se perdem no espaço.

Particularidade que já revela mudança nas relações amistosas de vizinhança é a que respeita às brigas, nessas festas. Motivam-nas em geral as troças, o encontro de desafetos no local, a presença de valentões do lugar e principalmente de indivíduos chamados *caranchos*, pessoas que se abstiveram do trabalho, porém não faltam à festa, julgando-se merecedoras dos melhores petiscos, assíduas às danças e “escolhedoras” de da-

mas. Em tais casos, surgem reclamações, os ânimos se exaltam e não raro se registra um trágico desfecho: acabam-se algumas vidas, a festa vira velório, cabendo o resto ao inspetor de quarteirão, ao cemitério, à justiça.

No adjutório ou pitoco não há baile ou fandango. (AME. Data: 10-12-1953).

Santa Catarina.

Nos campos de Lajes, concentra-se quase a metade do gado do Estado de Santa Catarina, subsistindo, porém, outras atividades menores, como a exploração de erva-mate, a extração de madeiras nas matas e nos capões, com a respectiva indústria. Praticam-se também lavou-
ras de milho, feijão, alfafa, trigo e lentilhas, e como o clima é favorável, há alguma produção de maçãs, peras, uvas, pêssegos e ameixas⁽³⁵⁾. Não obstante a fraca densidade demográfica da zona, observa-se certa animação na vida rural, principalmente nos trechos de pequenas lavouras.

Os lavradores ou roceiros, geralmente nas épocas de derrubadas, plantio, carpidas e colheitas, organizam por vezes reuniões de trabalho destinadas a auxiliar uma pessoa amiga ou da própria família. Fica o beneficiado na obrigação de fazer tôdas as despesas com alimentos e bebidas e de realizar uma festa ou baile dedicado aos que tomaram parte no pixurum. Alguns oferecem a festa no mesmo dia, outros a transferem para o sábado seguinte, e poucos são os que não oferecem baile, promovendo, neste caso, novo pixurum, em benefício de um dos vizinhos, para retribuir o auxílio recebido. Assim, sucessivamente, todos os organizadores do pixurum são auxiliados. (AME. Data: 19-3-1954).

(35) Cf. *Divisão Regional do Brasil (Sul)*, cit.

Puxirão, puxirum ou adjutório, é como em Videira denominam o auxílio levado a uma família camponesa pobre, quando um de seus membros se acha doente e, portanto, impossibilitado de cuidar da lavoura. Neste caso, o auxílio é promovido pelos vizinhos, sendo um deles o chefe. De modo geral, a ajuda mútua aplica-se a roçadas, plantio, limpas e colheitas.

Os proprietários de grandes plantações recorrem eventualmente ao trabalho coletivo para os serviços atrás aludidos. Aos participantes do puxirão, servem-se alimentos uma só vez durante o dia, geralmente às 12 horas. À noite, realiza-se o baile, ao qual podem comparecer todos os da família que tenha mandado uma pessoa trabalhar. Observa-se, porém, nesses puxirões convocados por grandes plantadores, conforme já se notou, certo desvirtuamento da tradição. Assim, quando os que tomam parte no trabalho dispensam o baile, o proprietário paga determinada quantia a cada pessoa de acôrdo com o rendimento do serviço prestado.

Durante o baile do puxirão não há cantos ou desafios, mas apenas conversa animada sôbre ocorrências diárias e sôbre a própria atividade agrícola. (AME. Data: 18-3-1954).

Rio Grande do Sul.

Uma das mais antigas referências a respeito de trabalhos coletivos solidários no Rio Grande do Sul é a de EVARISTO AFONSO DE CASTRO, na sua *Notícia Descritiva da Região Missioneira*⁽³⁶⁾. Sob o nome de *putchirão*, cuja grafia parece estar de acôrdo com a prosódia castelhana, descreve-se aí uma prática usada pelos erva-

(36) *Cruz Alta*, 1877, Tipografia do Comercial. Págs. 278-279.

teiros da região nos trabalhos agrícolas que secundam a atividade extrativista. Deixemos que êsse autor descreva o *putchirão* dos ervateiros, para que não se perca um só de seus traços, tal como lhe foi dado observá-los:

• “Depois que os ervateiros concluem a safra da erva, que comumente é pela entrada do verão, vão então preparar terras para a cultura dos cereais; e para êsse fim procedem da seguinte maneira: O que quer fazer uma roça e derrubada de matos convida a todos os seus vizinhos e amigos para um *putchirão*, em dia certo e determinado, para cujo efeito, por hábito transmitido a êles pelos guaranis, todos se prestam voluntariamente. No dia apazado, se apresentam todos munidos de suas foices de roça e machados, e no dia seguinte, de madrugada, começam o trabalho com afã, trabalhando todos em comum, cada um no seu eito, durante todo o dia, cada qual empenhando-se por distinguir-se dos outros no trabalho; ao pôr do sol, concluem com o *putchirão*, e se dirigem ao paiol, onde os espera uma lauta ceia com bebidas alcoólicas, e um caramanchão ornado de muitas moças, para o fandango, acompanhado de canto em dueto de melodias melancólicas, usadas pelos sertanejos.

“Na sala de dança, formam-se todos os pares, e espcram pelo verso cantado; concluído êste, começa o fandango, que é todo sapateado; concluída a primeira figura do fandango, para continuar outro verso cantado, e assim alternando-se sempre o sapateado com o canto do *quero-mana*, da *tirana*, da *meia-canha*, etc. etc.

“O fandango, que é uma dança antiga dos sertanejos de São Paulo, de origem guarani, só se dança aqui por ocasião do *putchirão* entre os ervateiros⁽³⁷⁾.

(37) Quanto ao fandango, a que Evaristo Afonso de Castro se refere como dança de origem guarani, é evidente o equívoco em que incorreu, explicável numa época em que ainda não se observava grande interesse pelo estudo de manifestações folclóricas e em que também eram muito limitados os meios de pesquisa. O fandango sul-rio-grandense é de origem ibérica, tendo sofrido ali várias influências, inclusive a indígena. No seu *Vocabu-*

“Na ceia do putchirão, é costume vir o assado de carne de gado com couro, preparado pelo sistema dos gaúchos, sendo o pedaço mais estimado a cabeça da rês, quando é uma terneira, o qual é cozido pelo seguinte modo: cavam um buraco no chão, forram-no com folhas, cobrem-no com terra, e em cima fazem um grande fogo, onde são feitos os assados com couro em grandes espetos; no dia seguinte, depois de ter esfriado a terra, tiram a cabeça do buraco, a qual sai perfeitamente cozida e saborosíssima, sendo êsse um dos bocados mais apreciados.

“Durante o fandango, que dura até o amanhecer, uma mulher fornece a todos, de um a um, aguardente fervida com açúcar, em um grande caneco, do qual é a bebida chupada por meio de uma bomba, e bem assim o *mate-chimarrão*, em cuias com as suas competentes bombas.

“Findo êsse putchirão, um outro agricultor das circunvizinhanças, logo que pode, também trata de orga-

lário Sul-Rio-Grandense, ROMANGUEIRA CORREIA, citado por Augusto Mayer (*Guia do Folclore Gaúcho*), registra: “Fandango, subs. m. Baile usado antigamente em quase todo o Rio Grande do Sul, porém, hoje mui pouco, no campo unicamente, e que consiste em danças sapateadas, executadas alternadamente com canções populares que se recitam ao som da viola. Há, ou melhor — havia — várias espécies dêstes bailes, como fôsem: o *anu*, a *chimarrita*, a *meia-canha*, o *pagará*, o *pega-fogo*, a *recortada*, a *retorcida*, a *serrana*, o *tatu*, a *tirana*, o *puxado*, o *feliz-meu-bem*, o *banho*, etc., etc. Empregada hoje em sentido mais geral, esta palavra serve para designar tôda e qualquer sorte de bailes ou divertimentos...”

Aduz Augusto Mayer que se verifica a mesma acepção em tôda a área hispano-americana ou de influência castelhana, inclusive nos Estados americanos compreendidos nessa área, como o Texas, o Novo México e a Califórnia.

Já no Nordeste o fandango é coisa bem diferente. Conforme informações pessoais de Manuel Diégues Júnior, o fandango nordestino é uma dança dramática realizada nas festas de Natal, tendo como figurantes um grupo de marinheiros numa armação que representa a nau, que tem sempre a designação de Nau Catarineta. Os marujos cantam uma descrição de viagem, com as peripécias, a qual termina sempre com a xácara da Nau Catarineta, originária de Portugal. E’ parecido com a Chegança, que é igualmente uma dança dramática, mas com uma diferença substancial: a Chegança descreve as lutas entre mouros e cristãos, depois de uma viagem cheia de episódios, tendo a nau qualquer nome que se queira dar, ao passo que no auto da Nau Catarineta aquêlê tema está ausente.

nizar o seu, e assim se vai sucedendo até que se finda o tempo das plantações.”

Definem-se, na descrição acima, algumas das principais características geralmente assinaladas em atividades desta natureza: O convite feito aos vizinhos, a distribuição do trabalho por eitos, o espírito de emulação, o repasto em comum e a distribuição de bebidas, e a festa com que termina a reunião. Mas, simultaneamente com êsses caracteres, registram-se outros de feição especial, tais como a concentração dos vizinhos, de véspera, na casa do dono do serviço, o trabalho ininterrupto durante quase todo o dia, e a ceia, depois que cessa a faina, traços que são em parte encontrados no putirum do extremo norte do País. A reunião, com antecedência, na casa do que vai ser beneficiado, explica-se possivelmente pela dispersão dos moradores, obrigados a transportar-se de pontos distantes.

Pelo que êsse autor escreve, na parte final, conclui-se que eram muito freqüentes, àquela época, na região ervateira, os trabalhos coletivos para formação de roças⁽³⁸⁾.

Uma reunião de trabalho com idênticas características é o *puxirão* usado na zona de Passo Fundo, em vários serviços, menos na taipa de casas. Conforme o historiador passo-fundense Francisco Antônio Xavier de Oliveira, o costume teria sido incrementado, naquela zona, pelos paulistas que ali se estabeleceram na década de 1820-1830. Já então a palavra servia para designar a reunião que um dos roceiros fazia do seu *vicindário*

(38) Conta WALTER SPALDING, referido por Dante de Laytano, que, indagando de moradores de São Miguel e São Luís, na zona das Missões, acerca de costumes e tradições, ouviu referência ao *putchirão* que ainda ali se realiza, esporadicamente, na lavra da terra, embora sem o antigo esplendor. O fato de ser realizado na lavra da terra, e não em derrubadas, como sucedia antigamente, é bastante expressivo, refletindo um estágio mais recente da exploração agrícola.

para derrubada de matos a fim de botar roça. Eis como o mesmo historiador, numa poesia "cabocla", descreve o puxirão:

*Nhô Neco, moradô no Taquará,
Querendo fazê roça meio ligêro,
Mandô seu fio João incunvidá
P'rum Puchirão o resto dus matêro.*

*Riunindo assim o vizindaro intêro
O mato nem chegô p'ra se cortá
Puis cada um quiria ser primêro
Nus gorpe do machado in seu ingá.*

*De tarde, quando o sor se avermeiô,
A roça tava feita, e o povarêu
P'ra casa de Nhô Neco indirettô.*

*Foi lá intão-se coisa que valeu...
Nhô Neco deu mesada e se festô
Inte qu'a Estrêla d'Arva apareceu.*

Encontram-se, no puxirão de Passo Fundo, os mesmos elementos assinalados no *putchirão* descrito por Evaristo Afonso de Castro: o convite aos vizinhos, o ânimo competitivo, o trabalho ininterrupto até o pôr do sol (*quando o sor se avermeiô*), a ceia e a festa. (AME. Data: 20-4-1954).

No município de Rio Grande, raramente ocorre o auxílio mútuo em trabalhos agrícolas, não havendo mesmo notícias relativas à sua prática nos últimos anos. (AME. Data: 23-12-1953).

Nos municípios serranos da circunscrição de Caxias do Sul, o mutirão, conhecido sob as denominações de

pixurum⁽³⁹⁾ ou *puxirão*, deixou de ser usado há cêrca de vinte anos. Era, outrora, uma reunião com que os agricultores se auxiliavam nos trabalhos agrícolas, os quais, uma vez concluídos, eram comemorados com uma festa em casa do beneficiado e que constava de um grande jantar e, a seguir, de um baile. (AME. Data: 16-2-1954).

Em Alegrete, o *puxirão*⁽⁴⁰⁾ tem sido pouco usado nos derradeiros tempos. Geralmente o dono do serviço oferece um almôço aos colaboradores, ao meio-dia, constando de uma churrascada, ou melhor, de carne fresca assada no espêto. (AME. Data: 10-12-1953).

A mais desenvolvida notícia sôbre o *pixuru* é a que nos oferece DANTE DE LAYTANO, no trabalho já referido. Laytano grafa *pixuru*, de acôrdo possivelmente com a pronúncia observada na zona litorânea. Já em Caxias, como se viu, diz-se *pixurum*, vocábulo incluído no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* para designar um dos nomes que recebe o auxílio mútuo nesse Estado meridional⁽⁴¹⁾. Apoiado em informações colhidas entre pessoas residentes na zona de Tôrres, Laytano descreve o costume, hoje praticamente desaparecido.

O *pixuru* era geralmente usado na derrubada de matos para estabelecimento de roças de mandioca e milho, mas algumas vêzes de arroz, prolongando-se não raro durante alguns dias. O mais comum, porém, era a cooperação de vizinhos no correr de um dia, ao fim do qual regressavam às suas casas. Cêdo, ao raiar do

(39) Informa ROQUE CALLAGE que *pixurum* quer dizer auxílio mútuo entre vizinhos por ocasião de derrubadas e outros grandes serviços, acrescentando que o termo é usado na Serra e nas colônias serranas. *Apud* DANTE DE LAYTANO, *Pixuru*, em "Província de São Pedro".

(40) LUÍS CARLOS DE MORAIS, referido por Dante de Laytano, não só acolhe o vocábulo *puxirão*, como *puxurão* e *piarum*, para designar a ajuda mútua que se dão os vizinhos em vários trabalhos rurais, como derrubada de matos, colheitas, raspagem de raízes de mandioca para fabricação de farinha.

(41) Em Santa Catarina, diz-se também *pixurum*.

sol, iniciava-se o puxuru, com o concurso, em média, de uns vinte moradores, número considerado suficiente para trabalhar, num dia, um alqueire de terra. Nota curiosa assinalada pelo escritor: a participação de mulheres nos trabalhos agrícolas, “nos quais tinham um papel superior ao dos homens”, parecendo mesmo que se tornara habitual as mulheres trabalharem mais. E refere o caso de uma família inteira onde as mulheres, em número dominante, ficaram famosas pela assiduidade aos puxurus.

Competia ao dono do serviço fornecer comida aos presentes, predominando ordinariamente o assado ou então o cozido ou sopa de verduras, palmito, milho verde, batata-doce, maxixe ou chuchu e morango. Servia-se também, por vêzes, piava com polenta e igualmente palmito ensopado. Distribuía-se aos partícipes caninha (aguardente, muito acessível aos agricultores, dada a proximidade da zona açucareira sul-rio-grandense), em doses que aumentavam para o fim da tarde. À noite, à hora de recolher, servia-se, preferentemente às mulheres, vinho com ovos. Mas os homens também bebiam à larga.

Na preparação de culturas de arroz, ali feitas intensivamente em pequenas glebas, por se situarem numa zona lacustre, onde há abundância de água, o trabalho ia de sol a sol, reservando-se a noite para folganças, com bebidas, cantorias e desafios.

O autor que vimos citando observa que em certos lugares se fornecia alimentação aos presentes apenas uma vez, e não duas, indicação que demonstra já ser considerada onerosa, naqueles tempos, a realização de puxurus.

Terminado o trabalho diário numa roça, verificava-se outro puxuru.

O pixuru é também encontrado, sem o grande desenvolvimento de outras épocas, em zonas mais novas, como Montenegro e Cai, municípios em que houve colonização alemã. O colono, porém, não tomaria parte nesses trabalhos, "o que é digno de consignar-se, pois o trabalho coletivo é usado nessas regiões entre populações chamadas caboclas", circunstância que, na opinião de Laytano, "reforça o conceito de hábito indígena nesse sistema de tratamento da terra em conjunto". Praticase ali o pixuru no preparo de roças de feijão, na construção de casas ou em mudanças.

Como parte da organização social camponesa, o pixuru é uma forma de trabalho em que preponderam relações de parentesco e compadrio, mas implicando, algumas vêzes, relações de vizinhança.

CENTRO-OESTE

Mato Grosso.

Louvado em informes de pessoa fidedigna, refere J. FIGUEIREDO FILHO⁽⁴²⁾ que os índios semicivilizados dos municípios de Dourados e Ponta Porã adotam o auxílio mútuo na colheita do milho. O agricultor, por sua vez, quando deseja abrir um roçado de vulto, convoca a vizinhança, que de boa vontade acorre, no dia combinado, à sua residência.

O dono do serviço abate, com a necessária antecedência, uma rês ou criação menor, conforme o número de participantes e as proporções do trabalho a realizar. Antes de iniciar-se a faina coletiva, o churrasco é indispensável. O dia termina com festividades.

(42) *Mutirão, Adjunto Nordestino; Origem Ameríndia, cit.*

Informa o mesmo autor que a assistência mútua é uma prática usual entre os agricultores, sobretudo nas zonas de pequenas propriedades e de terras desvalorizadas.

Goiás.

JOSÉ A. TEIXEIRA, no seu estudo do cancionero, lendas e superstições no Estado de Goiás⁽⁴³⁾, recolhe algumas manifestações poéticas do ciclo do mutirão, em que predominam os temas antropomórficos. Quem conhece os hábitos da sociedade rural, observa êsse autor, sente a realidade que tais versos interpretam e a riqueza de dados etnográficos, sociais e psicológicos que nêles se contém. É o que se verifica das modas sôbre o mutirão dos bichos, em que, a par da figuração de certos caracteres do costume regional, se manifesta o espírito humorístico do caboclo. Reproduz-se, a seguir, uma dessas criações da poética matuta.

MODA DO MUTIRÃO DOS BICHOS

(Raldolfo Antônio de Souza - Bela Vista)

1

*Incontrei cum papa ventu,
O calangu mais u sapu,
Qui ia pru mutirão
Duma festa do macacu*

(43) *Folclore Goiano*, Companhia Editora Nacional, 1941. Págs. 215-222.

*Fazê um arquêr de roça
Lá na ponta do ressácu
Na fazenda do Orêlu
Lá na mata dos buracu.*

2

*Adianti eu topei u macacu
Amuntadu numa mula,
Lenço prêto nu pescoçu,
Trinta e oito na cintura,
Puxanu uma égua magra
Carregada de matula.
Êli conhecia u matu
E não sabia das artura.*

3

*Adianti eu topei um calangu,
A raposa e a cotia
Tava ali isbabacadu
Sem sabê o que fazia,
Tava fazenu pandêru
Do fundo de uma bacia
I tava fazenu hora
P'ra chcgá na rancharia.*

4

*Topel com u tatu
Lá no limpo do terrêru,
Êli vei nu mutirão,
Êsse era u cabacêro.
Chegou na festa gritanu:
— Amola a foice ligêru!
U macacu arrespondeu:
— Vem tomá café primêro.*

5

*U bandêra foi pru machado,
Foi fazê uma picaria,
Travessô uma peroba
Pru cima da rancharia,
O pau caiu no jirau,
Se quebrô tôda vasia,
Se não fôsse o poço d'água
Eli tinha matadu a gia.*

6

*Na hora do catira
Eli chamaru o jacaré,
Eli nun tinha chapéu,
Foi na festa de boné,
Tinha sido reservista,
Vei a pouco do quarté.*

7

*Agora u lobu foi pra viola,
A onça foi pr'orela,
U cuei ficô na porta
Botanu sentidu nela,
Uma mão tava na chavi
I a ôtra na tramela:
— Us bichu ganhuru u matu
Quando u lobu abriu a vela.*

Em notas à margem, o folclorista goiano identifica, na moda do mutirão dos bichos, algumas características dos costumes regionais e, de maneira especial, das reuniões de trabalho. Reportando-se a êsses versos, faz as seguintes observações:

“*Segunda estrofe.* Temos aí o traje habitual do caboclo em viagem. Note-se que o dono do mutirão era muito pobre, a calcular pela matula que levava o macaco.

“*Terceira estrofe.* O pandeiro, que às vêzes acompanha as violas no catira, é sempre improvisado. Em Trindade, vi um prato e um garfo, representando-o.

“*Quarta estrofe.* A função do cabaceiro é a de carregar água do córrego próximo para o local do serviço. A chegada do tatu, com a frase incitativa — “amola a foice ligêru” —, bem como o convite do macaco — “vem tomá café primêro” —, reproduzem fielmente a cena da chegada de alguns caboclos ao serviço.

“*Quinta estrofe.* Aparece aí a picaria ou derrubada de árvores. Esta não é feita aos poucos, mas de uma vez. Tôdas as árvores são cortadas até certo ponto; depois, deita-se abaixo a da ponta, que na queda arrasta as demais. É um belo espetáculo. É não raro sucede trazer algum prejuízo, quebrando objetos esquecidos nas proximidades.

“*Sexta estrofe.* O catira é à noite. Vejam a cotação dos reservistas, representados no jacaré.

“*Sétima estrofe.* Esta estrofe é significativa como tradução da insegurança nos pagodes. Devido à cachaça, não é raro se darem brigas, alterações, por causa das rôxas, onde saem facas, garruchas, etc.”

Outra moda recolhida pelo autor descreve um mutirão de bichos em que os animais trabalham na roça e as fêmeas ficam em casa fiando. O primeiro convidado

a chegar à casa do macaco e da guariba, promotores da reunião, é a preguiça, “pru sê um bichu ligêro”, recebendo de entrada a recomendação, feita possivelmente pela dona da casa, de voltar a fim de reunir as companheiras. Chega, em seguida, a sapinha, “num luxu danadu”. Vendo-a, o sapo cururu “quasi que morreu inchado”.

A casa enche-se de bichos, desde a varanda até a cozinha. A “moça” mais bonita era a sapinha. E não só bonita, mas namoradeira. “Namoranu o cururu / ainda deu treis quartas de linha”, indicação que confirma o hábito de reunirem-se as mulheres em casa para trabalhos em comum, simultâneos por vêzes aos realizados pelos homens na roça. Concluído o serviço, à tardinha, reúnem-se novamente na casa dos beneficiados, iniciando-se a festa. Surge, a certa altura, uma discussão entre o sapo e o jacaré, por ter êste último convidado a sapinha para dançar. E a festa, que mal começara, termina em briga.

Aludindo, no mesmo capítulo, às peculiaridades do mutirão goiano, JOSÉ A. TELXEIRA escreve que, para a reunião de trabalho, o dono do serviço prepara leitoa assada, frango frito e feijão com farinha. A pinga é também providenciada. Quando, porém, o lavrador é pobre, cada um dos colaboradores leva a sua matula, como aliás se verifica no mutirão dos bichos. À noite, realiza-se o pagode, servindo-se aos presentes broas, biscoitos de goma, bôlo de fubá de milho, café e aguardente. Segue-se o catira⁽⁴⁴⁾, intervalado de dancinhas.

E’ principalmente no Estado de Goiás que ainda se pode observar uma das mais interessantes formas de cooperação vicinal (forma espontânea) a que já se fêz referência: a *traição* ou, no linguajar matuto, *tréição*.

(44) Dança caipira.

Assim descreve ALCEU MAYNARD ARAUJO uma dessas reuniões, realizada na zona rural do município de Inhumas, no dia 18-12-1948⁽⁴⁵⁾:

“Quando um lavrador está com o trabalho de sua roça em atraso, um compadre ou amigo, às escondidas, combina e reúne um grupo de trabalhadores (uns cem ou mais) e, num sábado pela manhã, vai até a casa do amigo para ajudá-lo. Essa ajuda, que é tramada em sigilo e que é de fato uma surpresa para o que a recebe, chama-se *traição*.

“As cinco horas da manhã, rodeiam a casa do *traído* e os *traidores* dão tiros, soltam rojões, cantam, e, quando acordam a família, dão início ao trabalho. Se o *traído* pode fornecer comida para os *traidores*, começa a prepará-la, caso contrário, o chefe da *traição* precavidamente já põe em andamento os *aperparos* para o almôço. É bom salientar que o chefe dos *traidores* deu o café aos convidados em sua própria casa, ali pelas 4 horas da manhã.

“Todos trabalham nesse singular mutirão, homens, mulheres, crianças. Homens na roça, mulheres na cozinha e crianças no transporte de comida, água, lenha. Almoçam ali pelas 10 horas: às 14 horas, o café, e, ao anoitecer, o jantar... e terminam com danças. Os velhos gostam e preferem as “quadrinhas” e o “catira”, e os mais moços, já influenciados pelo rádio, preferem o arrasta-pés com marchas e sambas “carnavalistas”. O arremate da *traição*, isto é, a dança, vai até o dealbar do domingo.

“É comum a *traição*. Muito mais comum do que o mutirão patrocinado pelo indivíduo que necessita de ajuda. Um lavrador o promove somente quando não tenha recebido tão espontânea ajuda.

(45) Muquirão, cit.

“As mulheres também fazem *traição*, para fazer roupas de algodão no tear. Neste tipo de ajuda só participam as mulheres casadas. Infelizmente não nos foi possível recolher seus cantos. Tivemos, porém, oportunidade de examinar a fazenda tecida nos teares toscos e rudes, num dêsses singulares mutirões femininos de Goiás.

“Os versos da *traição* cantados por Crispim Martins de Moura, meeiro, e que foram recolhidos, são os seguintes:

*Acordai, belora, acordai,
Não se ponha a se adrumi,
Qu'isto são sono da morti,
Que tu veiu apersegui.*

*Da boca faço um tintero,
Da língua pena moiada,
Dos denti letra miúda,
Dos óio carta fechada.*

*A vidinha de ti quero,
E' sòmente dispidi,
Adeus vidinha adorada,
Chegô o tempo d'eu parti.*

*Vô fazê um balão de seda,
Pr'a nos ares eu assubi,
Conforme fô o jeito do vento
Nos seus braços eu vô cúí.*

*Acorda, meu bem, acorda,
Tratamento não é nada,
No armôço, frango cheio,
Na janta, leitoa assada.*

*Levanta, meu cumpadre, levanta,
Vem recebê esta tréição,
Vem recebê os traçoêro
Cum boa vontade e bom coração.*

“Há também uns cantos de trabalho, que são cantados quando está manejando o machado, foice, enxada. . .

*Machadinho d'oro,
Fincô, fincô, fincô bis
No pau.*

“Outro canto:

*Balainho do colosso,
Desceu do céu,
Num desceu,
Desceu do céu.*

“Este canto de trabalho é cantado quando está próximo o almoço, assim afirmou o Sr. Marcelino Pereira dos Santos, de Arraial Velho, município de Formosa, Goiás:

*Pomba juritti,
Pomba jurerá,
Se me trouxe nesta terra,
Torna me levá,
Se não fôsse surubi
Jacaré passava má.”*

Em Arraias e alguns municípios do nordeste goiano, o muxirão é utilizado sobretudo em capinas e roçadas. No espaço de um dia, realizam-se importantes servi-

ços. O beneficiado provê farta alimentação aos presentes, servindo-lhes também bebidas. (AME. Data: 5-4-1954).

Na zona rural de Goiânia, onde a ação dissolvente do jovem centro metropolitano já se vem fazendo sentir, não cessaram de todo as velhas práticas de cooperação vicinal, realizando-se ainda reuniões para levar a cabo serviços que exigem grande urgência, como capinas, durante uma pequena estiagem, colheitas, etc. Compete ao beneficiado proporcionar alimentação aos participantes do mutirão, o que em geral é feito do modo mais farto possível; não faltando os aperitivos de diversas infusões de aguardente. De ordinário, essa é a maneira pela qual o lavrador cativa a colaboração dos vizinhos. Tanto melhor a refeição e a bebida que lhes é oferecida, maior o número de pessoas no mutirão. (AME. Data: 5-4-1954).

CAPÍTULO VII

Ajuda Mútua nas Atividades Pecuárias

EM VIRTUDE das condições especiais que caracterizam as atividades pecuárias nalgumas zonas, notadamente em certos trechos do Nordeste e mesmo do Leste, onde o gado, em geral, se cria à *sôlta*, em pastagens naturais comuns ou pertencentes a diversos fazendeiros, é hábito congregarem-se as pessoas para realização de determinados trabalhos, como ocorre na *vaquejada*, reunião típica de vaqueiros.

EUCLYDES DA CUNHA, com a acuidade que lhe era própria, fixou, numa página d'*Os Sertões* que merece ser relida, o caráter solidário dêste costume na zona sertaneja do nordeste baiano, à época da Campanha de Canudos:

“Solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente em tôdas as conjunturas. Se foge algum boi levantadiço, toma a guiada (nome dado ao ferrão alongado; aguilhada), põe pernas no *campeão*, e ei-lo escanchado no rastro, jogado pelas veredas tiradas a facão. Se não pode levar avante a empresa, *pede campo*, frase característica daquela cavalaria rústica, aos companheiros mais vizinhos, e lá seguem todos, aos dez, aos vinte, rápidos, ruidosos, amigos — *campeando*, voando pelos tombadores e esquadrinhando as caatingas até que o bruto,

desautorizado, dê a venta, no têrmo da corrida, ou tombe, de rijo, mancornado às mãos possantes que se lhe aferram aos chifres.

“Esta solidariedade de esforços evidencia-se melhor na vaquejada, trabalho consistindo essencialmente no reunir, e discriminar depois, os gados de diferentes fazendas circunvizinhae, que por ali vivem em comum, de mistura, em um compáscuo único e enorme, sem cêrcas e sem valos.

“Realizam-se de junho a julho.

“Escolhido um lugar mais ou menos central, as mais das vèzes uma várzea complanada e limpa, o *rodeador*, congrega-se a vaqueirama das vizinhanças. Concertam nos dispositivos da emprêsa. Distribuem-se as funções que a cada um caberão na lide. E para logo, irradiantes pela superfície da arena, arremetem com as caatingas que a envolvem os encourados atléticos.

“O quadro tem uma movimentação selvagem e assombrosa de uma corrida de tártaros.

“Desaparecem em minutos os sertanejos, perdendo-se no matagal circundante. O rodeio permanece por algum tempo deserto...

“De repente estruge ao lado estrídulo tropel de cascos sôbre pedras, um estrépito de galhos estalando, um estalar de chifres embatendo; tufa nos ares, em novelos, uma nuvem de pó; rompe, a súbitas, na clareira, emboçada, uma ponta de gado; e logo após, sôbre o cavalo que estaca esbarrado, o vaqueiro, têsno nos estribos...

“Traz apenas exígua parte do rebanho. Entrega-a aos companheiros que ali ficam, de *esteira*; e volve a galope desabalado, renovando a pesquisa. Enquanto outros repontam além, mais outros, sucessivamente, por tôda a banda, por todo o âmbito do rodeio, que se anima, e tumultua em disparos: bois às marradas ou escarvando o chão, cavalos curveteando, confundidos e

embaralhados sôbre os plainos vibrantes num prolongado rumor de terremoto. Aos lados, na caatinga, os menos felizes se agitam às voltas com os marruás recalcitrantes. O touro largado ou o garrote vadio em geral refoge à revista. Afunda na caatinga. Segue-o o vaqueiro. Cose-se-lhe no rastro. Vai com êle às últimas bibocas. Não o larga, até que surja o ensejo para um ato decisivo: alcançar repentinamente o fugitivo, de arranco; cair logo para o lado da sela, suspenso num estribo e uma das mãos prêsa às crinas do cavalo; agarrar com a outra o cauda do boi em disparada e com um repelão fortíssimo, de banda, derribá-lo pesadamente em terra... Põe-lhe depois a *peia* ou a máscara de couro, levando-o jugulado ou vendado para o rodeador.

“Ali o recebem ruidosamente os companheiros. Conta-lhes a façanha. Contam-lhes outras idênticas; e trocam-se as impressões heróicas numa adjetivação *ad-hoc*, que vai num crescendo do destalado ríspido ao *temêro* pronunciado num trémolo enrouquecido e longo.

“Depois, ao findar do dia, a última tarefa: contam as cabeças reunidas. Apartam-nas. Separam-se, seguindo cada um para sua fazenda tangendo por diante as reses respectivas. E pelos ermos ecoam melancolicamente as notas do aboiado”(1).

A vaquejada foi também descrita por GERALDO ROCHA, que lhe acentuou o aspecto festivo, acrescentando, a respeito do costume, algumas informações curiosas(2). Pelo que se depreende dessa descrição de caráter evocativo, o cenário em que se desenrola a pugna solidária dos vaqueiros corresponde ao trecho médio-inferior da bacia são-franciscana, devendo observar-se que o escritor se refere, não propriamente àquela prática em geral, mas

(1) 21.^a ed. corrigida, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1950. Págs. 125-127.

(2) *Uma Vaquejada*, “O Mundo Ilustrado”, 3.5.1954, Rio de Janeiro.

às vaquejadas em que na mocidade tomava parte. Apresenta-se, a seguir, esta versão da vaquejada, reproduzindo-se por vêzes alguns trechos em que se incluem pormenores indispensáveis à melhor compreensão do velho costume sertanejo.

Na expectativa da vaquejada, que se inicia na estação chuvosa, cada vaqueiro procura poupar o cavalo de sua predileção, dando-lhe, ademais, tratamento adequado. Remenda cuidadosamente as roupas de couro e os arreios, armazenando, ao mesmo tempo, provisões para obsequiar os vaqueiros vizinhos, convidados para a vaquejada. Os vaquejadores são limpos para facilitar a tarefa de balanceamento do gado, indispensável para incrementar a sua procriação. "O vaqueiro-chefe da fazenda conhece de antemão as reses fugidias, que em todos os campos se afastam das manadas logo que a vaqueirama se aproxima do lote. Nas vésperas já se abateu e salgou a *matuletagem* com que o patrão auxilia os trabalhos da vaquejada, e no dia da reunião as mantas de carne gorda secam nos varais em frente à casa do vaqueiro, cujas filhas vigiam contra o assalto dos urubus atraídos de longe pelo cheiro do sangue e dos dejetos das vísceras deixadas pelo campo."

Todos a postos, a um sinal do vaqueiro-chefe, "partem em fila indiana pelo campo em fora, seguindo carreiros e atalhos em busca das querências em que costuma pastar o maior lote de gado da fazenda" e, a certa distância da sede, ficam silenciosos para evitar que os barbatões⁽³⁾ se escapem do lote antes que os vaqueiros se aproximem convenientemente. Surpreendido um lote de gado próximo ao bebedouro, alguns homens passam a rodeá-lo, enquanto outros procuram reunir novos lotes espalhados pelas queimadas circunvizinhas.

(3) Reses que, criando-se no mato, se tornaram bravias. Cf. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 6.^a ed., Editora Civilização Brasileira.

A medida que aumenta o calor do sol, o gado, perseguido pelas mutucas, abandona as queimadas, procurando os descampados, oportunidade que é aproveitada pelos vaqueiros para reunir o maior número de reses. Quando o lote já se eleva a numerosas peças, os vaqueiros abalam o rebanho em direção ao vaquejador⁽⁴⁾, picadão aberto no mato e que chega até o pátio do curral. Um dos vaqueiros, armado, como os demais, de aguilhada (vara de cêrca de dois metros tendo numa das extremidades um ferrão de aço, encoberto em parte por uma correia que lhe gradua a ponta ao penetrar na carne do animal), marcha na frente do lote e entoia “uma melopéia em tom especial, com a qual o gado se acostuma, acompanhando o cavaleiro que lhe indica o caminho a seguir”.

“Dois cavaleiros se emparelham com o gado que marcha na frente do lote, dois outros o seguem com as cabeças dos animais trabalhando por dentro da linha de ancas dos cabeceiras e os outros na mesma ordem, formando um quadrado afunilado de cavalheiros, terminando por dois vaqueiros que seguem no coice da manada enxotando as reses recalcitrantes na marcha. Quando a formação é perfeita o gado só pode fugir entre o guia e um dos cabeceiras, cabendo a êstes dois seguirem no encalço da rês fugidia, enquanto os outros cercam o lote e permanecem com o mesmo rodeado, à espera dos companheiros que se afastaram em busca da rês recalcitrante através das galhadas. A aguilhada escondida na curva do joelho, com o ferrão protegido pela mão do vaqueiro, segue de arrasto até que a rês atingindo uma região mais limpa, permita ao cavaleiro utilizar-se do ferrão, apontando para o alto da cernelha, no quarto trazeiro, e lhe imprima um movimento para

(4) EUCLYDES DA CUNHA (*Os Sertões*) denomina a êste local *rodeador*, palavra de que se derivou, no sul do País, o *brasileirismo rodeio*.

a frente, que faça a rês perder o equilíbrio e rolar por terra em frente ao vaqueiro e ao cavalo experimentado que a dominaram. Uma vez por terra, é difícil que a rês insista em desobediência aos intentos do seu dominador. Levanta-se e se dirige imediatamente em direção ao lote que permaneceu rodeado, prosseguindo o lote em direção ao vaquejador.”

A passagem do gado para o curral dá lugar a uma seqüência de proezas e peripécias, os cavalos investindo sem qualquer solicitação dos seus donos atrás de alguma rês fugitiva.

A descrição acima mostra de maneira inequívoca que a vaquejada é, no sentido mais amplo, uma prática essencialmente solidária, dependente do esforço conjugado de todos os que da mesma participam.

Além das vaquejadas, há várias oportunidades em que os vaqueiros fazem apêlo à ajuda mútua.

“Se uma rês desaparece, ou dá cria em lugar distante e ignorado” — informa JOAQUIM ALVES⁽⁵⁾, — “se um novillo ou um *boi erado* torna-se arisco ou de difícil apanha, é comum os vaqueiros se reunirem para *dar um campo*, e, ainda, na partilha das vacas, quando chega o tempo de separá-las dos bezerros.

“Os vaqueiros, reunidos no pátio da fazenda, sob a direção do chefe do serviço, distribuem entre si a tarefa a realizar, consistindo a mesma em bater determinada área da caatinga onde se presume que a rês se encontra, voltando ao pátio só depois de realizada a sua batida. *Botar em um animal orelhudo*, isto é, sem ferro nem sinal, é a parte mais difícil da vaqueirice, que só o sertanejo ágil e forte pode levar a bom têrmo, pois terá de lutar com o próprio animal, que, batido, poderá se voltar e enfrentar o seu perseguidor, dependendo, então, do sangue frio do vaqueiro o êxito

(5) *Adjunto e Mutirão*, cit.

de sua missão, pois as armas de um boi de três anos, finas e longas, podem ocasionar a sua morte.

“O *adjunto da partilha das vacas*, verificado na chapada da serra do Araripe, na área destinada à criação, é um movimento interessante, pois todos os vaqueiros dos municípios caririenses que servem em Pernambuco reúnem-se, em dia determinado, para realizar a separação do gado. A cordialidade é o traço dominante do trabalho. O auxílio mútuo é a norma aceita por todos.

“*Amo e vaqueiro*, isto é, patrão e empregado, realizam o mesmo serviço com a mesma camaradagem. As vacas leiteiras descem para as fazendas pernambucanas. Na época da *sólta*, igual função se verifica. Botam para a serra gado habituado a pastar na chapada.”

Ainda nas zonas pastoris nordestinas, a criação de gado maior assume algumas vêzes aspecto de compáscuo, donde se derivou a prática solidária das *juntas* e *apartações* a que se referia Irineu Joffily na última década do século passado:

“Pelos fundos dos pastos, encontravam-se e confundiam-se os gados de umas fazendas vizinhas com os de outras, já da mesma ribeira e já de ribeiras diversas, e isso deu causa ao hábito das juntas e apartações no fim da cada inverno. Esta prática consistia nas vaqueiradas gerais nos campos de cada fazenda. Apreendido o gado estranho, marcava-se dia para a apartação, a que acudiam numerosos vaqueiros de diferentes lugares, a fim de conduzirem as reses de sua conta, têrmo que empregam no sentido de administração”⁽⁶⁾.

(6) *Notas sobre a Paraíba*, Tipografia do “Jornal do Commercio”, Rio de Janeiro, 1892, pág. 127. (Apud HÉLIO GALVÃO, *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, cit.).

No dia marcado para a partilha, verificava-se outra função importante na vida sertaneja — a *ferra* —, atividade em que colaboravam todos os presentes.

A *pega*, também, é outra operação em que se apela para o auxílio dos vizinhos.

“Se um vaqueiro tinha de “pegar” uma ou mais reses de sua fazenda no território de outro, dirigia-se primeiramente ao respectivo proprietário ou vaqueiro e pedia *campo*, o que significa consentimento e auxílio e ninguém podia recusar-se a *dar campo*”(7).

Em relação com essas práticas e costumes, assinala-se, ainda, no Nordeste, uma curiosa instituição que bem reflete o espírito cooperativista de sua gente: o *pau-de-ferros*. “Numa árvore, à margem de alguma “estrada das boiadas”, gravavam-se os ferros e letras do proprietário das cercanias para a indispensável conferência e identificação. Esses ferros eram também gravados nos mourões das porteiras, esteios de alpendres e portas de casas”(8).

Na ilha de Marajó, onde um regime pastoril de feição típica condiciona a existência dos seus habitantes, mantêm-se mais ou menos íntegras até hoje certas formas de atividade solidária, como, p. ex., o rodeio ou putirum dos vaqueiros para as ferras que anualmente se sucedem na época do estio. Descrevendo essa usança dos campeiros marajoarás, escreve Leandro Tocantins no livro *O Rio Comanda a Vida*:

“De quando em quando... a fazenda é despertada aos primeiros cantos da maria-já-é-dia por inusitada azáfama, tanto na casa principal como nas habitações da vaqueirada. As mulheres acendem o lume nos fogões de barro, preparam o café, ingerido com rósca ou bola-

(7) IRINEU JOFFILY, *op. cit.*

(8) HÉLIO GALVÃO, *loc. cit.*

cha de água e sal, e esquentam ao fogo dos tições fumarentos os fritos de carne de sol com farinha, para encher o surrão." (...)

"A vaqueirama cavalga nas selas marajoaras de cabeçote alto, levando o surrão e a baeta vermelha amarrados na garupa e também a corda de couro para o laço enrolada em voltas sucessivas na ilharga do animal. E assim se inicia o serviço da ferra anual, dos mais interessantes em Marajó. Putirum animado e pitoresco, reúne outros vaqueiros das fazendas adjacentes, que sollicitamente se prestam à faina afervorada pelos lances quixotescos dos laços em volteios rodopiantes, no galope prazeroso.

"Aprazam lugar, em geral largo plaino de têsô, ausentes as torreadas perigosas para cavalgar, e lá se reúne o gado e a vaqueirama... a cumprir as tarefas designadas pelo feitor: reunindo e apartando a malhada, laçando e peando os bezerros para ferretear no couro a marca do senhor da fazenda.

"O rodeio dura o dia inteiro, musicado pela cantiga de aboiar e animado pelas gritarias e chistes dos vaqueiros."

Informa o autor citado que tanto as ferras como as castrações, que também congregam a vizinhança, merecem especial atenção dos fazendeiros, os quais, pelo índice obtido em cada operação, calculam o aumento do rebanho e as conjunturas econômicas da indústria pastoril.

Há notícias de que no Pantanal mato-grossense, os peões, em determinada época, se congregavam com o objetivo de prear gado bravo, reproduzido ao sabor da natureza. Todo animal laçado passava a pertencer ao que o conseguira. Uma vez derrubada e imobilizada a rês, era-lhe oposta a marca respectiva. Entretanto, ao que parece, a prática, embora exigisse a participação de muitos, não revestia aquêles aspectos de estreita solidari-

dade assinalados na vaquejada nordestina e de algumas zonas do Leste.

No sudoeste baiano, na subzona pastoril do rio Pardo, conforme estamos informados, o auxílio mútuo é usado com alguma freqüência no ajuntamento e transferência do gado de uma manga para outra, na contagem, na castração, na ferra. O espírito de solidariedade entre os vizinhos se manifesta também durante os surtos epizooticos (aftosa, etc.), ajudando-se todos de boa vontade em várias tarefas, como, p. ex., as de vacinar o gado e cortar o gabarro de animais afetados. Estes serviços geralmente são levados a cabo com a presença, na fazenda, dos proprietários residentes nas cidades, os quais autorizam a colaboração do empregado ou vaqueiro-chefe em tais práticas, até pelo espaço de um dia, quando a natureza das mesmas assim o exige. Os próprios fazendeiros participam amiúde desses trabalhos, e almoçam na sede da propriedade que está sendo ajudada, ocasião que é também aproveitada para que se entabulem negócios de compra e venda de gado.

Sabe-se, todavia, que em várias zonas êstes hábitos estão em declínio, em face das transformações que se vêm processando nas atividades pastoris.

Ao antigo regime de trabalho do vaqueiro (sócio menor do patrão), caracterizado por uma espécie de partilha em que de ordinário lhe cabe a quarta parte das crias, vem sucedendo nos últimos tempos o pagamento em dinheiro, com tôdas as suas conseqüências. No sistema da quarta, de cada lote de quatro bezerros (às vêzes cinco), um cabe ao vaqueiro, tocando ao *amo*, em certos casos, fazer a primeira escolha, e ao vaqueiro a segunda. Daí o nome de *sorte* por que é também conhecido o sistema, hoje só encontrado nas zonas em que ainda não se fêz a substituição do gado leiteiro de qualidade inferior pelo de gado de raça ou raceado.

Em carta dirigida a Hélio Galvão e datada já de alguns anos, escrevia Joaquim Alves:

“A velha prática da sorte está desaparecendo nas fazendas de Quixeramobim, propriedades de fazendeiros residentes em Fortaleza. Em lugar do pagamento ao vaqueiro ser feito como era anteriormente, de cinco bezerros um para o vaqueiro, o proprietário em Fortaleza está pagando salário-mês, variando com as condições da fazenda. O vaqueiro, porém, continua com direito de plantar cereais e algodão. Nos sertões de Pernambuco, o amo, além da sorte, dá a roupa de couro, perneira, gibão, peitoral e luvas, que custam atualmente Cr\$ 300,00 ou Cr\$ 400,00, segundo me informou um pequeno criador no município de Salgueiro, Pernambuco. Com a introdução do gado de raça e raceado, nas fazendas do Ceará e Estados vizinhos, mudaram as condições da velha vaqueirice e, conseqüentemente, de pagamento. Nas fazendas de gado *pé-duro*, porém, permaneceram as antigas normas estabelecidas entre o vaqueiro e o fazendeiro, nos tempos coloniais, com poucas alterações”⁽⁹⁾.

Nalguns lugares, adotou-se uma fórmula conciliatória, tendo por base a parição do rebanho. No ato da ferra (duas ferras anuais) o proprietário indeniza o vaqueiro, a determinada base, por bezerro nascido, ficando o segundo com direito a roçado e vazantes e por vêzes ao leite ou à sua metade, conforme a combinação. Escrevendo sôbre o assunto, observa OSWALDO LAMARTINE:

“Oferece o sistema a vantagem do maior interêsse do encarregado em vacinar o gado, zelar pelo rebanho, não matar os bezerros na cuia e cuidar das vacas amojadas, de vez que o ganho está na dependência de bezerros nascidos.

(9) *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, cit.

“A remuneração oscila de acôrdo com o número de reses, isto é, com a parição anual. Conhecemos fazendas com a parição de 150 bezerros por ano que taxam a Cr\$ 60,00 o bezerro, totalizando assim Cr\$ 9 000,00 que, somados à renda do leite, roçados e vazantes, permitem ao vaqueiro viver como vaqueiro (dados de 1951).

“Naturalmente que os rebanhos menores, de menor parição, reclamam maior indenização e o oferecimento de outras vantagens. O raciocínio, em números, pequena ou nenhuma vantagem oferecerá ao do salário-mês. Há, todavia, o fator psicológico — do homem que sente a vida agarrada à função, ao curral, ao bezerro, ao barbatão, à vaca, ao leite e ao cavalo de campo.”⁽¹⁰⁾.

Como transição entre a antiga forma e o pagamento em dinheiro, assinalava-se, outrora, uma modalidade que consistia na compra da sorte, em fôlha, pertencente ao vaqueiro.

Na subzona do sudoeste baiano, já referida, costumava-se pagar ao vaqueiro-chefe, nas propriedades dedicadas a engorda, além do ordenado, uma percentagem (de 3 a 5%) sôbre o valor líquido da venda de gado, tendo ainda o vaqueiro, em certos casos, direito a manter nos pastos da fazenda determinado número de reses (30, 40 ou 50, conforme a combinação).

Como não poderia deixar de ser, as mudanças que se verificam nas atividades pecuárias, quanto ao sistema de pagamento do vaqueiro, repercutem nas relações de vizinhança. A profissão de vaqueiro, que era transmitida de pai a filho, perde a fisionomia tradicional, para se transformar em simples emprêgo desempenhado por alguém supostamente conhecedor dos “segredos” do ofício. E', pois, compreensível que, ao impacto das

(10) *Por Onde Passa o Boi, Passa o Vaqueiro*, “Jornal do Brasil”, 23.10.1944, Rio de Janeiro.

transformações, a velha instituição da ajuda mútua esteja sob a ameaça de desagregar-se.

Concorre ainda para alterar as normas tradicionais de vida e de trabalho a especialização que há alguns anos se verifica na indústria pastoril, onde se vão tornando correntes as funções de cria, recria e engorda. Não será possível conceber, nestas duas últimas modalidades, o velho sistema da quarta. E porque as relações jurídicas de trabalho se alteram, modifica-se também o comportamento do homem nos seus contactos com a vizinhança.

CAPÍTULO VIII

Ajuda Mútua entre Colonos Estrangeiros e seus Descendentes

ENTRE OS COLONOS estrangeiros radicados no Brasil e seus descendentes, sobretudo os de origem alemã e japonesa, observa-se uma série de atividades realizadas à base da cooperação vicinal. ERNST WAGEMANN, no seu trabalho sobre a colonização alemã no Estado do Espírito Santo, já citado, vê no *Junta-ment*⁽¹⁾ praticado pelos colonos o prolongamento, modificado pela influência brasileira, de um velho costume da pátria de origem e a que Bucker, tendo em vista a expressão usada pelos eslavos meridionais para nomear atividades em grupos, designa de *Bittarbeit*, ou seja, o trabalho a pedido⁽²⁾. Dadas as peculiaridades ecológicas brasileiras, o trabalho cooperativo dos colonos teria que se afeiçoar a finalidades diferentes daquelas que o caracterizavam na Alemanha, destinando-se especialmente à execução de tarefas relacionadas ao tipo de atividades econômicas e às condições de vida dos colonos.

(1) Palavra derivada de ajuntamento, denominação que recebe o mutirão em muitas zonas do Espírito Santo. EMÍLIO WILLEMS, que se refere ao trabalho de WAGEMANN, grafa *Xuntamént*, que parece mais conforme à pronúncia alemã.

(2) À época em que GEORG L. von MAURER escreveu o seu famoso trabalho sobre comunidades rurais na Europa (1854), inclusive, em particular, na Alemanha, os campos comuns e todos os vestígios de cultivo haviam desaparecido entre os alemães, porém numerosos traços comunitários, sobrevivências da antiquíssima instituição *Allmend-Mark*, ainda podiam ser encontrados entre eles. Ver, a propósito, o que escreve H. J. E. PEAKE na *Encyclopaedia of the Social Sciences*, The MacMillan Company, Vol. 15, MCMXXXVII, New York, págs. 253-258.

Verifica-se o *Juntament*, conforme Wagemann, nos seguintes casos:

- “1) Para foçar — Vinte a trinta pessoas juntam-se para êsse fim. Cada uma se responsabiliza pelo desbastamento de uma faixa de terreno de 2 a 3 metros de largura. Vão, assim, subindo a encosta, andando paralelamente. Os retardatários são chasqueados, e considera-se vergonhoso atrasar-se. O mutirão tem um efeito educativo evidente, entretanto, conduz facilmente ao trabalho apressado. Por isso, ouve-se dizer em relação a áreas mal foçadas: “E’ terreno de ajuntamento” (*Juntamentsland*). Quando se foça e, ao mesmo tempo, se limpa o terreno, êste trabalho fica a cargo das moças. Não se faz mutirão para a derrubada, em virtude, segundo me informaram, dos perigos ligados a essa atividade.
- 2) Para limpar os cafêzais e para colhêr café. Reúnem-se homens e moças.
- 3) Para construir a casa. Só homens concorrem.
- 4) Quando há doenças em família.”

EMÍLIO WILLEMS informa, por sua vez, que as práticas de ajuda mútua são comuns a tôdas as zonas de colonização alemã, e observa que “as diferenças entre teuto-brasileiros e imigrantes, sobretudo imigrantes vindos nos últimos quarenta anos, mais ou menos, constituem provas convincentes pela existência de formas culturais que aqui se desenvolveram sob a influência do meio físico e social”⁽³⁾. Assim, enquanto velhos colonos se associam para realização de tarefas coletivas com o objetivo

(3) *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, Companhia Editora Nacional, “Brasiliãna”, Vol. 250, 1946. Págs. 354-358.

de melhorar as vias de comunicação, os imigrantes, que jamais conheceram essa preocupação na terra natal, adotam o sistema de confiar nas providências oficiais. Willemss assinala que, de modo geral, as práticas solidaristas revestem entre os colonos uma importância e extensão desconhecidas na sociedade de origem, como permite concluir o relato que obteve em São Bonifácio (Vale do Capivari, Santa Catarina), a seguir reproduzido:

“Dos chamados *Gemeindearbeiten* (trabalhos comunitários), participam, quando se trata da escola, tôdas as famílias que têm filhos em idade escolar ou menores ainda. A contribuição pode consistir em dinheiro, material e, ainda, em trabalho. Cabe à diretoria da associação escolar organizar os trabalhos e determinar as contribuições de cada um.

“Tratando-se da igreja, a *Gemeindearbeiten* divide as contribuições de acôrdo com as religiões. Cada uma dessas tem os seus fabriqueiros, que vão tratar com o padre ou pastor, quando se torna necessário executar quaisquer trabalhos. Em tempos passados o vigário comunicava na igreja o trabalho que se devia realizar, proclamando ao mesmo tempo uma relação de pais de família, designados para a realização do trabalho.

“Nenhum dos escolhidos se negava a fazer o que dêle se exigia e caso não se pudesse apresentar pessoalmente mandava um substituto pago por êle. Hoje os fabriqueiros agem com autonomia bem maior, dando muitas vêzes instruções e ordens sem aconselhar-se com o velho vigário; nota-se, porém, por isso mesmo, menos boa vontade no cumprimento das ordens, se bem que a relutância não chegue a gerar oposição aberta. A *Kirchlitchte Gemeinde-Arbeit* consiste na construção e conservação da igreja e da residência do pároco, bem como das cêrcas que abrangem o terreno. Para o vigário, limpa-se anualmente e prepara-se uma pequena plan-

tação, sendo os vários trabalhos, como o transporte de estêrco, aração, plantação e capina, distribuídos da maneira acima indicada. Além disso, cada família fornece ao vigário um centésimo da produção de milho. Visto como só o vigário reside na localidade, grande parte dos deveres acima mencionados não existem na comunidade evangélica.

“A via de comunicação principal é conservada por trabalhadores pagos pelo govêrno. De acôrdo com as posturas municipais existentes, os proprietários de terras que se limitam com a rodovia são obrigados a fazer o roçado marginal e a limpar a valeta. Os outros caminhos, porém, devem ser conservados pelos próprios moradores que, quando muito, recebem um pequeno auxílio municipal, o qual os respectivos moradores distribuem entre si. Todos os anos, quando é chegada a época para os trabalhos de conservação e consêrto, o indivíduo mais prestigiado de cada distrito convoca os demais moradores para a execução dos trabalhos. Fonte de prestígio é, em parte, a situação econômica, mas em parte também a maior loquacidade com que a pessoa consegue impor-se aos companheiros. Todos obedecem sem resmungar, mesmo quando os trechos que carecem de consêrto não ficam no terreno dêles. Nesses trabalhos, bem como em todos os acima referidos, cada pessoa traz a sua merenda.

“Tratando-se da construção de uma casa em estilo antigo (*Fackwerk*), convidavam-se, pelo menos outrora, os vizinhos para auxiliarem. Nesses casos, é o interessado que fornece as refeições aos que o beneficiam com o seu trabalho”(4).

(4) João Jochmann, em conversa mantida com o Autor sôbre práticas de ajuda mútua entre colonos e seus descendentes, informou que, achando-se em Blumenau, Santa Catarina, em 1941, soubera terem sido construídas dez casas naquela cidade, pouco antes de sua chegada, em regime de cooperação, tarefa que contou com o auxílio de amigos e parentes dos beneficiados.

Em prosseguimento, Willems observa que entre os colonos de Santa Catarina a cooperativa é um elemento relativamente novo, desconhecido na cultura originária, sendo transplantado, mais recentemente, pelos imigrantes. Coisa diferente verificou-se no Rio Grande do Sul, onde, conforme o autor que está sendo citado, Lackmann, no comêço do século atual, encontrou cooperativas. “Em 1935, existiam inúmeras cooperativas no município de Blumenau, mas em nenhum município vizinho de Brusque. Pois os imigrantes alemães que, em 1860 e 1861, se fixaram em Brusque não conheciam essa instituição, que só depois se difundiu na sociedade rural germânica. Também não entraram mais imigrantes depois de 1880, ao passo que Blumenau recebeu correntes quase ininterruptas, mesmo depois de 1918.”

Ainda de acôrdo com Willems, predomina no Rio Grande do Sul o sistema cooperativo tipo Raifeisen, sendo de notar que, com a difusão do sistema, também as populações luso-brasileiras o aceitaram. “Embora novo” — conclui — “o cooperativismo encontrou, na cultura de não poucos imigrantes alemães, elementos aos quais pôde ser associado. Foram sobretudo as reminiscências da *Allmende*, quer dizer, das terras comunais de cujo usufruto todos os membros da comunidade participavam. Parece que as experiências relativas à *Allmende* facilitaram a integração da cooperativa na cultura teuto-brasileira.”

Outro escritor, ZEDAR PERFEITO DA SILVA, lembra, em trabalho recente⁽⁵⁾, a importância das sociedades constituídas nos primeiros tempos para a formação do estado atual da cultura e progresso dos colonos alemães do vale do Itajaí. Com a renda obtida nas festas realizadas no Salão de Atiradores, é que se foi ampliando o

(5) *O Vale do Itajaí*, Serviço de Informação Agrícola, Documentário da Vida Rural, N.º 6, Rio de Janeiro, 1954. Págs. 131-132.

palco para as representações teatrais e exibição de cantores, na cancha do bolão. “As sociedades refletiam a vida da comunidade e era por seu intermédio que os colonos se arregimentavam para propugnar uma idéia ou construir uma obra pública. Nessas ocasiões, não havia distinção entre sócios ou não. Todos uniam seus esforços no sentido de amparar as sociedades em suas festas beneficentes ou nos dias aziagos, para socorrer na desgraça os membros necessitados da comunidade.”

A igreja, a escola e o cemitério resultaram da cooperação geral. Na construção da casa, o colono sempre encontra ajuda dos vizinhos. “O pretendente inicia o seu plano preparando o madeiramento e comprando parte do material. Naturalmente, já era dono do terreno. Quando está em condições de construir, geralmente após o culto religioso do domingo, discute com os seus vizinhos a maneira como pretende construir a casa. Todo mundo oferece sugestões, baseados na experiência. O mais prático é quem escolhe a localização, tendo em vista o problema da água e da luz. No período de construção propriamente dito, os vizinhos ajudam na certeza de quando chegar a sua vez também serem ajudados. Na festa da cumeeira, oferecem-se bebidas aos que cooperaram. Geralmente, no primeiro sábado após a mudança, realiza-se um baile na casa nova para o qual são convidados os colaboradores e amigos.”

A cooperação vicinal é usada ainda pelos colonos nas colheitas, nas enfermidades e em várias outras situações que exigem associação de esforços.

DANTE DE LAYTANO, no seu trabalho já referido⁽⁶⁾, informa que o *pixuru* é usado na região colonial italiana nas vindimas e trabalhos de estradas. Em Alfredo Chaves e Lajeadozinho, eram muito freqüentes, até poucos

(6) *Pixuru*.

anos, os trabalhos coletivos nas lavouras, duas ou três vezes ao ano. Quanto ao elemento germânico do Rio Grande do Sul, o mesmo autor informa que, à medida que a sua adaptação se foi completando, passou também a adotá-los.

HIROSHI SAITO, que visitou em 1954 alguns núcleos coloniais no Brasil, estudando os aspectos relacionados à fixação e ao comportamento dos nipônicos aqui chegados depois da última guerra mundial, forneceu-nos pormenores sôbre práticas cooperativistas no Núcleo Colonial de Dourados, ao sul de Mato Grosso, referidos, aliás, num relatório em que expõe os resultados de suas pesquisas.

A localização dos japoneses nas terras que lhes foram designadas, dentro do Núcleo, atendeu ao critério de sortear-se determinado número de lotes entre famílias que apresentavam afinidades entre si, já em virtude da origem regional, já pelos laços afetivos existentes. Assim, p. ex., sortearam-se três ou oito lotes contíguos entre três ou oito famílias que manifestaram desejo de ficar próximas, o mesmo se fazendo em relação a outras famílias. Logo após o sorteio dos lotes, estabeleceu-se a divisão dos colonos em turmas (*han*) ou grupos de vizinhança, procedimentos que, como outros adotados para conduzir os assuntos da comunidade, correspondem a formas institucionalizadas na sociedade rural japonesa.

Os cinquenta e oito lotes pertencentes aos japoneses distribuem-se numa extensão de dez quilômetros; no intervalo entre o primeiro e o último, localizam-se vinte e oito lotes de colonos nacionais, dois de nipônicos já radicados e um lote comum (lote de comunidade).

Em cada grupo de vizinhança, são comuns reuniões de colonos para ajudar um vizinho na construção da morada, durante um ou dois dias, até a sua cobertura, para consêrto de uma estrada, etc. A essas práticas os

japoneses chamam *tetudai* (ajuda), denominação que corresponde mais ou menos ao nosso adjutório. Também é usada, especialmente entre famílias menores (famílias nucleares), a troca de dias de serviço, em trabalhos que devem ser executados sem perda de tempo, sistema a que denominam *temagai*.

Ao *tetudai*, segue-se, na maioria dos casos, uma festinha com aguardente e jantar.

Um lote equidistante dos pontos extremos, no sentido longitudinal, foi reservado para o trabalho coletivo (*kiudo-sagyo*) em benefício da comunidade, construindo-se nêle, à margem da estrada principal, um prédio onde o govêrno estadual instalou e faz funcionar uma escola mista. A construção do prédio contou com o trabalho de todos os membros válidos da comunidade, que se reuniram em determinado dia para execução da tarefa, ficando sua conclusão a cargo de um pedreiro contratado para êsse fim. A estrada principal foi igualmente construída com a cooperação de todos.

No lote da comunidade, plantou-se café, que até o momento em que estas informações foram recolhidas (setembro de 1955) ainda não tinha começado a frutificar. Para os trabalhos no lote comum (limpas, trabalhos culturais em geral), cada família se obriga a enviar ao mesmo, mensalmente, uma pessoa, reunindo-se assim, em dia determinado, numerosas pessoas. Conforme o autor da pesquisa, os futuros proventos da exploração do lote devem reverter em benefício da própria escola⁽⁷⁾.

Usa-se o trabalho coletivo em serviços que interessam a tôda a comunidade, e embora não esteja estipulada qualquer penalidade para os faltosos, há uma espécie de "sanção satírica" para os que deixam de compa-

(7) A importância da escola é considerável. Além de sua função normal, é o centro da vida social dos colonos, o ponto de reunião obrigatório de todos.

recer a essas reuniões. Quanto à participação de brasileiros nos trabalhos comuns, é variável segundo a natureza dos serviços a realizar.

Na cúpula do sistema, está a “Cooperativa”, com finalidades econômicas, culturais e recreativas⁽⁸⁾.

De acôrdo ainda com Hiroshi Saito, essas práticas cooperativistas constituem um prolongamento no Bñasil de velhos costumes nipônicos. Algumas comunidades rurais japonêsas cujas origens se perdem no tempo ainda se regem pelo *yuimohay*, modalidade de trabalho coletivo usada para construção de estradas e outras obras e na qual há rigorosas sanções para os infratores, inclusive expulsão da comunidade. Com a mesma finalidade, o trabalho coletivo é também usado entre algumas seitas religiosas do Japão, como a denominada *Tenri-Kio*.

No Núcleo Colonial de Una, Estado da Bahia, onde existem algumas famílias japonêsas, não se observam sistemas de cooperação, já pelo seu número reduzido, já pelo critério administrativo de distribuí-las, em grande parte, entre vizinhos brasileiros.

Referindo-se, noutro estudo⁽⁹⁾, à ocorrência do mutirão entre os japonêses de Cotia, São Paulo, Saito observa que essa forma de cooperação vicinal, hoje decadente, era comum entre os moradores ao tempo do seu estabelecimento no bairro de Moinho Velho.

“A participação de japonêses nos mutirões locais” — escreve — “parece que teve início depois de sua instalação. O mutirão tradicional realizava-se por ocasião da limpeza de roças de milho e feijão. Os japonêses adotaram o padrão do mutirão, principalmente para os

(8) A luta pela liderança dos colonos, através da “Cooperativa”, é intensa, manifestando-se sobretudo na eleição da diretoria desse órgão, sem contudo gerar dissensões insanáveis.

(9) *O Cooperativismo na Região de Cotia: Estudo de Transplantação Cultural* (III), em “Sociologia”. Vol. XVII, N.º 2, Maio, 1955, págs. 186-188, Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

casos em que, pela natureza do trabalho, era muito vantajosa a rápida conclusão de serviços, tais como a semeadura de batata, construção de moradia e outros semelhantes. A cantiga durante os trabalhos, o jantar regado com muita aguardente e, às vêzes, o baile como final da festa, eram traços adotados nos mutirões de japoneses. Um sitiante, muito antigo, informou-nos o seguinte:

“Quando se tratava de barrear ou erigir a casa de japoneses, ajustava gente para trabalhar ligeiro; eram de quinze a vinte pessoas e, raramente, chegavam a cinqüenta. No mutirão, os japoneses cantavam a seu modo e nós, a nosso modo. Mas, achávamos muita graça na maneira de cantar deles.”

“Com a afluência de um número maior de japoneses na região, o mutirão passou a constituir uma forma de cooperação comum nas épocas de plantio de batata. A inovação introduzida pelos japoneses nos padrões tradicionais consistiu na divisão de trabalho: O grupo participante do mutirão era dividido em várias turmas, cada uma destas encarregada de um determinado trabalho, tais como fazer o arruamento, depositar sementes nas covas e proceder à adubação. Mesmo as mulheres eram mobilizadas nos mutirões, cabendo a uma turma delas a tarefa de preparar a comida. A fácil aceitação do padrão pelos japoneses parece que se deve a uma similar instituição na zona rural do Japão, da qual tinha conhecimento a maioria dos imigrantes.

“Outra circunstância que facilitou aos japoneses a adoção do mutirão foram as festas e danças da cultura tradicional da região. Dessas danças, os japoneses participaram, no princípio, com o fim de travar conhecimento com os moradores e conseguir, dessa maneira, a

mão-de-obra de que necessitavam. Depois, êles acabaram “gostando da dança” — trata-se, talvez, do fandango — porque havia muita semelhança com as danças tradicionais do país de origem. Um entrevistado japonês, o qual era um dos mais assíduos frequentadores, nos disse:

“As festas terminavam geralmente em danças chamadas *chumaré* (chimarrete?), em que homens e mulheres dançavam em círculos diferentes, batendo as palmas e os pés. Essa dança tinha muita semelhança com *bon-odori* da nossa terra natal e, por isso, não encontramos nenhuma dificuldade em participar na fila dos dançantes. De quase tôdas as festas participávamos, às vêzes indo muito longe, a cavalo.”

“O costume de frequentar os bailes de moradores locais continuou “até à época da organização da cooperativa, quando as modas da cidade invadiram a região”, acabando com as festas tradicionais. Não há dúvida de que as danças e mutirões serviram para estreitar e acomodar a relação entre os japoneses e os moradores locais.”

Informações de outra fonte⁽¹⁰⁾ revelam a ocorrência de práticas cooperativistas entre japoneses domiciliados em outras zonas paulistas onde uma grande parte dos que se dedicam à agricultura é constituída de nipônicos e seus descendentes.

Na faixa rural dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, realizam-se por vêzes reuniões dêsse gênero para apressar uma semeadura ou uma colheita em atraso, a elas compare-

(10) Agências-Modêlo de Estatística.

cendo parentes ou vizinhos próximos, de origem japonesa. O trabalho finda com uma reunião festiva, que geralmente é filmada. Todavia, êsses serviços são mais freqüentemente realizados pelos clubes agrícolas, compostos de jovens de ambos os sexos, na maioria descendentes de japoneses, imbuídos de espírito esportivo e que buscam oportunidade de se tornarem úteis. Ao fim da jornada, organizam-se jogos de sua predileção.

Já em Miracatu o lavrador japonês e seus descendentes, que constituem boa percentagem da população rural, não recorreriam à ajuda mútua.

Em Registro, fazem-se puxirões para madeiramento e cobertura de casas. O auxiliado oferece alimentação aos presentes e, à noite, realiza-se uma reunião sem danças, mas onde se bebe, se conversa e ri-se à larga.

PEQUENO VOCABULÁRIO REGIONAL (*)

- AMAZÔNIA — Aiuri ou ajuri, mahuré, putirum.
MARANHÃO — Adjunto, adjutório, adjitório, ademão, ajuda, putirão, mutirão.
PIAUI — Adjitório, riosca, reunião.
CEARÁ — Adjunto, adjutório, ademão, ajuda.
R. G. NORTE — Adjunto, ajuda, arrelia, faxina.
PARAÍBA — Bandeira, adjutório.
PERNAMBUCO — Adjunto, junta, adjutório, batalhão.
ALAGOAS — Adjunto, batalhão, adjutório.
BAHIA — Batalhão, adjunto, adjutório, roubo, bois-roubados, adjutório.
ESP. SANTO — Ajuntamento, mutirão, adjutório.
MINAS GERAIS — Mutirão, motirão, ajuntamento, adjutório, ademão, corte, bandeira, junta, traição.
RIO DE JANEIRO — Mutirão.
SÃO PAULO — Mutirão, puxirão, muquirão, butirão, putirão, ajuntamento, adjutório, ajutório, ganhadia.
PARANÁ — Mutirão, puxirão, adjutório, pitoco.
STA. CATARINA — Pixurum, puxirum, puxirão, adjutório.
R. G. SUL — Putchirão, puxirão, pouxirão, pixurum, pixuru, piarum.
GOIÁS — Mutirão, muxirão, traição.

(*) Os termos acima arrolados são em grande parte os que constam do material do inquérito e só em pequena proporção da bibliografia utilizada. A vista das deficiências da pesquisa, já apontadas, há provavelmente vocábulos de uso regional que deixaram de ser consignados.

BIBLIOGRAFIA

- ACCIOLY BORGES (T. Pompeu), *Migrações Internas no Brasil*, Comissão Nacional de Política Agrária, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955.
- AFONSO DE CASTRO (Evaristo), *Notícia Descritiva da Região Missionária da Província do Rio Grande do Sul*, Tipografia do Comercial, Cruz Alta, 1877.
- ALVES (Joaquim), *Adjunto ou Mutirão*, "Boletim Geográfico", Conselho Nacional de Geografia, Ano III, Julho, Rio de Janeiro, 1955.
- AMARAL (Amadeu), *Tradições Populares*, Obras Completas, Vol. I, Instituto Progresso Editorial S. A., São Paulo, 1948.
- AMARAL (Luís), *As Américas Antes dos Europeus*. Companhia Editora Nacional, "Biblioteca do Espírito Moderno", Vol. 43.
- AYROSA (Plínio), *Térmos Tupis no Português do Brasil*, Coleção do Departamento de Cultura, XIII, N.º 1, São Paulo, 1937.
- BALDUS (Herbert), *Ensaio de Etnologia Brasileira*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", Vol. 101, 1937.
- BALDUS (Herbert) e WILLEMS (Emílio), *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, Companhia Editora Nacional, "Iniciação Científica", Vol. 17.
- BASCOM (William R.), *The Sociological Role of the Yoruba Cult-Group*, N.º 63 of the Titles of the Memoirs Series of the Anthropological Association American Anthropologist, New Series, 1944, Vol. 46, N.º 1, Part 2.
- BASTIDE (Roger), *O Elemento Negro*, "O Jornal", 2/9/1954, Rio de Janeiro.
- BOFF (Raul), *Cobra Norato* (Nheengatu da margem esquerda do Amazonas), Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, São Paulo, 1931.
- CÂMARA CASCUDO (Luís da), *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

- CARDIM (Fernão), *Tratados da Gente e da Terra do Brasil*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliiana", Vol. 168, 1939.
- CAHREIRA (Antônio), *Vida Social dos Manjacos*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, N.º 1, 1947.
- IDEM — *Mandingas da Guiné Portuguesa*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, N.º 4, 1947.
- CASTELO BRANCO (João), *Técnica de Produção*, Comissão Nacional de Política Agrária, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955.
- COLBACCHINI (Antônio), e CESAR ALBISETI, *Os Bororos Orientais* (Orarimodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso), Companhia Editora Nacional, "Brasiliiana", Vol. 4.
- COLUCCIO (Félix), *Fiestas y Costumbres de América*, Editorial Poseidon, "Biblioteca de Estudios Breves", Buenos Aires, 1954.
- Conselho Nacional de Geografia, "Mutirão — Uma Forma de Solidariedade", "Boletim Geográfico", Ano I, N.º 2, Maio, 1943, Rio de Janeiro.
- IDEM — *Divisão Regional do Brasil (Sul)*, 1940.
- COSTA PEREIRA (Carlos José da), *O Artesanato na Bahia*, Departamento Nacional do SENAI, Salvador, 1955 (ed. mimeografada).
- COUTO DE MAGALHÃES, *O Selvagem*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliiana", Vol. LII, 3.ª ed. completa.
- CUNHA (Euclides da), *Os Sertões*, Livraria Francisco Alves, 21.ª ed. corrigida, Rio de Janeiro, 1950.
- Department of Social Affairs, United Nations, *Preliminary Report on the World Situation* (Conditions of Social Affairs, X), New York, 1952.
- DIAS (Jorge), *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, "Centro de Estudos de Etnologia", Instituto para a Alta Cultura, Pôrto, 1948.
- IDEM — *Rio de Onor, Comunitarismo Agropastoril*, "Centro de Estudos de Etnologia", Instituto para a Alta Cultura, Pôrto, 1953.
- DIÉGUES JÚNIOR (Manuel), *Etnias e Culturas no Brasil*, "Os Cadernos de Cultura", Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.
- IDEM — *Contribuição dos Casais Ilhéus à Fixação do "Uti-Possidetis"*, separata do Vol. II do I Congresso de História Catarinense, Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1950.

- FAIRCHILD (Henry Rathes), *Dicionário de Sociologia*, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires.
- FERNANDES (Florestan), *Organização Social dos Tupinambá*, Instituto Progresso Editorial S. A., São Paulo.
- FIGUEIREDO FILHO (J.), *Mutirão, Adjunto Nordeste; Origem Ameríndia*, "Revista Sul-América". Ano 23, Dezembro, 1942, Rio de Janeiro.
- Fundação Getúlio Vargas, *Aspectos Relativos à Mecanização da Lavoura*, "Conjuntura Económica", Ano IX, N.º 12, Dezembro, 1955, Rio de Janeiro.
- GOUROU (Pierre), *La Terre et l'Homme en Extrême-Orient*, Armand Colin, Paris, 1947.
- FREITAS MARCONDES (J. V.), *Natureza Jurídica do Mutirão*, "Arquivos do Instituto de Direito Social", Vol. 9, N.º 1, Dezembro, 1944, São Paulo.
- IDEM — *Mutirão or Mutual Aid*, "Rural Sociology", Vol. 13, N.º 4, Dec., 1948, North Carolina State College, University of North Carolina.
- GALVÃO (Hélio), *Mutirão e Adjunto*, "Boletim Geográfico", Ano III, N.º 29, Agosto, 1954, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro.
- IDEM — *Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro*, "Sociologia", Vol. XII, N.º 4, 1950, São Paulo.
- GEE (Wilson), *The Social Economics of Agriculture*, The MacMillan Company, third e., New York, 1954.
- GRIGORIU S. DE L. (Raimundo), *Experiências de Bem-Estar Social na Bolívia*, em "Anais do Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Social", Vol. 1, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954.
- GUIMARÃES (Bernardo), *O Seminarista*, Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 1928.
- JOAQUIM INÁCIO, *Drenagem Permanente*, Série "Litoral Úmido", "Diário de Natal", 1932.
- JOFFILY (Irineu), *Notas sobre a Paraíba*, Tipografia do "Jornal do Commercio", Rio de Janeiro, 1892.
- JOSÉ DE SOUZA (Bernardino), *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", Vol. 164, 4.ª ed.

- KROPOTKIN (Pierre), *L'Entr'Aide*, Librairie Hachette et Cie., troisième édition, traduit de l'Anglais par L. Bréal, Paris, 1910.
- LAMARTINE (Oswaldo), *Por Onde Passa o Boi, Passa o Vaqueiro*, "Jornal do Brasil", 23/10/1955, Rio de Janeiro.
- LANDA (Diego de), *Yucatan Before and After the Conquest*, trad. com notas de William Gates, Maya Society, 2.^a ed., Baltimore, 1937.
- LAYTANO (Dante de), *Pixuru*, em "Província de São Pedro", N.º 18, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1953.
- LISBOA (Arrojado), *O Problema das Sêcas*, conferência realizada a 28 de agosto de 1913, em "Anais da Biblioteca Nacional", Vol. XXX.
- MEYER (Augusto), *Guia do Folclore Gaúcho*, Gráfica Editora Aurora Ltda., Rio, 1951.
- MAYNARD ARAUJO (Alceu), *Muquirão*, "Fundamentos", N.º 9/10, março-abril, 1949, São Paulo.
- MERCIER (Paul), *Travail et Service Public dans l'Ancien Dahomey*, em "Présence Africaine", 13, Aux Éditions du Scuil, Paris.
- MORAES (Raymundo), *Os Igaráunas*, Civilização Brasileira S. A., Editora, Rio de Janeiro, 1938.
- MUKERJEE (Radhamakal), *Regional Sociology*, The Country Co., New York and London, 1926.
- OLIVEIRA MARTINS, *Quadro das Instituições Primitivas*, Parceria A. M. Pereira, 3.^a ed., Lisboa, 1909.
- PAUVERT (J.-Ch.), *La Notion de Travail en Afrique Noir*, em "Présence Africaine", 13, Aux Éditions du Seuil, Paris.
- PEAKE (H. J. E.), *Village Community*, em "Enciclopedia of the Social Sciences", MCMXXXVII, Vol. 15, The MacMillan Company, New York.
- PERFEITO DA SILVA (Zedar), *O Vale do Itajaí*, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954.
- PÔRTO (Aurélio), *História das Missões Orientais do Uruguai*, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N.º 9, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.
- QUEIROZ (Dinah Silveira de), *A Muralha*, Livraria José Olímpio, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1954.
- RAMOS (Arthur), *Introdução à Antropologia Brasileira*, Casa do Estudante do Brasil, Col. Estudos Brasileiros, 1.º Vol., Rio de Janeiro.

- RAMOS (Guerreiro), *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Editorial Andes, Rio de Janeiro, 1954. Pág. 160.
- REDFIELD (Robert), *Civilização e Cultura de Folk*, Livraria Martins Editora, "Biblioteca de Ciências Sociais", Vol. XI, São Paulo.
- ROCHA (Geraldo), *Uma Vaquejada*, "O Mundo Ilustrado", 3/5/1954, Rio de Janeiro.
- ROCHA PEIXOTO, "Formas de Vida Comunitária em Portugal", *Notas Sôbre Portugal*, Vol. I, Lisboa, 1908.
- ROUMAIN (Jacques), *Donos do Orvalho*, Editorial Vitória Ltda., Col. "Romances do Povo", Vol. I, Rio de Janeiro, 1954.
- SACRÉ COEUR (Soeur Marie-André du), *La Femme en Afrique Occidentale* (La Femme et la Vie Économique), Payot, Paris, 1939.
- SAINTE-HILAIRE (Auguste), *Viagens às Nascentes do S. Francisco e pela Província de Goiás*, Companhia Editora Nacional, "Brasíliana", Tomo II, 1937.
- SAITO (Hiroshi), *O Cooperativismo na Região de Cotia: Estudo de Transplantação Cultural* (III), "Sociologia", Vol. XVII, N.º 2, Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- SMITH (Lynn T.), *Sociologia da Vida Rural*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1946.
- SOUZA BARROS (Manuel), *Êxodo e Fixação* (Sugestões para uma política de colonização e aldeamento no Nordeste), Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.
- STRADELLI (Erimano), *Vocabulário Nheengatu-Português — Português — Nheengatu*, "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Tomo 104, Vol. 152, N.º 2 do ano de 1928, Rio de Janeiro, 1929.
- SYLVIO JÚLIO, *Estudos de Folclore Luso-Brasileiro*, Gráfica Laemmert Ltda., Rio de Janeiro, 1952.
- TARQUÍNIO DE SOUSA (Otávio), *De Várias Províncias — Outro Paulista*, "Os Cadernos de Cultura", Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.
- TELXEIRA (José A.), *Folclore Goiano*, Companhia Editora Nacional, 1941.
- THURNWALD (Richard), *L'Économie Primitive*, trad. francesa, Payot, Paris, 1937.

- VEIGA DE OLIVEIRA (Ernesto), *Trabalhos Coletivos Gratuitos e Recíprocos em Portugal e no Brasil*, em "Revista de Antropologia", Vol. 3, N.º 1, Junho, 1955, São Paulo.
- WAGEMANN (Ernst), *A Colonização Alemã no Espírito Santo* (Die Deutsche Kolonisierung Brasilianischen Stast Espirito Santo), "Boletim Geográfico", Ano, VI, N.º 69, Dezembro, 1948, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro.
- WILLEMS (Emílio), *Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil*, Diretoria de Publicidade Agrícola, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1947.
- IDEM — *Portuguese Culture in Brasil*, "Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brasilian Studies", Washington, October, 15-20. The Vanderbilt University Press, Washville, 1955.
- IDEM — *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", Vol. 250, 1946.

~~BIBLIOTECA - BAIXA~~

FAC. EDU. BAIXA - BIBLIOTECA

MUTIRÃO

Formas de Ajuda Mútua
no Meio Rural

Exemplar **Nº** 2620

★

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. — Rua Barão de Ladário, 226
Fones: 9-9087 e 9-9932 — São Paulo, Brasil

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SÉRIE 5.^a ★ BRASILIANA ★ VOL. 289

CLOVIS CALDEIRA

MUTIRÃO

Formas de Ajuda Mútua
no Meio Rural

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

981
B 823
S. 50 4,251

~~BAIXA~~

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

W3 N. 1. 50634

Ed. Econ. 150634-100



Ilustrações de

PERCY LAU



Direitos reservados à

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639 - São Paulo

★

1956

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

ÍNDICE

	Págs.
PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO	5
PRIMEIRA PARTE	
CAPÍTULO I	
<i>A Questão das Origens</i>	19
CAPÍTULO II	
<i>Sinonímia</i>	25
CAPÍTULO III	
<i>Principais Características da Ajuda Mútua no Brasil</i>	29
CAPÍTULO IV	
<i>A Herança Comunitária</i>	
1) <i>Tradição Portuguesa</i>	47
2) <i>Tradição Indígena</i>	57
3) <i>Tradição Africana</i>	69
SEGUNDA PARTE	
CAPÍTULO V	
<i>Cooperação no Meio Rural Brasileiro</i> Estado Atual — Tendências	83
CAPÍTULO VI	
<i>Ajuda Mútua nas Atividades Agrícolas</i>	
NORTE: <i>Amazônia</i>	97

NORDESTE:

Maranhão	103
Piauí	109
Ceará	111
Rio Grande do Norte	116
Paraíba	119
Pernambuco	119
Alagoas	121

LESTE:

Bahia	122
Espírito Santo	131
Rio de Janeiro	135
Minas Gerais	136

SUL:

São Paulo	149
Paraná	169
Santa Catarina	170
Rio Grande do Sul	171

CENTRO-OESTE:

Mato Grosso	178
Goiás	179

CAPÍTULO VII

<i>Ajuda Mútua nas Atividades Pecuárias</i>	189
---	-----

CAPÍTULO VIII

<i>Ajuda Mútua entre Colonos Estrangeiros e seus Descendentes</i>	203
---	-----

PEQUENO VOCABULÁRIO REGIONAL	215
------------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	217
--------------------	-----

MUTIRÃO

Formas de Ajuda Mútua
no Meio Rural



Concentração de vizinhos para a faina coletiva.



Arceus
Lali

*Não obstante o aspecto emulativo que de ordinário revestem os mutirões,
os trabalhos são executados num clima de estrita solidariedade.*



A festa oferecida pelo dono do serviço aos seus colaboradores não difere do comum das festas matutas, mas a circunstância de se prender à reunião de trabalho dá-lhe um significado especial.